

ANGÉLICA DALLA RIZZARDA

**DE POSSEIROS A PROPRIETÁRIOS: A RECONFIGURAÇÃO AGRÁRIA NO
SUDOESTE DO PARANÁ- 1940-1972**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

PASSO FUNDO

2019

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Vitório e Nelci, por sempre acreditarem em mim e por terem abdicado de suas vidas em prol das realizações e da felicidade de suas filhas.

À minha irmã Nicolý, por sua preocupação, carinho e incentivo.

Às minhas avós Catarina e Cecília, pelas palavras de incentivo entre uma ligação e outra. E em homenagem aos meus avôs (in memoriam) Ari e Antônio.

Nada disso teria sentido se vocês não existissem na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar à conclusão sem o precioso apoio de várias pessoas.

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda essa longa caminhada.

Ao professor Dr. João Carlos Tedesco, ao qual tenho eterna gratidão, pela orientação e por todo o apoio, muito obrigada pelas correções quando necessário, sem nunca me desmotivar. A todos os professores do PPGH/UPF com quem partilhei o que era o broto daquilo que veio a ser esse trabalho. Nossas conversas durante e para além das aulas foram fundamentais.

À minha família, por sua capacidade de acreditar em meus sonhos e apoiá-los a todo momento e que sempre me incentivaram a alcançar caminhos cada vez mais distantes.

Aos meus amigos e amigas, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Com vocês, as pausas entre um parágrafo e outro de produção melhoraram tudo o que tenho produzido.

Ao PPGH/História da Universidade de Passo Fundo e às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses dois anos.

Agradeço ao *Jornal de Beltrão*, em especial ao senhor Ivo Pegoraro e sua equipe, pelo auxílio prestado. Enorme agradecimento ao Inca de Francisco Beltrão, em especial ao senhor Carlos Zemollin, pelo conhecimento repassado e pelo auxílio no acervo.

Aos professores da Universidade Paranaense (Unipar) de Francisco Beltrão - PR, os quais contribuíram com seus conhecimentos durante o período da graduação em História.

Agradeço ao meu companheiro de estudos diários Jean, pelo apoio e pelas correções necessárias. Aos meus familiares que me passaram palavras de superação e apoio.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

Transitar no campo da memória exige cuidado e humildade. O terreno da memória é delicado nele mesmo, por isso exige também delicadeza da parte daquele que se aventura a escavá-lo.

(Denise Sampaio Gusmão)

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar a questão da posse e propriedade de terra no sudoeste do Paraná entre os anos de 1940 a 1972; busca analisar os estudos sobre o papel da Congo, Citla, e por fim, a atuação do Getsop na determinação jurídica da terra. Mais que analisar fatos ou consequências, o que se quer é compreender o processo de ação e luta no meio social em busca da titularização das terras do sudoeste paranaense. O agente principal na questão da terra na região neste período foi o migrante/posseiro. O sudoeste do Paraná foi (re)ocupado e (re)organizado como um lugar de oportunidades para o acesso à terra e de reprodução de um modo de vida assentado na pequena propriedade rural, com atividades agrícolas, trabalho familiar e produção de excedentes. Viu-se que a história da região é marcada por várias lutas ao longo do seu (re) povoamento: por delimitação de fronteiras, para garantir o direito de uso, posse e propriedade da terra. O que se delineava no sudoeste era a luta permanente entre os dois polos extremos do processo de ocupação do território: de um lado, o monopólio fundiário, de outro, a divisão da terra em pequenas propriedades. Para a elite agrícola e política da região, a terra era concebida como fonte de poder (político/econômico). Essas diferentes concepções em relação ao papel que era atribuído à terra estiveram na origem dos conflitos surgidos do confronto de interesses entre os diversos grupos sociais. Após vários conflitos e discussões, foi criado, em 1962, pelo presidente João Goulart o Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (Getsop), que teve como função titular legalmente as terras que estavam causando a conflagração. Os resultados que se podem observar ao longo do estudo e que foram destacadas, um deles é a importância que o Getsop representou para a população sudoestina. Após embates armados, a luta judiciária ganhou um destaque importante para os posseiros. O grupo regularizou a questão da delimitação de território, levantou dados das terras e dos posseiros e, por fim, entregou os títulos de propriedades.

Palavras-chave: Posse, propriedade, terra, processos judiciais, Getsop.

ABSTRACT

This work has as objective to analyze the question of ownership and land ownership in southwestern Paraná between the years 1940 and 1972; seek to analyze the studies on the role of Congo, Citla, and, finally, the performance of Getsop in the juridical determination of the land. Rather than analyze facts or consequences, what is wanted is to understand the process of action and struggle in the social environment in search of the securitization of the lands of southwestern Parana. The main agent in the land issue in the region in this period was the migrant / squatter. Southwest Paraná has been (re) occupied and (re) organized as a place of opportunity for access to land and reproduction of a way of life based on small rural property, with agricultural activities, family work and surplus production. It has been seen that the history of the region is marked by various struggles throughout its (re) stocking: by delimiting boundaries, to guarantee the right to use, possession and ownership of land. What was outlined in the Southwest was the permanent struggle between the two extreme poles of the land occupation process: on the one side, the land monopoly, on the other, the division of land into small estates. For the agricultural and political elite of the region, the land was conceived as a source of power (political / economic). These different conceptions regarding the role which was attributed to the land were the origin of the conflicts arisen from the confrontation of interests between the different social groups. After several conflicts and discussions was created, in 1962, by President João Goulart, the Land Executive Group for the Southwest of Paraná (GETSOP), which had as legal title holder the lands that were causing the conflagration. The results that can be observed throughout the study and which were highlighted, one of them is the importance that GETSOP represented for the Sudoestina population. After armed attacks, the judicial struggle gained an important prominence for the squatters. The group regularized the issue of territorial delimitation, collected data about land and squatters, and finally handed over property titles.

Keywords: Tenure, property, land, judicial process, Getsop.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Monumento que simboliza o marco da colonização de Palmas - PR.....	31
Figura 2 - Marco de fronteira entre Brasil e Argentina.....	44
Figura 3 - Migrantes deslocando-se com carroças puxadas a boi em Francisco Beltrão PR.....	48
Figura 4 - Ranchos construídos no início da colonização marcando, assim, a posse da terra	51
Figura 5 - Exploração e retirada das madeiras das matas na região sudoestina.....	53
Figura 6 - Safrista Paulo Moura com cerca de 180 porcos a serem comercializados, década de 1930.....	55
Figura 7 - Cartaz da Era Vargas exemplificando o sentido da Marcha para o Oeste.....	85
Figura 8 - Radiograma enviado pelo administrador da Cango Glauco Olinger à Agriterrras.....	94
Figura 9 - Correspondência enviada por Eduardo Suplicy solicitando para a Cango peças para um caminhão.....	94
Figura 10 - Carroça com mudança de colonos chegando a Francisco Beltrão - PR.....	98
Figura 11 - Radiograma enviado pelo administrador da Cango à Agriterrras.....	104
Figura 12- Geraldo Russi, repórter do jornal <i>O Estado</i> do Paraná, Luiz Prolo e Ivo Tomazoni, em reunião na rádio Colmeia.....	107
Figura 13 - Telegrama do administrador da Cango para os moradores anunciando a chegada da luz na sede da colônia.....	111
Figura 14 - Caminhão com os posseiros na Avenida Julio Assis Cavalheiro, em Francisco Beltrão - PR.....	112
Figura 15 - Mortos na emboscada da camionete no km 17 em Capanema - PR.....	127
Figura 16 - Monumento na sede da comunidade em Capanema - PR.....	127
Figura 17- Os monumentos em homenagem aos posseiros, simbolizando a luta e valor do povo do sudoeste do Paraná.....	129
Figura 18 - Rua de Francisco Beltrão forrada de documentos espalhados pelos colonos com o desfecho da Revolta dos Posseiros.....	130
Figura 19 - Posseiros reunidos em frente à radio Colmeia e bar do Soranso.....	132
Figura 20 - Posseiros reunidos na praça da Igreja Matriz após a expulsão das companhias de terra.....	133
Figura 21 - Título de propriedade expedido pelo Getsop.....	155

Figura 22 - Escala de posseiros e proprietários no sudoeste do Paraná entre os anos de 1940-1970.....	158
Figura 23 - Monumento ao Getsop.....	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - A imigração italiana no Paraná no olhar de viajantes italiano.....	30
Tabela 2 - Imigração líquida no Brasil entre 1881 e 1930 (em milhares).....	47
Tabela 3 - Produtos cultivados no sudoeste do Paraná entre 1947 e 1956.....	72
Tabela 4 - Número de famílias e habitantes credenciados pela Cango entre 1947- 1956.....	96
Tabela 5 - Procedência da população do sudoeste paranaense em 1970.....	139

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Representação do território paranaense.....	25
Mapa 2 - Localização do sudoeste do Paraná.....	27
Mapa 3 - A questão de Palmas.....	37
Mapa 4 - Estado do Paraná de 1912.....	40
Mapa 5 - Região contestada por Paraná e Santa Catarina.....	41
Mapa 6 - Territórios incorporados aos estados do Paraná e Santa Catarina.....	43
Mapa 7 - Divisas/limites fixados após a Guerra do Contestado, vista do Google maps de 2017.....	44
Mapa 8 - Estado do Paraná (1924), com ênfase na localidade das terras reservadas para colonos no sudoeste do Paraná.....	64
Mapa 9 - O território do Iguazu e o pretendido “estado do Iguazu”.....	86
Mapa 10 - Gleba das Missões.....	107
Mapa 11 - Gleba nº 15 em Pérola d’Oeste - PR.....	153
Mapa 12 - Gleba nº 15 em Pérola d’Oeste - PR.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSESOAR	Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural.
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados.
CANG	Colônia Agrícola Nacional de Goiás.
CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório.
CEFSPRG	Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande.
CITLA	Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.
DTC	Departamento de Terras e Colonização.
GETSOP	Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná.
JdeB	Jornal de Beltrão.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização.
SEIP	Superintendência das empresas incorporadas a União.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	23
1.1. A região sudoeste do Paraná.....	24
1.2. Indígenas e não indígenas: sua relação no povoamento do sudoeste do Paraná no início do século XX.....	30
1.3. A formação de fronteiras.....	36
1.3.1. A questão de Palmas: Brasil <i>versus</i> Argentina.....	37
1.3.2. Terras contestadas: Paraná <i>versus</i> Santa Catarina.....	40
1.4. A constituição do território do sudoeste do Paraná.....	46
1.5. A posse da terra e as primeiras atividades econômicas.....	53
1.6. O ano de 1930 marcado por mudanças e a figura do migrante.....	58
2. POSSE E PROPRIEDADE DA TERRA NO SUDOESTE DO PARANÁ: CENÁRIO DOS PIONEIROS E CONFLITOS SOCIAIS - 1930-1955.....	63
2.1. Propriedade da terra no sudoeste do Paraná nas primeiras décadas do século XX...64	
2.2. A estruturação econômica do sudoeste do Paraná: agricultura entre 1930 e 1950...70	
2.3. Pré-expansão colonizadora e a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango).....	73
2.4. A ótica mercantil no contexto da posse de terras.....	78
2.5. A “Marcha para o Oeste” do governo Vargas.....	81
2.6. O território do Iguaçu no sul do Brasil.....	87
2.7. Cango: impulsionadora da colonização no sudoeste do Paraná.....	89
2.8. O conflito pela posse das terras: as colonizadoras.....	96
2.9. A Cango, o povoamento efetivo e o posseiro.....	97
3. A QUESTÃO DO CONFLITO NA TRAJETÓRIA DA TERRA: POSSE E PROPRIEDADE - 1955-1962.....	102
3.1. Contexto histórico que desencadeou a Revolta dos Posseiros.....	103
3.2. A Cango: qual era a situação dos colonos posseiros no interior da colônia?.....	111
3.3. Citla: legalizar a posse das terras ou tornar a Revolta dos Posseiros mais visível.....	116
3.4. Cango <i>versus</i> Citla.....	119

3.5. Mas afinal, as terras sudoestinas pertenciam a quem?.....	121
3.5.1. Disputa de terras entre instituições do Estado no Paraná.....	122
3.6. O estopim da Revolta dos Posseiros.....	126
3.7. A solução das posses de terra no sudoeste do Paraná.....	131
4. NOVA ONDA DE CONFLITOS: O JUDICIÁRIO E A REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS.....	137
4.1. Histórico da disputa.....	137
4.2. O direito sobre a propriedade da terra na região.....	140
4.3. Encerra-se a luta armada e inicia-se a luta jurídica.....	143
4.4. Luta judiciária em prol dos títulos de propriedade e o direito agrário.....	147
4.5. O início de um longo processo: Getsop e o ano de 1962.....	149
4.6. Atuação do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná.....	150
4.7. Getsop e a Igreja Católica.....	157
4.8. A economia e a modernização da agricultura.....	161
4.9. A simbologia em prol da história do sudoeste do Paraná.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	174
ANEXOS.....	179

INTRODUÇÃO

A redefinição da realidade humana, transcorrida ao longo da história, conduziu a uma necessária reinvenção das técnicas de pesquisa e das ferramentas de trabalho. Assim, o pesquisador, o historiador, busca as manifestações da vida: o espaço local. Estudar o espaço local tornou-se algo de interesse pessoal do historiador, o que vem ao encontro do seu memorial e por consequência ao encontro do coletivo.

Faz-se história do Brasil, história do Paraná, história do sudoeste do Paraná e até delimita-se microrregiões para estudar e pesquisar. Usa-se esses pressupostos geográficos para localizar o espaço físico onde a história será narrada. Porém, deve-se refletir arduamente como os marcos geográficos foram delimitados ou como se chegou a esse conceito explorado.

Observa-se um encaixe mecânico a que os historiadores submetem sua intenção de pesquisa e a sua própria concepção histórica. A história da região Sudoeste do Paraná, apesar de sua singularidade, se insere no contexto das lutas camponesas ocorridas ao longo da trajetória de formação da sociedade brasileira.

O presente estudo busca detalhar aspectos do contexto da migração e colonização na região Sudoeste do Paraná voltada para questões de posse e propriedade das terras, principalmente nos anos de 1940 a 1972, cercada de um universo de relações de conflitos.

A maior parte da região é composta pela agricultura familiar e uma economia dependente da agricultura e suas indústrias derivadas. É riquíssima em aspectos econômicos e sociais. Atualmente a população está distribuída em 42 municípios e/ou quatro microrregiões: Capanema, Francisco Beltrão, Pato Branco e Palmas. Sua localização está a sul do rio Iguaçu, seu limite norte separa a do oeste paranaense, ao sul com o Estado de Santa Catarina, e a leste o município de Clevelândia. É uma região com clima favorável, terras férteis, rica vegetação e boa hidrografia. (IBGE, 2011)¹.

A ocupação territorial iniciou ainda no final do século passado. Até 1900 a população, pouco numerosa, era basicamente formada por caboclos e indígenas. Contextualiza-se o início das migrações, o efetivo (re)povoamento, as políticas públicas

¹ Pesquisa de informações básicas municipais. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2011/munic2011.pdf. Acesso em: jan. 2019.

que impulsionaram a migração para a região, os colonizadores e as colonizadoras que fazem a intervenção das terras, princípio do desencadeamento de conflitos e a atuação do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop) para solucionar o caso do litígio das terras.

Mas por qual razão estudar o sudoeste do Paraná? Além de esclarecer dúvidas pessoais que nasceram durante a graduação do curso de História, buscamos ir além nas pesquisas, buscamos entender a posse da terra cercada de relações de conflitos. Entender o povoamento da região com ênfase na apropriação de terras, intermediada por lutas e uma atuação governamental, fez com que a pesquisa se expandisse. Ao longo da pesquisa encontramos fontes, documentos, relatos, bibliografias afins que puderam esclarecer as dúvidas e responder a essas questões.

Em termos governamentais, busca-se institucionalizar a política agrícola de Getúlio Vargas aplicada para a região a partir das seguintes perguntas: por que Vargas olhou para o sudoeste do Paraná? Qual foi o seu interesse ou interesses? Ao analisar os interesses políticos, tem-se em contraponto a versão dos colonos, os migrantes, que saíram em direção à região sudoestina.

No decorrer da colonização, muitas ocupações de terras também ocorriam, por esse motivo quem entrou em cena foram as colonizadoras, que, pode-se dizer, foram agentes e protagonistas ao mesmo tempo dos litígios gerados na região.

O conceito de região gerou ao longo da história várias discussões. Em sala de aula e ao longo da graduação estuda-se que a história parte do presente com várias abordagens para reconhecer os acontecimentos do passado. Nesse sentido buscaremos analisar algumas dessas discussões e engajar com o tema que pretendemos abordar. Quando se fala em história regional, a maioria das vezes engloba percepções geográficas, delimitando a cultura, o social, a política, a economia e a própria história regional.

Observa-se que a região que ganhou projeção nacional não apenas pela peculiaridade dos padrões de colonização e organização produtiva, mas também por se desenrolar num espaço em disputa entre projetos governamentais e empresariais. Os conflitos fizeram parte da história sudoestina, conflitos bélicos e judiciais. Tais conflitos, embasados na questão da propriedade da terra. O migrante ao adentrar no território sudoestino adquiria o direito da posse da terra. Com o passar dos anos esse direito passou a ser violado com a chegada de companhias imobiliárias na região.

O posseiro sem a documentação efetiva da terra passou a sofrer injustiças em relação às disputas por posse com as companhias imobiliárias que também se diziam

donas das terras. Mas quem estava correto? Quem era o verdadeiro dono das terras sudoestinas? o posseiro? As companhias imobiliárias? Os órgãos governamentais? Buscaremos respostas em diversas fontes e documentos.

Os historiadores pensam em regiões juntamente com uma perspectiva geográfica. Assim, formam imagens dessas regiões que cercam os objetivos e temas de estudo de modo natural para situá-los no tempo e espaço. Para o recorte historiográfico abordado, temos como primeira justificativa os fatos históricos ocorridos entre 1900 e 1930, marcados pelo (re)povoamento do território sudoestino, que a cada ano aumentava de forma significativa e pelo governo de Getúlio Vargas.

Em um segundo momento temos os fatos transcorridos entre 1930 a 1972. Onde se tem um forte impulsionamento por parte de políticas migratórias para a região. Nesse período os migrantes continuaram (re)povoando a região e criando laços no território, porém nesse contexto nascia o problema principal que vai ser discutido nesta pesquisa: a (re)ocupação das terras era feita sem ter a documentação oficial da posse, ou seja, quem adentrava e fixava sua moradia tornava-se um posseiro.

Esse fluxo de pessoas que migrou para o sudoeste do Paraná nas primeiras cinco décadas do século XX era elevado, o que impulsionou o caráter e olhar capitalista sobre as terras. Não existiam somente os posseiros interessados nas terras durante esse período, novas companhias de terras adentraram na região. A população sudoestina ficou dividida, impulsionando, assim, a Revolta dos Posseiros em 1957.

Mas a questão principal a ser entendida e questionada é a atuação do Getsop na região após 1962. Mas como um grupo que começa a atuar em 1962 fez para solucionar o problema da titularização das terras? Problema que criou raízes quando se fez uma política expansionista de povoamento.

Este estudo baseia-se em alguns recursos metodológicos analisados, observados e estudados ao longo de sua produção e escrita. Num primeiro momento buscamos analisar a fonte, no caso, a região Sudoeste do Paraná, através dos autores que já estudaram e pesquisaram sobre o assunto.

Tivemos acesso ao acervo de fotografias e documentos da Secretaria de Cultura de Francisco Beltrão - PR. Neste acervo, encontramos um vasto arquivo de fotografias que retratam a região sudoeste do Paraná durante o período de sua (re)ocupação e também do período da Revolta dos Posseiros. A secretaria também possui alguns documentos digitalizados da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango). Os documentos retratam como era o dia a dia na colônia, os requerimentos das pessoas que

adentravam no território e os requerimentos realizados ao governo em prol de melhorias na colônia.

Analisamos algumas entrevistas e publicações do *Jornal de Beltrão* (JdeB), neste contexto tivemos conversas com o senhor Ivo Pegoraro, que é redator e também estudioso da região sudoestina. Nos encontros e conversas, conseguimos esclarecer dúvidas, conhecer novidades e narrativas da região.

Por fim, buscamos os processos abertos pelo Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop) em prol da regularização das terras no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Os processos foram abertos, em 1962, quando o grupo começou a atuar na região. Os processos analisados nesta pesquisa, estão sob o domínio do Incra, e por orientação, não foram revelados os nomes dos posseiros.

Buscamos nas fontes obter a resposta para o problema de nosso estudo. Ao longo das pesquisas, leituras, interpretações e indagações conseguimos adentrar na história sudoestina dos conflitos e das relações de poder. Enfim, o que aconteceu no sudoeste em questões jurídicas era que os posseiros do sudoeste do Paraná foram instalados em áreas de terra que estavam sendo alvo de disputa judicial entre os governos federal e estadual. Juridicamente, a área não tinha dono, mas estava incorporada à União.

Estruturamos o estudo em quatro capítulos, cada qual se subdivide em tópicos que vão detalhar mais especificamente o tema abordado de cada um em particular. No primeiro capítulo, busca-se sintetizar a localização, o (re)povoamento do sudoeste e os conflitos em torno da posse e propriedade dessa região. No segundo, a partir de estudos de pesquisadores, aborda-se e interpreta-se a posse e a propriedade da terra no sudoeste do Paraná, bem como as lutas e os conflitos sociais ocorridos entre 1930 e 1955; já no terceiro capítulo, destacam-se os estudos na trajetória histórica da terra em conflito, posse e propriedade.

Contextualiza-se a atuação da Cango de introduzir o migrante na região e dar-lhes as condições básicas para o desenvolvimento na colônia. Destacam-se também relatos sobre a convivência da Cango, os impasses das companhias imobiliárias e a atuação do povo em defender os seus direitos, culminando com a Revolta dos Posseiros.

No quarto e último capítulo, faz-se um questionamento acerca dos conflitos de modo geral que se desencadearam nas terras sudoestinas entre 1962 e 1972, quais foram os desdobramentos em torno da posse de terra e, por fim, a solução dos litígios (como ocorreu? Quem os fez? Houve acordos de todos os posseiros em relação à titulação das

terras?). Buscando interpretar o fim desse processo em torno das terras que durou décadas.

Procura-se reviver as memórias de um passado através das fontes bibliográficas e documentos onde estão registrados fatos ocorridos na região Sudoeste do Paraná para entender um pouco o hoje, especialmente os movimentos populacionais, as lutas, os conflitos, as injustiças e, especialmente, a esperança de dias melhores. O passado, embora que esquecido por muitos, pode trazer para o presente novas formas de viver e transformar o presente. Os povos de ontem viveram constantes movimentos em busca do progresso e do bem viver familiar e social, muitas vezes na condição de subjugados, outras vezes na luta pela liberdade.

Nesse sentido, o estudo da história regional se constitui num exercício de rememoração dos feitos do passado de uma comunidade, única atividade capaz de garantir os fundamentos de uma identidade e a consciência de ser alguém, do reviver as lutas de um povo.

Como destaca Martins,² os grupos configuram sua existência através da ocupação de um lugar, de um campo próprio. Ali marcam-se as regras, normas de comportamento, vestuário, linguagens, ritos que atuam como delimitadores do acesso ao grupo. Assim, através da valorização da cultura da sociedade é que as populações terão a oportunidade de entender seu passado, resgatando, assim, suas referências históricas que fatalmente as remeterão às suas identidades ou gerarão curiosidades e buscas de conhecimentos profundos, que contribuirão de alguma forma para uma rememoração da identidade.

Dessa forma que a pesquisa se iniciou. Inquietados com a história do sudoeste, resolvemos ir além, entender um processo natural de (re)povoação de terras, o qual resultou em disputas entre os possíveis donos e empresas que buscavam atingir lucro sobre a real situação, acabou em revolta, a Revolta dos Posseiros. Mas não era isso que buscamos indagar as referências, publicações de jornais, entrevistas e documentos. Buscamos ir além e transpor o que ocorreu após a Revolta dos Posseiros.

Nossa pesquisa busca destacar como foi o processo de apropriação das terras pós 1957. Buscar trazer em evidência os posseiros que se uniram, lutaram, venceram, mas isso não era o suficiente. Precisaram de lutas judiciais para obterem os títulos das propriedades. Mas muito além da justiça, a região precisou que governantes aceitassem assumir a proposta e ajudar a região.

² MARTINS, Rubens da Silva. *Entre jagunços e posseiros*. Curitiba: s/editora, 1986, p. 43.

Levou-nos a pesquisar e indagar sobre a região no período retratado, buscar entender a posse de terra cercada de um universo de relações de conflitos. Buscamos entender o (re)povoamento da região, as pessoas que adentraram no território. De fato, na história lidamos com muitas versões e devemos nos lembrar a todo momento que é impossível abordar os eventos sem tomar partido. Em suma, antes mesmo de começarmos uma pesquisa, nossas perguntas parecem já determinar o que queremos encontrar ou, pelo menos, o que consideramos aceitável ou não.

Para desenvolver a pesquisa, o primeiro passo foi investigar o contexto histórico, ou seja, estudar o Sudoeste paranaense no tempo e na dinâmica do desenvolvimento da região. Nesse aspecto, o diálogo com autores que refletiram sobre o processo de ocupação do território paranaense foi essencial. Como referencial teórico e metodológico utilizamos autores do porte de Martins (1994), Feres (1990), Battisti (2007), Pegoraro (2009), Wachowicz (1987), Saquet (1997), Gomes (2001), Zanoni (1987), Lazier (1997), Van Der Brug (2015), entre outros.

O autor Martins procura, ao longo de sua obra, intitulada *Entre jagunços e posseiros*, problematizar os fatos, ou seja, possibilitar uma análise ampla, fornecendo elementos consistentes para isso. Sua obra "destoa", de certa forma, da grande maioria da literatura sobre o tema que buscamos estudar. Traz informações sobre fatos e pessoas que na maioria dos escritos são "acusados"; nessa obra os mesmos são "explicados", se é que se pode fazer uma referência desse modo, pois o autor procura demonstrar com sua argumentação que a falta de clareza atingia a todos da região e também os "grileiros", comumente chamados os que comercializavam as terras da região, também esses foram lesados em maior ou menor proporção.

O autor referido também traz à tona a abrangência que vem ao encontro do primeiro capítulo, onde o mesmo buscou, estudou e fez análises do povoamento do Sudoeste do Paraná. Buscamos fazer uma revisão dos principais acontecimentos na região, voltados para a posse e propriedade de terras. Um dos capítulos é dedicado exclusivamente à Revolta dos Posseiros, com vários relatos orais e diversas outras fontes documentais. Trata-se de uma referência até hoje sobre o assunto, produzido com o amparo do Instituto Geográfico e Etnográfico Paranaense, dentro do projeto de incentivo à produção sobre a história do Paraná.

Os estudos de Pegoraro enfatizam os vários olhares da Revolta do Posseiros de 1957, focando na união das forças dos posseiros para concretizarem e obterem os títulos das propriedades.

Battisti discute as disputas pela terra ocorridas na região sudoeste do Paraná e a forma como os fatos foram se somando e se agravando. Aponta, ainda, para a continuidade da luta pelo direito da terra que se processa atualmente sob a proteção do MST e a participação feminina nesse processo.

Lazier enfatiza em suas obras várias fotos e documentos anexados que complementam as informações apresentadas ao longo do livro, de forma bem fundamentada pelo autor, cuja preocupação central era historicizar a respeito da posse da terra, as lutas em torno disso até, finalmente, serem expedidos os documentos em favor dos posseiros. O autor, além das fotos e documentos referidos, apresenta mapas que permitem a localização da região disputada, no caso, o Sudoeste do Estado. Vários quadros e gráficos com informações que permitem a percepção do crescimento populacional, lugares de origem da mesma, aumento da produção, principais produtos produzidos, comercialização dos mesmos etc., ou seja, o autor traça um panorama da região.

Zanoni procura caracterizar a ocupação da região Sudoeste do Estado, destacando o papel desempenhado pela Cango na consolidação da estrutura produtiva regional, enfatizando a relação comerciante/colono. Apresentando uma retrospectiva histórica em torno da disputa das terras da região, destacando a indefinição judicial a respeito do assunto, o que permite que a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (Citla) tomasse conta e impusesse medo aos posseiros.

Van Der Brug retrata uma história narrativa que ocorreu no Sudoeste do Paraná, retratando a atuação do Getsop, Igreja Católica e a Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (Assesoar) no Sudoeste do Paraná. Entrando em contexto com o ponto chave da nossa pesquisa: compreender o processo de ocupação legal das terras. As terras eram ocupadas, porém, sem títulos que comprovassem legalmente que os posseiros fossem os proprietários.

Temos discussões de inúmeros autores em torno das terras sudoestinas e os seus desdobramentos. Após análises dos autores destacados e de outros, iremos a campo buscar fontes que nos coloquem frente a frente com nosso problema. E para a resolução de um problema, temos que buscar hipóteses.

Na primeira parte acolhemos as revisões bibliográficas e constatações dos autores; em segundo plano, fomos em busca de fontes: arquivos da Cango (documentos que eram enviados ao Estado solicitando melhorias para a colônia), arquivos e publicações do *Jornal de Beltrão* (JdeB), onde se encontram reportagens, entrevistas,

sobre a região estudada. Utilizamos ainda fotos que retratam os fatos da época na Secretaria de Cultura de Francisco Beltrão - PR.

E o ponto chave do estudo está na análise dos processos judiciais pós-Revolta dos Posseiros em 1957 que resultaram na resolução da nossa situação-problema. Os processos envolvem os posseiros e se encontram arquivados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Francisco Beltrão - PR. Os processos judiciais em torno da regularização das terras por parte do Getsop a partir do ano de 1962. Esses processos mostram como ocorreu a regularização dos títulos de propriedades aos posseiros.

O entendimento dos conflitos sociais no campo, ocorridos e que ainda ocorrem em boa parte do território, envolvendo particularmente suas origens e suas razões, passam, primeiramente, pelo entendimento do processo histórico, envolvendo os mecanismos que marcaram o acesso à terra na fase da ocupação pioneira, as características das primeiras formas do uso do solo e, em seguida, pelo entendimento das consequências sociais geradas pelo novo modelo agrícola em meados de 1970, com a mecanização no campo, que acabou gerando o êxodo rural.

1. O PROCESSO DE FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Com o presente estudo, buscamos compreender como ocorreu a reintegração das posses e títulos de propriedade na região do Sudoeste do Paraná. A pesquisa tem como foco a questão da posse da terra, cercada por um universo de relações de conflitos., Neste primeiro capítulo buscamos contextualizar o início das migrações, o (re)povoamento, as políticas públicas que impulsionaram a migração para a região, quem foram os colonizadores e quais foram as colonizadoras que fizeram a intervenção das terras que se desencadearam em conflitos.

A importância do estudo é obter conhecimentos mais aprofundados sobre a atuação do Getsop na região. O objeto principal a ser atingido é a questão da posse da terra envolta em relações de disputas e conflitos. Ao longo da história, os fatos se multiplicaram e o estopim se acendeu em 1957. Era necessária uma intervenção na região para a resolução dos problemas em prol dos títulos de propriedades.

Neste capítulo, analisaremos também os acontecimentos históricos do início do século XX, os anos seguintes a 1930, com a entrada de Getúlio Vargas no poder. Iremos explorar os sujeitos que se destacaram na história do sudoeste do Paraná, a trajetória histórica da terra na visão das disputas e conflitos e a Revolta dos Posseiros e suas repercussões.

Ao final da contextualização do processo de apropriação da formação territorial do sudoeste do Paraná na primeira metade do século XX, buscaremos compreender a questão da apropriação das terras que se deu em tão pouco tempo, bem como as consequências que se deram na época e os vestígios que são visíveis nos dias atuais.

Desde quase sempre na história da humanidade, o trabalho científico contribuiu significativamente para o desenvolvimento da sociedade a partir da percepção crítica e das buscas por paradigmas sociais que guiavam as organizações e grupos informais. Hoje a pesquisa tem papel fundamental, com novos conhecimentos, e a partir deste estudo buscamos abranger mais profundamente, além dos estudos já existentes, a questão da posse de terra baseada nos conflitos.

Revisitar os discursos e as práticas sociais que promoveram a reinvenção do sudoeste do Paraná como representação do espaço no período de 1940 a 1970 permite revelar como ocorreu o processo de criação de novos sentidos e de novas formas para essa região. Por isso, julgamos importante compreender quais os discursos e os contextos sociopolíticos, culturais e econômicos que ativaram o poder e o saber de representação desse espaço como “lugar do futuro”, especialmente para a migração de rio-grandenses e catarinenses.

Governos coloniais e colonizadores fizeram invasões e conquistas, mas não fundaram nações; foram exploradores, mas não foram sócios. Dos costumes, tradições, leis empíricas e normas da consciência, permaneceram os que, por neutros, não colheram os passos de empresas e aventuras: a visão dos novos cenários, a força impulsiva e os delírios da ambição despertaram almas novas.

1.1. A região Sudoeste do Paraná

Destacamos vários itens que servem de embasamento no contexto da compreensão da posse de terras no sudoeste do Paraná. O contexto histórico da posse está baseado nos conflitos que geraram consequências para a população que habitava esse território. Destacamos as migrações e a forte miscigenação entre indígenas e migrantes de várias nacionalidades, principalmente italianos e alemães quando migraram em grande escala para o sul.

No relatório do Núcleo Colonial de Foz do Iguassú (1941/42), enviado ao Ministro da Agricultura, consta que em 1900 a população de Clevelândia, que incluía o Sudoeste paranaense, era pouco superior a 3.000 habitantes, composta especialmente por *caboclos*. Tratava-se de um vazio demográfico, onde destacava-se a ocupação da Colônia Militar do Chopin (atual município de Chopinzinho), criada em 1882.³

No conflito dos caracteres étnicos com os fatores mesológicos e sociais que operaram sobre os diversos tipos humanos, a vitória cabe à última dessas influências. O homem moderno resulta mais diretamente do meio em que habita, principalmente da sociedade que o cerca.

³ BRISKIEVICZ, M. A organização territorial do sudoeste paranaense a partir da inserção dos migrantes. *Sociedade e Território*, Natal, v. 22, n. 2, p. 19-36, jul./dez. 2010.

Desde a emancipação política da província em 1853, quando se desmembrou de São Paulo, o Paraná se constituía o destino de milhares de migrantes estrangeiros, a maioria europeus, que se aventuravam rumo à terra das araucárias em busca de melhores condições de vida, de sonho de conquista da propriedade, ou atraídos pela propaganda imigratória governamental, ou das sociedades de imigração. Junto às dezenas de milhares de imigrantes, muitos foram os que passaram por Paraná e fixaram residência mesmo por curto espaço de tempo, ou, em algumas ocasiões, por anos, e deixaram registradas suas impressões nas pessoas, no seu modo de vida e na paisagem regional.

A ocupação territorial da região começou no final do século passado, porém incipiente até 1920, quando ocorreu o aumento de imigrantes para a região. O maior fluxo de ocupação ocorreu entre 1940 e 1980, principalmente entre 1950 e 1970, quando muitos imigrantes advindos do Rio Grande do Sul e de regiões catarinenses aportaram para o sudoeste. Os imigrantes eram filhos e netos de imigrantes europeus, notadamente italianos e alemães, mas também caboclos e indígenas.

É importante dizer que nem todos os migrantes reproduziram o mesmo modo de vida, pois existiam semelhanças e diferenças internas em relação às condições econômicas e até mesmo culturais, implicando disputas e tensões por terras, por melhores áreas localizadas e maiores extensões, maior lucratividade de investimentos no novo território, ou o poder simbólico pelo prestígio nas relações desenvolvidas.

As regiões coloniais do sul do Brasil se constituíam de sociedades com características próprias decorrentes das condições do processo histórico brasileiro mais abrangente. O universo social brasileiro, apesar de sua heterogeneidade, apresenta características predominantemente calcadas na grande propriedade, que a colonização portuguesa, fundamentada no antigo sistema colonial, iniciou desde os primórdios da inserção na América portuguesa no contexto do capitalismo comercial.

As capitânicas hereditárias, a concessão de sesmarias e as datas de terras foram as raízes do latifúndio na estrutura fundiária brasileira e da formação de uma sociedade aristocrática agrária vinculada à economia e à sociedade gestada a partir da expansão marítima e comercial dos tempos modernos.

Referente ao sudoeste do Paraná, buscamos destacar as grandes questões em torno do território para compreender o item principal: a terra. No contexto de poder e de posse, abordamos algumas características da região, pois é necessário entender o que ocorreu na história dessa região para compreender a atualidade, sempre em constante movimento e adaptações.

A ocupação do território ocorreu em virtude das ações do Estado e da capacidade de organização e resposta dos pequenos e médios produtores rurais. A estrutura de pequenas propriedades e a base produtiva, que caracterizam a região, podem ser consideradas condições positivas na manutenção de uma relativa coesão regional, dado que se observa um perfil de estabilidade quanto à participação na economia do Estado a despeito das condições ambientais restritivas.

O processo de ocupação do espaço sudoeste foi marcado por uma intensa luta pela posse da terra. Na década de 1950, a exploração da madeira remanescente, o cultivo de lavouras alimentares e a criação de animais destinados para a subsistência eram as principais bases produtivas.

O território se originou das conflitualidades, dos embates, disputas e relações de poder entre os grupos, que construíam identidades e coesões, separações e exclusões, visando ao domínio e ao controle do espaço. As representações construídas no passado, como a memória de um povo ou de uma cidade, podem encobrir as relações de dominação e de poder inscritas em tais embates.

Observamos o mapa com a localização do sudoeste do Paraná em 2017.

Mapa 2 - Localização do sudoeste do Paraná.



Fonte: Disponível em: <http://www.cidadao.pr.gov.br>. Acesso em: maio 2017.

Ao tratarmos da história regional, estamos nos referindo à abordagem que o historiador faz do seu objeto de estudo, recortando determinado espaço a ser estudado.

De qualquer modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial).⁷

O território em questão passou por lutas para delimitar as suas fronteiras. Do lado internacional, disputou com a Argentina, como veremos mais adiante. Nos limites estaduais, disputou extensões de terras com Santa Catarina, em 1916.

⁷ BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2004. p. 31.

A economia da região nos dias atuais é bastante dependente da agricultura e indústrias derivadas. Existem instaladas diversas empresas relacionadas ao agronegócio, algumas de expressão nacional. Nos últimos anos, vários investimentos foram anunciados e muitos outros estão em estudo.⁸

Ao analisar o contexto regional de determinadas localidades, buscamos, primeiramente, conhecer as características da região no próprio contexto, abrangendo sua posição na história propriamente dita.

O estudo do regional, ao focalizar o peculiar, redimensionaria a análise do nacional, que ressalta as identidades e semelhanças, enquanto o conhecimento do regional e do local insistira na diferença e diversidade, focalizando o indivíduo no seu meio sócio-cultural, político e geo-ambiental na interação com os grupos sociais em todas as extensões, alcançando vencidos e vencedores, dominados, conectando o individual com o social.⁹

Como podemos definir a região Sudoeste do Paraná no contexto político-social baseada na introdução dos migrantes? Buscar respostas é uma tarefa difícil e também conflituosa, pois não podemos destacar o povoamento da região com base na leva de imigrantes para essa localidade. Ali já existiam índios e caboclos que exploravam a região.

Ao referir a região, vêm à mente vários itens que podemos destacar como essenciais ou de extrema importância para delimitarmos uma definição. Cada região se destaca de alguma forma, ou por sua cultura, economia, ou pela sociedade que habita o local.

O contexto da região pode ser definido mais amplamente como um espaço que constitui a atividade humana em si, onde há interação de pessoas que moram, sobrevivem e, por vezes, lutam pelo território, como é o caso do nosso objeto de estudo. Ao destacarmos a região, temos em posição a colonização realizada pelos europeus no Sul do Brasil e precursoras do progresso do sudoeste paranaense. Nessa região encontravam-se clima e solo favoráveis para o desenvolvimento da agricultura.

⁸ O resultado hoje na região Sudoeste já é responsável pelo segundo maior valor bruto agropecuário (VBP) do estado segundo dados do *Diário do Sudoeste*.⁸ “Região VBP do Sudoeste cresce mais que o do Paraná Enquanto a região teve crescimento de 4,3%, no Estado a elevação R\$ 70,6 bilhões, enquanto o Sudoeste nesse período (safra 2013/2014) totalizou R\$ 9,1 bilhões”. Obtendo um crescimento superior ao de outras regiões do estado. *Diário do Sudoeste*. Disponível em: <http://www.diariosudoeste.com.br/noticia/vbp-do-sudoeste>. Acesso em: maio 2017.

⁹ NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local no Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002. p. 89.

A região revela uma história de ampla transformação, seu espaço está em constante movimento e, assim, transforma-se num território histórico que traz várias oportunidades distintas de análises. No presente estudo, analisaremos o real valor que possuía a terra, o valor diferenciado da área econômica num contexto de posse e propriedade.

O sentimento de pertencimento nasceu juntamente com os portugueses que fizeram a migração transoceânica. Fazia parte das pessoas adquirirem bens e deterem poder, produzir e ganhar em cima da propriedade. Conforme Boris Fausto,

nas relações com a terra, o direito de propriedade adquiriu um sentido religioso, que frequentemente se confunde com o sentido de família. Parece que a propriedade da terra é a própria família, o núcleo originário da organização social, essência íntima da estrutura humana.¹⁰

Com esse sentimento de pertencimento, foram criados os primeiros laços regionais. O sentimento de pertencer a algo ou a algum lugar já faz dos moradores grandes personagens ativos na participação da construção desse território e nas formações sociais e econômicas.

A região Sudoeste do Paraná é basicamente formada por uma população de migrantes, uma miscigenação de povos que já moravam nas localidades e que chegaram e agregaram o sentimento de pertencimento nesse local.

1.2. Indígenas e não indígenas: sua relação no povoamento do sudoeste do Paraná no início do século XX

Ao analisar a história da região e a vida dos povos que ali habitavam antes do (re)povoamento em 1943, podemos observar uma dificuldade no processo de estudo e pesquisa do historiador. Primeiramente pela falta de documentos; em segundo lugar, os documentos que existem são marcados por opiniões e estereótipos particulares ou com intenções próprias.

A história nacional por muito tempo foi escrita a partir da figura do colonizador branco europeu. Renata Ortiz questiona, “como ter uma identidade nacional quando não

¹⁰ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 275.

se reconhece a base dessa nacionalidade em seus nativos?”¹¹ Portanto, a própria concepção de “identidade nacional” pode ser contestada, já que não leva em consideração os elementos negro e indígena, que fizeram parte da formação desse território. Em momentos históricos, era conveniente para as elites brasileiras incluir os indígenas e os negros no discurso para criar um mito de “democracia racial”.

Segundo Sarah Ribeiro,¹² a representação de um sudoeste paranaense desocupado ou, pelo menos, destituído de pessoas habilitadas a alçá-lo à esfera do progresso, é tributária das metas de expansão do capitalismo, “que incorpora uma nova área ao seu sistema produtivo desmistificando a noção de um processo harmonioso e pacífico elaborado pela ótica colonialista”.

A concepção das possessões indígenas é qualificada como espaço ideal a ser inserido no âmbito da economia nacional e, subsequentemente, capitalista. Atribui-se a preferência pelos sítios aludidos à suposta ociosidade que distingue essas terras e, ao mesmo tempo, à propalada fertilidade dos solos.¹³ O sudoeste paranaense era, e ainda é, uma região de terras férteis e agricultáveis, que geram uma economia capitalista promissora.

A Tabela 1 mostra o número total de migrantes no Paraná no início de século XX.

Tabela 1 - A imigração italiana no Paraná no olhar de viajantes italianos

Imigração para o Paraná no início do século XX				
Nacionalidade	Poloneses e ucranianos	Italianos	Alemães	Outros
Nº total de migrantes	75.000	25.000	20.000	5.000

Fonte: Fábio Augusto Scarpim.¹⁴

No final do século XIX e início do século XX, começou a ocorrer a ocupação do território sudoestino. Ressalta-se que o território já era habitado pelos índios. Segundo

¹¹ ORTIZ, Renata Baum. A presença indígena na constituição da identidade brasileira. In: *IX Semana de Letras*. Letras: Cultura e Diferença. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. p. 157.

¹² RIBEIRO, Sarah I. G. T. Fronteiras e espacialidade: o caso guarani no oeste do Paraná. *Varia Scientia - Revista multidisciplinar da Unioeste*, Cascavel: Edunioeste, ano 1, n. 1, p. 18, 2005.

¹³ RIBEIRO, op. cit., 2005, p. 27.

¹⁴ SCARPIM, Fábio Augusto. A imigração italiana no Paraná no olhar de viajantes italianos. *Áskesis*, v. 6, n. 2, p. 8-23, jul./dez. 2017.

Wachowicz, “os índios caingangues, que habitavam a região, não queriam aceitar a presença do homem branco em território por eles dominado. Várias vezes atacaram os homens brancos”.¹⁵ Como aborda o autor, o início dessa convivência não foi muito agradável, pois havia muitos conflitos entre eles.

Nesse período, o que mais importava era adentrar nas florestas e desbravar as novas terras, de onde os índios eram expulsos ou mortos devido à violência exercida pelos colonizadores brancos. A quantidade elevada de mortos ocorreu principalmente em razão de os indígenas não aceitarem a presença do homem branco e colonizador em seus territórios.

Tem-se como ponto de partida do contato com os indígenas e brancos a partir da prática do tropeirismo: criação e invernagem de gado, que ganhou importância com a abertura do caminho para Viamão. Ao longo desse caminho organizaram-se pousos, invernadas e freguesias. Com base nessa atividade, foram ocupados os campos de Curitiba, os Campos Gerais e, no século XIX, os campos de Guarapuava e de Palmas.

Os caminhos eram, em geral, trilhas, picadas nas matas fechadas, com muitos obstáculos, como rios, rochas, subidas, que dificultavam o trânsito dos tropeiros. Alguns, por iniciativa particular, resolviam melhorar os caminhos para facilitar o percurso das tropas e garantir a formação de povoados, que, para a época, era de extrema importância na prestação de auxílio aos tropeiros.

Podemos observar o monumento erguido na cidade de Palmas - PR em homenagem aos tropeiros que (re)colonizaram e abrangeram os territórios da região. O monumento encontra-se exposto na entrada da cidade, representado por um homem e sua mula carregada, caminhando adiante, desbravando e abrindo novos caminhos.

¹⁵ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 99.

Figura 1 - Monumento que simboliza o marco da colonização de Palmas - PR.



Fonte: Roncatto, Fabiana, 2018.

Os povoados fundados ao longo da rota proporcionavam toda a assistência ao tropeiro e a sua tropa com alimentos e pouso. Observa Wachowicz:

[...] essas povoações, hoje progressistas cidades, enfileiram-se uma após a outra, tais como as contas de um colar, ao longo de sua rota [...]. Nos locais destinados a pernoite, estabeleciam negociantes, que construía algum cercado, para alugá-lo ao tropeiro, para que os animais pudessem passar a noite sem perigo de se extraviarem.¹⁶

O caminho para Viamão possuía características naturais de campos, com topografia pouco ondulada e sem coberturas florestais, o que facilitou o desenvolvimento da pecuária extensiva. A localização próxima dos centros produtores e consumidores transformaram a região em área de passagem com o surgimento e a consolidação do tropeirismo.

A atividade tropeira foi muito relevante nos Campos Gerais, converteu-se no modo de vida da sociedade campeira. A atividade se tornou cada vez mais representativa economicamente em razão da queda da produtividade nas fazendas, com o esgotamento

¹⁶ WACHOWICZ, op. cit., 1987. p. 102-103.

do solo, a divisão das fazendas para as partilhas hereditárias e a perda da qualidade do gado. Sobre essas características de sociedade campeira, Abreu afirma:

Historicamente, a estrutura social liga-se à forma como se deu a ocupação da terra. Reproduziu-se o mesmo estilo de vida patriarcal baseado na aristocracia fazendeira, como também foram frequentes as uniões interfamiliares para a preservação da grande propriedade.¹⁷

Nos espaços geográficos entre as cidades encontrava-se a outra parcela da população, estruturava-se em pequenos arraiais compostos por algumas casas, comércio e pequenas propriedades rurais. Dedicava-se à agricultura em propriedades conhecidas por “sítios”, desenvolvendo as culturas de milho, feijão e criação de poucas cabeças de gado e cavalos.

No início do século XIX, a erva-mate abriu o comércio de exportação para os mercados do Rio da Prata e Chile, tornando-se o esteio econômico paranaense até 1930, quando a concorrência argentina perdeu a predominância desse produto. Em vários momentos ocorriam enfrentamentos com os indígenas no desbravar os territórios ainda desconhecidos, eles se empenhavam em defender e garantir a sua segurança no território.

Apesar de todos os revezes com os indígenas, eles foram de muita importância junto aos não indígenas, principalmente na questão do conhecimento dos territórios, abertura de estradas e configuração de pontos estratégicos. No dizer de Wachowicz:

Inúmeros são os testemunhos que ressaltam o papel fundamental desempenhado pelos índios na ocupação definitiva por brasileiros, no território compreendido entre os rios Iguaçu e Uruguai. [...] inestimáveis foram os serviços prestados por esses índios, mas a grande contribuição dos índios do sudoeste paranaense estava ainda por vir na questão de palmas.¹⁸

Para Steca,¹⁹ os indígenas marcaram história ensinando e auxiliando os homens não indígenas no que diz respeito aos rios navegáveis, indicando as melhores rotas de navegação, pois eram excelentes canoeiros, também eram guias nos caminhos pelas matas. Os indígenas e caboclos não serviram apenas num contexto de mão de obra excedente, tiveram participação ampla no desbravamento dos territórios com os

¹⁷ ABREU, Alcioly Terezinha Gruber de. *A posse da terra: modernização agropecuária de Guarapuava*. Curitiba: BPP, 1986. p. 110.

¹⁸ WACHOWICZ, op. cit., 1987. p. 99.

¹⁹ STECA, Lucinéia Cunha. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: Ed. da UEL, 2008.

migrantes, pois eram exímios conhecedores. Essa foi uma das estratégias adotadas na solução da questão de Palmas no litígio entre Brasil e Argentina.

Os relatórios da província do Paraná, após a emancipação em 1853, eram escritos pelo presidente, que tinha o dever de prestar conta à Assembleia Provincial, informando sobre a situação da província e da sua administração a cada final de ano. Esses documentos encontram-se disponíveis no Arquivo Público do Paraná.²⁰

No fragmento a seguir, vemos que a agricultura e a criação de animais domésticos eram também instrumentos para aculturar os nativos. No documento intitulado “Agricultura, fábricas, comércio e navegação”, observa-se a interpretação sobre o clima e o solo, juntamente com a questão em que os indígenas estavam inseridos:

A benigna influência do clima desta província ostenta-se na variedade de artigos, que o terreno produz, e na confusão com que recompensa o suor do trabalhador. O trigo, o centeio, a cevada, o milho, o arroz, a batata, o chá, o café, o fumo, o algodão, etc., tudo isso produz o Paiz, senão em humas, n'outras localidades, e tudo e bem que alguns objectos em *mínimas proporções se cultivava às vezes só para o consumo do produtor*.²¹

Como podemos observar, os indígenas foram muito importantes para os migrantes colonizadores, eles prestavam ajuda, pois possuíam um amplo conhecimento sobre o território. Claro, o homem não indígena utilizou a mão de obra do indígena para a exploração de seus interesses. Só não devemos apagar essas memórias da história da nossa sociedade, eles fizeram parte desse contexto e sua participação foi de extrema importância.

De acordo com Steca e Flores,²² em 1858 já existiam na região Sudoeste do Paraná “caboclos e alguns estrangeiros aculturados, os quais pouco faziam além de prover às suas próprias necessidades imediatas. Faltavam meios de transporte e de comunicação com o mundo exterior”.

Observamos até então que o indígena foi reprimido e excluído de um contexto amplo de exploração e ganância do homem não indígena. Não lhes restaram esperanças, os vínculos foram rompidos, quebrados. As tribos foram destruídas pela ganância da

²⁰ Os relatórios possuem um padrão de elaboração apresentando as mesmas temáticas principais, organizadas em subitens: família imperial, tranquilidade pública, instrução pública, colonização, catequese, indígenas, aldeamentos, polícia, estradas, cultura (trigo, chá, algodão, erva-mate), entre outros, que destacaremos mais adiante. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>.

²¹ PARANÁ. *Relatório do presidente da província do Paraná Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Curitiba: Typ. Paranaense, 1854. p. 65-66 (grifo nosso).

²² STECA E FLORES, op. cit., 2002. p. 30.

posse e propriedade da terra, e eles deslocados para outros locais fora do ponto estratégico de povoamento dos povos colonizadores, ou, inclusive, eram até mortos.

1.3. A formação de fronteiras

O historiador, ao se ater a qualquer região, com o recorte espacial que decide pesquisar, deve estar atento aos afrontamentos políticos, às lutas pelo poder, às estratégias de comando do governo, aos projetos de domínio e de conquista submetida a inserção do migrante no território e parte de sua instalação e demarcação, como estabelecer fronteiras e limites que agora podem reivindicar como sendo naturais, ancestrais, divinos ou legítimos.

Para construir um território, deve-se construir uma zona de espaço, falar de limites e, portanto, falar de fronteiras. A história regional está interligada com as fronteiras, delimitar o estudo de uma região necessita delimitar fronteiras. Os elementos históricos se relacionam com a formação econômica e a estruturação das economias.

Segundo Seabra,²³ o conceito de fronteira institui onde começam e terminam os territórios pertencentes, respectivamente, a dois estados vizinhos, materializando uma separação entre dois espaços territoriais onde se exercem duas soberanias diferentes.

Formar uma fronteira significa, antes de tudo, demarcar o poder sob aquele território. E foi assim no sudoeste do Paraná, disputaram fronteiras que representavam poder e que mais tardiamente foram campos de revoltas e lutas. Disputas que envolviam demarcação de território.

O território paranaense vivenciou o envolvimento de inúmeras disputas na definição dos seus limites. Vejamos os principais pontos implicados nessa questão para, na sequência dos fatos históricos, darmos maior embasamento a este trabalho. Iremos analisar a trajetória histórica em relação à terra, aos conflitos e às tensões.

As fronteiras representam muito mais do que uma mera divisão e unificação dos pontos diversos entre localidades, Golin define fronteiras como

uma referência facilitadora, a fronteira é interpretada como uma faixa ou zona existente nos dois lados da linha divisória e de difícil precisão [...]. Entretanto,

²³ SEABRA, Miguel P. C. S. *O conceito de fronteira: uma abordagem multifacetada*. Trabalho de investigação individual do curso de Estado-Maior Conjunto. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2012.

a zona fronteira é real e depende das relações sociais em diferentes tempos históricos.²⁴

Entre 1749 e 1916, o território situado entre os rios Iguazu e Uruguai, Marombas e Peperi-Guaçu esteve no centro de várias tensões: primeiro, entre portugueses e espanhóis; depois, brasileiros e argentinos; por fim, entraram no palco os estados do Paraná e Santa Catarina.

A aceleração das relações capitalistas foi um dos fatores que mais contribuíram para a diminuição e a posterior exclusão dos caboclos e indígenas do sudoeste paranaense. Historiadores apontam essa região como um grande vazio demográfico, esquecendo, muitas vezes, as figuras pioneiras.

Segundo Abramovay,²⁵ o sistema agrícola correspondente ao pousio florestal e às formas sociais correspondentes tiveram vida curta e se dissolveram de maneira pacífica no sudoeste paranaense a partir da chegada dos migrantes.

Antes dos caboclos²⁶ formarem uma sociedade estável que se reproduzisse baseada em normas sociais estabelecidas coletivamente e que pudessem, portanto, esboçar alguma resistência contra a sua extinção, o próprio caboclo foi “seduzido” pelo dinheiro, que se tornou capital aos olhos ambiciosos de ambas as partes. O migrante buscando redimensionar seu modo de vida, o caboclo vendendo suas propriedades.

Assim, o fim do pousio florestal praticado pelo caboclo não só foi o término, de certa forma, do econômico e da substituição de uma população por outra, ou apenas uma transição socioeconômica, mas uma mudança étnica e cultural.

O caboclo adentrava na mata, abria clareiras, construía sua casa de madeira lascada e vivia ali até que chegassem migrantes rio-grandenses e catarinenses. Esses compravam as terras a preços baixos ou até em troca de utensílios úteis para eles. O caboclo migrava para outro lugar mais no interior da mata, construía novamente sua casa, para mudar-se outra vez após vender das terras, e assim sucessivamente.

1.3.1. A questão de Palmas: Brasil versus Argentina

²⁴ GOLIN, Tau. *A fronteira*. Introdução: a fronteira como centralidade entre a região e a nação. Porto Alegre: L&PM, 2002. v. 1. p. 14.

²⁵ ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - USP, São Paulo, 1981. p. 24.

²⁶ O “caboclo” que necessariamente é o resultado do cruzamento de indígenas com não-indígenas.

A crise que em meados do século passado pôs em xeque a validade das sínteses meta-históricas colocou em evidência a realidade das diferenças entre as comunidades e dos próprios homens entre si. Dessa forma, o discurso nacional foi reinventado para absorver a presença das diferenças étnicas e regionais numa mesma unidade nacional.

No tratado de Santo Ildefonso em 1777, foram definidas as fronteiras das terras pertencentes a Portugal e a Espanha ao sul do Brasil. Ficaram definidos como fronteira os rios Uruguai e Paraná e uma parte do rio Iguaçu. Num primeiro momento, nada se declarou e deu-se por encerrada a questão. Passaram-se oitenta anos e o governo brasileiro retomou o assunto, dando início à “Questão de Palmas”.

As fronteiras entre as colônias portuguesas e espanholas na América sempre foram mais problemáticas na parte Sul do continente. Mesmo depois da Independência, as fronteiras continuaram sendo motivos de discórdias entre os novos países nesta parte da América [...]. Quando, no século XX, a Argentina passa a reivindicar como sendo sua uma área territorial brasileira, diplomatas de ambos os países vão buscar no passado colonial as suas alegadas razões.²⁷

Durante o primeiro período republicano, o Brasil manteve intensas e conflituosas relações com os países vizinhos. Questões de limites que não tinham sido resolvidas no tempo do Império tiveram solução na Primeira República. Para isso, foram realizados empréstimos no exterior após a recuperação das finanças internas.

A projeção do Brasil no cenário internacional foi, talvez, a maior obra dos governos da Primeira República. Barão do Rio Branco foi um dos grandes responsáveis por esses acontecimentos, chefiou durante dez anos a diplomacia do país. O Brasil teve reconhecimento da soberania sobre várias centenas de milhares de quilômetros. O Brasil, por não ter perdido questões de territórios, trouxe o assunto à tona novamente. Os países envolvidos reivindicavam uma área cuja totalidade somava 30.621 km, como podemos observar no mapa.

²⁷ HEINSFELD, Adelar. *A Questão de Palmas entre o Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no vale do Rio do Peixe/SC*. Joaçaba: Unoesc, 1996. cap. II. p. 35-58.

Mapa 3 - A questão de Palmas.²⁸

Fonte: Disponível em: <https://i2.wp.com/www.academiapr.org.br>. Acesso em: abr. 2017.

Com a preocupação de possíveis invasões, o Brasil buscou intercalar a comunicação com os centros urbanos de forma mais ampla. Iniciou também as navegações pelo rio Iguaçu. Os vizinhos argentinos penetravam na região pelo rio Uruguai em busca da erva-mate.

As lutas por limites territoriais entre Brasil e Argentina não passaram de questões jurídicas, pois, na prática, essa região tão contestada ficava à margem do desenvolvimento dos centros urbanos, permanecendo abandonada à própria sorte.

A área em litígio, de suma importância econômica, representava terra fértil, zona de campo aberto e atividade pecuária, também a maior produtora de erva-mate, largamente consumida no mercado platino. Na verdade, a relevância maior era geopolítica e estratégica.

Essa área de posse dos países vizinhos ficou uma espécie de cunha estrangeira adentrando no território brasileiro. Dessa forma, o Brasil estaria perdendo um trecho de 40 léguas de terra do litoral ao rio Jangada, entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, praticamente desvinculando os estados do restante do país. Para o Brasil, constituía-se numa enorme dificuldade de comunicação e de defesa do território sulino na eventualidade de uma guerra externa ou de surtos de insurreição interna.

²⁸ *Questão de Palmas*. Disponível em: <https://i2.wp.com/www.academiapr.org.br>. Acesso em: abr. 2017.

Rio Branco foi quem deu a sentença final nessa questão. Apresentou a defesa, em fevereiro de 1894, em amplo trabalho de reconstituição histórica, geográfica e jurídica da região em litígio. Em fevereiro de 1895, o presidente Cleveland emitiu sua sentença, estabelecendo que a linha divisória entre a Argentina e o Brasil na região submetida a seu arbitramento ficava estabelecida pelos rios Pepiri (também chamado Pepiri-Guaçu) e Santo Antônio e seus respectivos cursos.

O laudo ainda confirmava que os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio eram os mesmos localizados e demarcados em 1759 e 1760 pelos comissários portugueses e espanhóis no Tratado de Madri. A decisão repercutiu imediatamente nas imprensas nacional argentina e norteamericana. No Brasil, com manifestações populares nas maiores cidades, Rio Branco foi aclamado herói nacional. A imprensa argentina, por sua vez, acusou sua diplomacia de incompetente.

1.3.2. Terras contestadas: Paraná *versus* Santa Catarina

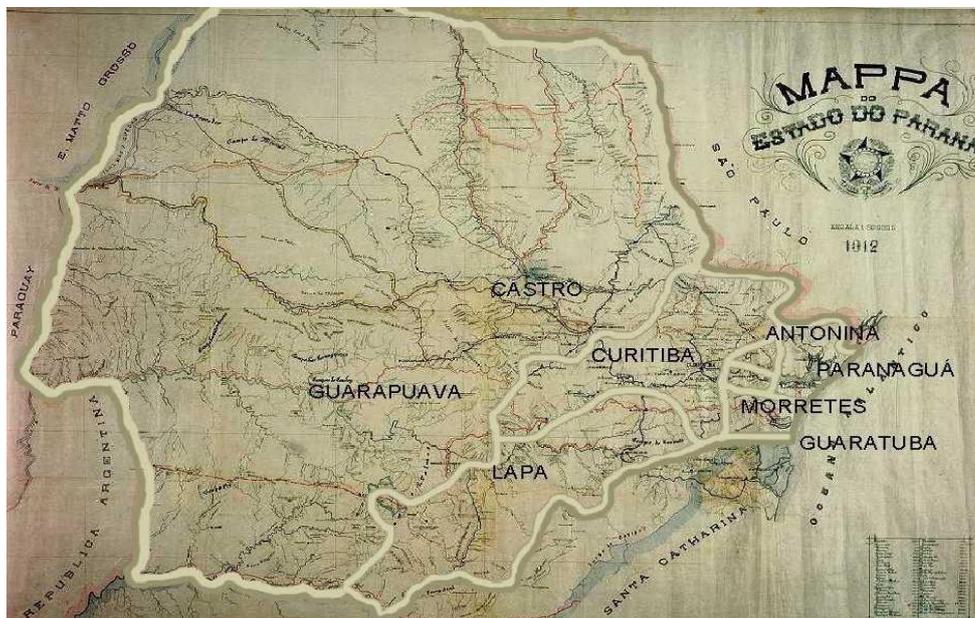
Na primeira metade do século XIX, a província de São Paulo se estendia da parte meridional até o Uruguai, fazendo limite com Rio Grande do Sul. A região do Contestado era constituída por um território sem a presença de um poder político definido e estável, como corretamente era concebido em outros países.

No início do século XX, entre 1912 e 1916, na área disputada pelos estados do Paraná e Santa Catarina, denominada região do Contestado, uma luta camponesa pela posse da terra levou às armas cerca de vinte mil pessoas, gerando um dos maiores conflitos sociais da história do país.

Os caboclos, população que habitava a região, revoltaram-se contra o governo estadual por favorecer aos fazendeiros com grandes concentrações de terras. A revolta se estendeu também contra o governo federal, que concedia extensas áreas de terra à empresa norte-americana Brazil Railway Company. A empresa era responsável para construir a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, ligando o sul ao sudeste do Brasil.²⁹

²⁹ AMADOR, Milton C. P. Guerra do Contestado: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste catarinense. *Cadernos do CEOM – Espaço de memória: abordagens e práticas*. São Leopoldo - RS: Unisinos, ano 22, n. 31, p. 498-507.

Mapa 4 - Estado do Paraná de 1912.³⁰



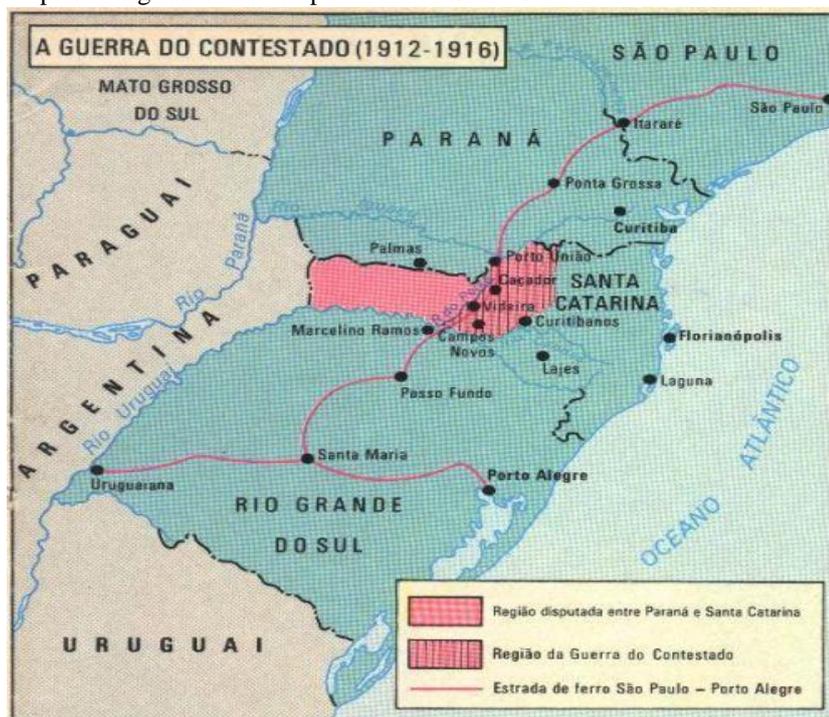
Fonte: Disponível em: <http://patrimônio cultural paranaense.pr.gov.br/conteúdo=175>. Acesso em: jul. 2017.

A designação de Paraná Tradicional remete ao período de conquista e ocupação do território indígena pelos luso-brasileiros nos séculos XVII ao XIX. Compreendia a porção do litoral, o primeiro planalto, Campos Gerais, campos de Guarapuava e Palmas. Através da alocação dos indígenas e a mineração, formaram-se as primeiras vilas portuguesas no litoral e no primeiro planalto, como Paranaguá, Antonina e Curitiba.

Apesar da existência considerável de ervais e de madeiras, a disputa pela posse da região era de cunho sobretudo político a econômico, sendo que ambos os estados tinham por objetivo garantir seus territórios e marcar poder sobre o local.

³⁰ Mapa do estado do Paraná em 1912. Disponível em: <http://patrimônio cultural paranaense.pr.gov.br/conteúdo=175>. Acesso em: jul. 2017.

Mapa 5 - Região contestada por Paraná e Santa Catarina.³¹



Fonte: Disponível em: www.tjpr.jus.br/guerra-do-contestado-museu. Acesso em: maio 2017.

O Brasil ganhou a causa na Questão de Palmas, os limites de fronteira internacional foram definidos. Nesse contexto a ferrovia São Paulo-Rio Grande, que cortava o território disputado por Santa Catarina e Paraná, foi concluída. Como destaca Wachowicz:

No início do século XX, todos esses segmentos da sociedade do Contestado, iriam sofrer profunda transformação com a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, no caso o trecho entre União da Vitória e Marcelino Ramos, no Rio Grande. A construção da estrada de ferro foi entregue e uma firma multinacional, a *Brasil Railway Co.*, de capital norte-americano e inglês.³²

A ferrovia trouxe avanços inéditos para a região, representando, assim, um grande salto de modernidade para a época. Em 1901, Santa Catarina reivindicou todo o território contestado. Porém, desde 1897, o governo paranaense estudava e trabalhava

³¹ *Região do Contestado*. Disponível em: www.tjpr.jus.br/guerra-do-contestado-museu. Acesso em: maio 2017.

³² WACHOWICZ, op. cit., 1987, p. 99.

em cima das questões territoriais contestadas. Joaquim da Costa Barrada, desembargador e político brasileiro, nomeado conselheiro paranaense, defendeu os interesses da região, mas não obteve êxito, uma vez que Santa Catarina defendia as fronteiras naturais, como os rios Saí-Guaçu, Iguaçu e Negro.

Apesar de ser uma disputa longa, na fase jurídica final, Rui Barbosa defendia o Paraná e Epiácio Pessoa, Santa Catarina. Em 1904, o Supremo Tribunal Federal determinou a decisão favorável a Santa Catarina. O estado do Paraná, não aceitando o que tinha ocorrido, recorreu da questão. Entre 1905 e 1910 foi julgada a causa novamente favorável a Santa Catarina.

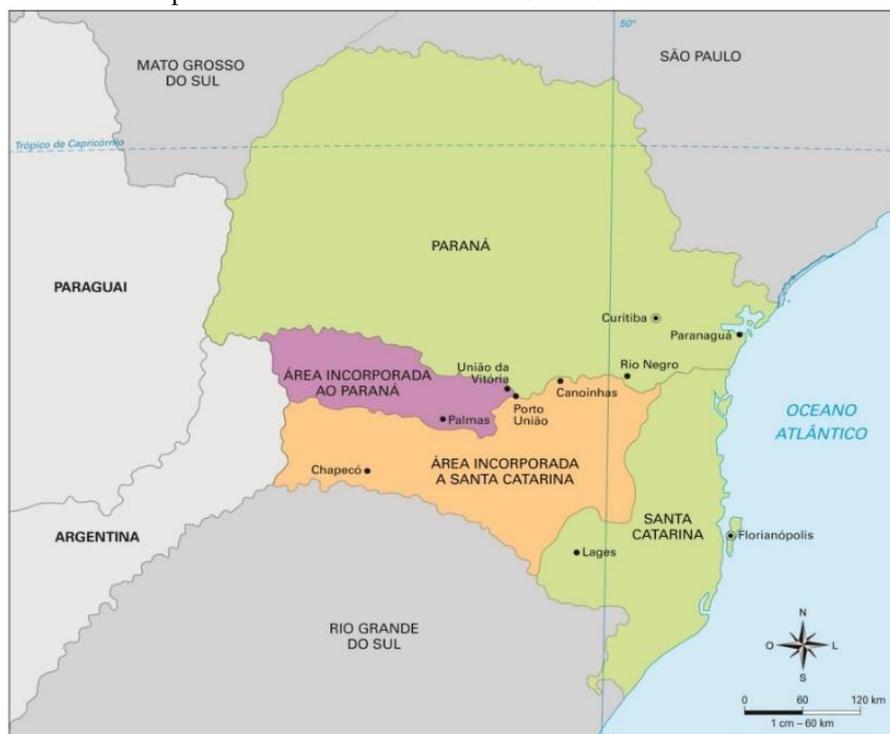
Derivada do termo “coronel”, a mais alta patente concedida pela Guarda Nacional, o coronelismo, ou poder local dos grandes proprietários rurais e comerciantes, encontrou no primeiro sistema político republicano amplas condições de autonomia adequadas ao exercício de mando local e regional, até mesmo atuou como base para as situações (e oposições) políticas estaduais.

Portanto, na guerra do Contestado, a expulsão da população cabocla contou com a participação política coronelista que imperava na região através de fazendeiros estabelecidos. Eles também viam o caboclo como empecilho na expansão das propriedades, apenas o considerava um serviçal para seus interesses nas tarefas rotineiras das fazendas.

Os fazendeiros e seus jagunços, aliados às tropas oficiais, cumpriam papel central na repressão e dizimação da população revoltosa. Dessa forma, o coronelismo exerceu influência decisiva para a deflagração da revolta da população local. A ganância e o mandonismo do coronel não ofereciam alternativa para o excluído caboclo senão o enfrentamento denominado Guerra do Contestado.

O presidente da República Wenceslau Brás estabeleceu que a região do Contestado deveria ser dividida em duas partes: Paraná ficaria com, aproximadamente, 20.000 km; Santa Catarina, com 28.000 km. Desse acordo, em 1916, Santa Catarina teve um aumento em população e em território, obtendo a configuração dos territórios catarinense e paranaense definidos.

Mapa 6 - Territórios incorporados aos estados do Paraná e Santa Catarina.³³



Fonte: Disponível em: <http://sanderlei.com.br/PT/Ensino-Fundamental/Parana-Historia-Geografia-10>.

Após a Guerra do Contestado, foi assinado o acordo de fronteira entre os estados em 20 de outubro de 1916. Afonso Camargo assinou por Paraná e Felipe Schmidt por Santa Catarina, confirmado o acordo pelo presidente da República Wenceslau Braz, ficando a maior parte das terras em litígio para Santa Catarina. A região Sudoeste do Paraná passou a pertencer ao estado do Paraná após a assinatura desse acordo.

A partir de 1916, com o acórdão de limites entre Paraná e Santa Catarina, este povoado passou para a administração de Santa Catarina. O Paraná fundou então do lado paranaense outra localidade, que por muito tempo também se denominou Dionísio Cerqueira, há qual anos após foi chamada de Barracão. Formou-se um tripé de povoações na trílice fronteira: Baracon do lado argentino, Dionísio Cerqueira do lado catarinense e Barracão do lado paranaense.³⁸

³³ *Territórios incorporados aos estados do Paraná e Santa Catarina*. Disponível em: <http://sanderlei.com.br/PT/Ensino-Fundamental/Parana-Historia-Geografia-10>. Acesso em: maio 2017.

³⁸ WACHOWICZ, op. cit., 1987, p. 59.

Figura 2 - Marco de fronteira entre Brasil e Argentina.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A figura mostra um dos marcos na divisa internacional entre Brasil e Argentina no ponto de junção das cidades de Barracão (Paraná), Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) e Bernardo de Irigoyen (província das Misiones). O marco está localizado no passeio de pedestres da Avenida Internacional.

Mapa 7 - Divisas/limites fixados após a Guerra do Contestado, vista do Google mapa de 2017.³⁴



³⁴ Divisas/limites fixados após a Guerra do Contestado, vista do Google mapas de 2017. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Sudoeste%20Paranaense_.pdf. Acesso em: mar. 2018.

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes).

Com o fim da questão dos limites entre Paraná e Santa Catarina, a região em litígio no sudoeste do Paraná passou a ser a região Oeste catarinense. Muitos paranaenses, descontentes com o resultado, recusaram-se a permanecer na região, agora pertencente a Santa Catarina.

O governo paranaense fundou a colônia Bom Retiro no intuito de abrigar os que saíram da área contestada pertencente à Santa Catarina. Essa colônia foi dividida em duas partes, ficando uma com o nome do Rio Pato Branco, hoje um dos maiores municípios do sudoeste do Paraná, com cerca de oitenta mil habitantes.

A guerra do Contestado proporcionou o desenvolvimento de um modelo econômico moderno. Até o início do século XX, os sertões catarinenses eram ocupados por caboclos originários da miscigenação de portugueses com indígenas e africanos, e a sua economia era voltada apenas para a subsistência.

Após a derrota do caboclo na guerra do Contestado, teve início a venda de lotes de pequenas propriedades para as famílias de descendentes de imigrantes, principalmente italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul, motivados pelas companhias colonizadoras, desenvolvendo uma economia voltada a integrar-se à lógica do mercado capitalista.

A partir desse marco divisório é que o perfil socioeconômico e cultural na região sudoeste do Paraná começou a mudar, pois os migrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina trouxeram na bagagem o sonho da mudança e do desenvolvimento, diferentemente do caboclo que seguia a lógica da sobrevivência e da não acumulação de riquezas.

1.4. A constituição do território do sudoeste paranaense

O povoamento e o desenvolvimento do sudoeste do Paraná passaram por um processo de evolução ativado por frentes migratórias oriundas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do próprio estado do Paraná. De maneira geral, podemos dividir o território paranaense em três fases distintas e organizadas cronologicamente partindo do aspecto povoamento: a primeira, em meados do século XVII, caracterizou-se pela exploração do território em busca de ouro; a segunda, em 1862, ficou marcada pela derrubada das matas para a plantação de café; a terceira compreende o período histórico

de nosso recorte de estudo, a ocupação da região pelo imigrante europeu. Segundo Wachowicz,

a terceira e última etapa, a que trouxe maiores preocupações, correspondeu à ocupação do sudoeste por gaúchos e catarinenses de origem ítalo-germânica, atraídos pela fertilidade dos solos [...], ao tempo do Estado Novo, de Getúlio Vargas.³⁵

A história da colonização da região Sul do Brasil é considerada por Caio Prado Junior³⁶ como de comércio europeu, no sentido de exploração econômica, não se caracterizou, portanto, pela ideia de povoamento. Essa colonização baseava-se apenas no estabelecimento de feitorias comerciais. No Brasil era preciso criar povoamentos capazes de abastecer o comércio. Segundo Wachowicz,

o repentino aumento de migrantes rio-grandenses em 1914-15 para o Paraná é consequência de problemas aculturativos surgidos no Rio Grande do Sul com a política nacionalista aplicada por parte das autoridades gaúchas.³⁷

A ocupação e povoamento no sentido comercial de exploração ocorreram a partir das atividades econômicas realizadas para atender aos interesses europeus. No início da colonização do Brasil, o empreendimento era de exploração de matéria-prima, como, por exemplo, a madeira. Logo em seguida a exploração agrária e, em maior escala, a monocultura. A exploração agrícola era a maior riqueza da colônia e a partir dessa boa parte do território brasileiro foi ocupado.

Entretanto, esse meio econômico de ocupação (a grande lavoura) não chegou a ocupar grande parte do território oeste ou interior, pois, como a produção era destinada à exportação, as lavouras eram localizadas mais próximas das regiões litorâneas e de fácil acesso aos portos. O interior, em desvantagem nesse aspecto, foi onde deu início à pecuária e mineração, sendo ocupado aos poucos por essas práticas.

A imigração foi estratégica e geopolítica, o interesse era povoar as terras da região Sul do Brasil. Para isso foi planejado a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, ou seja, substituir o escravo negro pelo europeu num processo de colonização baseado na pequena propriedade.

³⁵ WACHOWICZ, op. cit., 1987. p. 5.

³⁶ PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 48.

³⁷ WACHOWICZ, op. cit., 1987. p. 158.

⁴³ FAUSTO, op. cit., 2004. p. 276.

A imigração foi e sempre vai ser destacada como interceptora da elevação do número de habitantes no Brasil, especialmente na região Sul. Conforme destaca Boris Fausto,⁴³ “o Brasil foi um dos países receptores de um grande número de migrantes europeus e asiáticos que vieram para as Américas em busca de oportunidade de trabalho e ascensão social” (Tab. 2).

Tabela 2 - Imigração líquida no Brasil entre 1881 e 1930 (em milhares)

	Chegadas	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses
1881-1885	133,4	32	47	8	8	-
1886-1890	391,6	19	59	8	3	-
1891-1895	659,7	20	57	14	1	-
1896-1900	470,3	15	64	13	1	-
1901-1905	279,7	26	48	16	1	-
1906-1910	391,6	37	21	22	4	1
1911-1915	611,4	40	17	21	3	2
1916-1920	186,4	42	15	22	3	7
1921-1925	386,6	32	16	12	13	5
1926-1930	453,6	36	9	7	6	13
	3.964,3	29	36	14	5	3

Fonte: FAUSTO, Boris, 2004, cap. 6, p. 276.

A tabela mostra o contingente de pessoas que adentraram no território brasileiro entre 1890 e 1930. Nesse período, a escravidão já estava em processo de terminar, ao passo que a colonização era vista como um processo civilizatório de uma mão de obra barata. Era uma forma de “branquear” a população brasileira.

Aos poucos o território paranaense foi reocupado por estrangeiros de diferentes nacionalidades, como portugueses, espanhóis, ingleses e seus descendentes, e africanos, cuja presença em nosso território não foi fruto de sua vontade. Em meados do século XIX, o fluxo migratório foi maior e mais diversificado, ou seja, os imigrantes procediam das mais variadas regiões da Europa, dirigindo-se para o estado do Paraná.

Figura 3 - Migrantes deslocando-se com carroças puxadas a boi em Francisco Beltrão - PR.



Fonte: Arquivo do Memorial de Francisco Beltrão - PR.

A figura mostra a forma de como os migrantes se deslocavam em busca de novas oportunidades de vida. Seus pertences eram trazidos em carroças, em geral poucos utensílios, somente o que podiam trazer, e a estrada ainda era uma picada, o que resultava em muitas dificuldades ao longo do caminho.³⁸

A política imigratória do Paraná, como do restante do Brasil, era necessária para a reocupação dos espaços vazios, ou seja, preencher o que ainda não havia sido povoado, bem como resolver o problema da falta de mão de obra. Assim, o governo promoveu a migração, dotando o Estado para a política migratória.

Como observa Caio Prado Junior quando da migração para o Brasil, destaca dois pontos estratégicos distintos:

Coexistem no processo migratório duas atividades distintas: uma, de iniciativa oficial, cujo objetivo era ocupar e povoar as zonas até então não povoadas e distantes, na maior parte das vezes, a área de influência de latifúndio; a outra, de iniciativa particular, estimulada pelo governo, visava a obtenção de braços livres para a grande lavoura, em substituição do braço escravo.⁴⁵

Atraídos pela propaganda do governo brasileiro feita no exterior, os migrantes acreditavam que as terras e o local eram o paraíso, com grandes chances de fazerem

³⁸ Picada é um caminho na mata aberto a foice e facão para se chegar a um destino até então inacessível.

⁴⁵ PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 78.

fortuna, já que a Europa contava com um excedente populacional vivendo na miséria em decorrência das guerras, crises econômicas que geravam desemprego, inflação e desigualdade social.

Tão logo as famílias chegavam, eram alojadas em uma sede onde aguardavam que os homens partissem para a floresta, abrissem uma picada desmatassem para realizar o plantio e erguessem um rancho provisório. Isso feito levava suas famílias para ali morarem, até a venda da primeira colheita, quando, mais segura economicamente, tratavam de erguer a casa definitiva em suas pequenas propriedades.³⁹

Os imigrantes se estabeleceram no estado do Rio Grande do Sul nos locais onde havia mata e terras impróprias para o setor pecuário. Instalavam-se em pequenas propriedades onde começavam a produzir gêneros alimentícios para o consumo próprio e o excedente, comercializado. Com o cultivo contínuo, sem repor insumos, as terras gaúchas perderam a capacidade produtiva, obrigou os colonos a migrarem para outras áreas em Santa Catarina e, posteriormente, no Paraná.

Moure destaca que

[...] o minifúndio era expropriado. Seja pelo esgotamento do solo, ou pela utilização de técnicas rudimentares de cultivo, ou ainda pela proliferação de pequenas propriedades cada vez menores, as condições de subsistência interna do minifúndio eram minimizadas, levando o pequeno proprietário e sua família a oferecer trabalho assalariado, quando as condições possibilitavam, ou migrar para outra área do país.⁴⁰

Ao analisarmos a história do sudoeste do Paraná em suas fases distintas, percebemos ainda a colonização da região em mais outras duas, analisadas por Zarth:

O processo de ocupação antes de 1940, chamado “ocupação extensiva de terra”, caracterizado por uma economia cabocla; a chamada “ocupação intensiva”, referente ao efetivo processo de ocupação da região por gaúchos e catarinenses, além dos próprios paranaenses.⁴¹

Com a expansão da campanha abolicionista e a aprovação progressiva de leis que impediam a possibilidade de submeter pessoas à escravidão, a partir de 1850 foi necessário substituir a mão de obra escrava pelo incentivo à imigração, abrindo espaço

³⁹ PRADO, 1978, p. 78.

⁴⁰ MOURE, Telmo. *A inserção da economia imigrante na economia gaúcha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 113.

⁴¹ ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997. p. 20.

para imigrantes pobres procedentes de vários países europeus, como italianos, alemães, poloneses, suíços, espanhóis, portugueses.

A propaganda, com atrativo internacional, veiculava que os imigrantes seriam distribuídos e assentados em núcleos coloniais em regime de pequena propriedade em áreas não desbravadas na região Sul do Brasil. Ressaltava que o objetivo da imigração era substituir a mão de obra escrava, produtora de café e cana-de-açúcar no sudeste e nordeste do Brasil. Por isso, na prática, as levas de imigrantes foram para as áreas de grandes lavouras e também onde eram ocupados em vários sistemas de exploração do trabalho.

Nos núcleos de colonização no sul do Brasil formados de pequenas propriedades, com o passar dos anos, vivenciaram o problema da superpopulação, pelo fato de as famílias terem um elevado número de filhos e a não disponibilidade de novas propriedades para assentar os filhos mais velhos, quando formavam a sua família. Necessariamente tinham de se deslocar para outra área, adquirindo uma propriedade para poder viver e trabalhar.

Destaca-se que o período com maior interesse e ênfase para a imigração sob domínio do latifúndio ocorreu entre 1850 e 1930. Esse período marcou o fim do tráfico negreiro e o início de políticas de povoamento no interior do Brasil, visando ao desenvolvimento econômico.

Em 1930, uma segunda fase de migração acontecia dentro do país, marcadamente na região Sul. Essa migração ocorreu em razão das exigências da própria sociedade como resultado das suas contínuas mudanças. Era tempo de rupturas e de novos projetos políticos sob o comando do presidente da República Getúlio Vargas.

As primeiras levas de imigrantes para o sudoeste vinham das regiões de Palmas e Clevelândia, pois nesses lugares não conseguiam terras por estarem ocupadas por fazendas de gado. Os fazendeiros de Palmas não incentivavam o plantio de gêneros de subsistência, e para os colonos comprá-los no comércio se tornavam muito caros. Tampouco incentivavam a indústria, uma vez que a base econômica era apenas a criação de gado.

Figura 4 - Ranchos construídos no início da colonização marcando, assim, a posse da terra.



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Francisco Beltrão - PR.

A figura mostra as primeiras casas de madeira em meio à derrubada da mata no começo do povoamento, onde as famílias se abrigavam. As construções com o passar do tempo recebiam adaptações e aperfeiçoamentos para melhores condições de sobrevivência e bem-estar.

A ocupação do território ocorreu lenta e problemática devido aos constantes conflitos entre os estados do Paraná e Santa Catarina pela posse e comando da região. Envolveram-se também, por interesses similares, a Cia. de Estradas de Ferro São Paulo Rio Grande, a Citla, o governo federal e os posseiros.

Outros fatores relevantes para o desenvolvimento da nova província foram a migração e o surto agrícola. O desenvolvimento da agricultura apresentou um novo personagem no cenário do campo: o colono imigrante, que dominou áreas de matas e campos, cultivando grandes terrenos, ocupando cada vez mais terras.

No início existiam poucos povoados na região. Canela teve início em 1919, elevado à categoria de distrito Judiciário em 1927, com a denominação de Bom Retiro, hoje sede do município de Pato Branco. Os povoados de Barracão e Santo Antônio fazem fronteira com a Argentina, e Campo-Erê, com Paraná e Santa Catarina. Afora esses existiam alguns moradores dispersos, inclusive fugitivos da justiça.

Temos em construção histórica o destaque do vazio demográfico no início do século XX na região sudoestina. Não podemos deixar de abordar e destacar os indígenas

que já habitavam e exploravam os bens naturais. Alguns autores e pesquisadores deixam esse período sem destaque, pois à população existente não era em número elevado.

Como aborda Wachowicz,

no início do século XX, o sudoeste paranaense, de Mariópolis até a fronteira argentina, continuava a ser um imenso vazio demográfico. Sua população atingia apenas 3.000 habitantes [...]. No início da década de 1920 a população alcançava a 10.720 pessoas.⁴²

A colonização oficial do sudoeste do Paraná começou no final de 1920 e início de 1930. Analisaremos na perspectiva da política do governo do presidente Getúlio Vargas a manutenção e consolidação das fronteiras nacionais. Para tanto, estimulou o processo de ocupação e colonização das faixas de fronteira com os países vizinhos.

O Brasil pode ser caracterizado, até o império, como uma sociedade nitidamente agrária cuja base econômica centrava-se no latifúndio e no trabalho escravo. A população brasileira, que em 1890 era cerca de 14,3 milhões. Chega em 1920 a 30,6 e em 1950 a quase 52 milhões. Esse mesmo período experimentou um intenso processo de urbanização, especialmente no Centro-Sul, e a partir de 1930 o aumento populacional deu-se em decorrência de políticas governamentais de ocupação de terras até então não ocupadas no interior do País.⁴³⁴⁴

A divulgação das medidas de doações de terras e o discurso da terra prometida, da riqueza fácil, da melhoria de vida atraíram muitos colonos, especialmente os das áreas coloniais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além dos pequenos proprietários e trabalhadores que buscavam novas oportunidades.

1.5. A posse da terra e as primeiras atividades econômicas

O sistema de aquisição de terras em vigor no sudoeste no início do século XX era o de posse. As fazendas da região quando passadas aos herdeiros eram divididas. No entanto, essa divisão não era feita legalmente, com escrituras, mas como posse de determinado território.

⁴² WACHOWICZ, op. cit., 1987, p. 55.

⁴³ FONSECA, Pedro Cesar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 43.

Em meados do século XX, o sudoeste do Paraná era pouco habitado pelos não indígenas. Apenas os Campos Gerais e a faixa litorânea possuíam um povoamento com maior quantidade, as outras áreas, incluindo o sudoeste do estado, concentravam um número pequeno de habitantes. O colono rio-grandense ou catarinense, quando chegou na região, encontrou essas terras ocupadas pelos caboclos.

A partir daí deu início a um processo de compra de posses pelo colono sulista e a reocupação do território. A ocupação tradicional ocorreu em razão da passagem dos tropeiros em diferentes pontos onde se estabeleciam, criando povoados. No século XIX, com o esgotamento e o declínio da pecuária tropeira, passaram a ser exploradas a erva-mate e a madeira.

Figura 5 - Exploração e retirada das madeiras das matas na região sudoestina.



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Francisco Beltrão - PR.

Outro fator decisivo no desenvolvimento da região do Paraná tradicional foi a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG) no final do século XIX e início do XX, que favoreceu o surgimento de novos empreendimentos empresariais e ocorreu o povoamento dos Campos Gerais. Ponta Grossa tornou-se um dos maiores núcleos urbanos e industriais do estado.

O período classificado “ciclo do mate” produziu uma nova dinâmica no processo de ocupação da região denominado “Paraná tradicional”. Foram estimulados o comércio e o surgimento de indústrias, como a do beneficiamento do mate, de barricas para acondicionamento do mate beneficiado, de carroças para o transporte, gráficas para as estampas, entre outras. A Lei de Terras de 1850 determinava que a ocupação de terras devolutas e o acesso à propriedade seriam regulados exclusivamente pela compra. Era o capitalismo se expandindo pela região.

O estado do Paraná sentiu os reflexos resultantes da modificação do controle e da organização da questão da terra no Brasil a partir da Proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891, especialmente o artigo 64,⁴⁵ onde determinava a passagem do domínio das terras devolutas da união aos estados.

A partir das primeiras décadas do século XX também teve destaque o cultivo do café, assumindo o posto de produto hegemônico, posteriormente a cultura da soja e a produção pecuária. Os ciclos econômicos desenvolvidos em diferentes períodos da história contribuíram para a ocupação do espaço do estado paranaense.

A atividade econômica regional que surgiu nesse período, por volta de 1890, foi a criação de porcos por safristas. Eles adquiriam os porcos magros dos seus vizinhos, engordavam e depois os conduziam, a pé pelas picadas, para a comercialização nas diversas regiões, principalmente União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa e Jaguariaíva.

Denomina-se safra, na região, o processo de engorda do porco solto na mata ou no meio de uma lavoura de milho. O safrista, graças ao seu capital disponível, de seu vizinho adquiria porcos magros e os juntava para engordar. No final da engorda, transportavam-se a pé, pelas picadas na mata, os “enxotando”.⁴⁶

A Figura 6 identifica um safrista com sua criação de porcos em meados de 1930. Observa-se que o modo de criar os animais modificou-se, adotando a técnica denominada

⁴⁵ “Art. 64 - Pertencem aos Estados às minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais. Parágrafo único - Os próprios nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados.” Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10603680/artigo-64-da-constituicao-federal-de-24-de-fevereiro-de-1891>. Acesso em: nov. 2017.

⁴⁶ BONETI, Lindomar Wessler. A exclusão social dos caboclos do sudoeste do Paraná. In: ZARTH, Paulo (Org.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Unijuí, 1998. p. 81-119.

“safra”, isto é, os animais eram criados soltos, alimentando-se do que a natureza propiciava.

Figura 6 - Safrista Paulo Moura com cerca de 180 porcos a serem comercializados, meados de 1930.



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Francisco Beltrão - PR.

O avanço no território paranaense ocorreu, inicialmente, com a abertura de picadas na mata, posteriormente com a interconexão de estradas, somente mais tarde foram construídas ferrovias, que facilitaram o acesso às diferentes partes das regiões. No início da colonização, o ponto principal e essencial era abrir estradas para que fosse possível realizar as trocas de mercadorias, a comunicação e poder se deslocar entre uma localidade e outra.

Os imigrantes foram estimulados a migrar para o estado do Paraná, para uma nova realidade agrícola, ainda que muitos também participassem em alguma etapa da produção como forma de aumentar a renda da família, mas, basicamente, dedicaram-se ao desenvolvimento de sua pequena propriedade com a atividade agrícola, como afirma Nadalin:

De forma que um balanço razoável permite supor que mais de cem mil imigrantes – talvez cerca de 116.000 – instalaram-se nesta região até 1934. O limite da colonização realizada por imigrantes foi, no sul do Brasil, o campo, ocupado tradicionalmente pela criação de gado. Em outros termos, a

penetração dos imigrantes e seus descendentes só foram possíveis nas terras desprezadas pelo latifúndio.⁴⁷

A decadência da exportação da erva-mate iniciou na década de 1930 com a concorrência da Argentina. Nesse contexto de crise do ciclo da erva-mate, a exploração da madeira se apresentou como alternativa econômica. As madeiras eram cortadas e transportadas dos sertões do oeste até o rio Paraná.

Centenas de toras de madeira de lei, como afirma Wachowicz, eram

empilhadas no topo da barranca iniciava-se o processo de tombada. Na margem do rio, de preferência numa praia, era então montada uma jangada também chamada de maromba. Esta poderia conter até duas mil toras, amarradas uma as outras [...] e assim descia o rio.⁴⁸

Nesse período empresas argentinas exploravam as matas, porém, a partir de 1947 as primeiras empresas de capital nacional chegaram e instalaram suas serrarias, iniciando a exploração da indústria madeireira brasileira.

O impulso maior da concessão de terras públicas para a colonização deu-se com a publicação da lei nº 1642, de 5 de abril de 1916, a qual facilitava a demarcação de lotes para assentar trabalhadores nacionais e estrangeiros e para quem os requeressem diretamente do Estado. Assim, o governo do Paraná definiu, por força dessa lei, que poderia alienar suas terras na extensão de seus domínios para os que se propusessem, pelo trabalho, torná-las úteis ou, então, fazerem algum serviço que viesse beneficiar a comunidade.

Nesse sentido, o Estado, sem muitos recursos financeiros, repassou grandes quantidades de terras a empresas privadas. Dessa forma, a ocupação do espaço paranaense foi definida a partir da exploração das riquezas naturais, produções extensivas por grupos econômicos apoiados pelo governo na comercialização de grandes áreas de terras. A existência de áreas públicas no sudoeste do Paraná foi alvo de processo exploratório por companhias de madeira e venda de terras.

A terra possuía um valor significativo para os agricultores, pois mesmo não havendo retorno favorável, ou tendo de trabalhar fora dessa, a propriedade continuava tendo sentido patrimonial para o sustento da família. As migrações internas

⁴⁷ NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: Seed, 2001. p. 79.

⁴⁸ WACHOWICZ, op. cit., 1987, p. 167.

desempenharam um papel preponderante na evolução dos contingentes populacionais no sudoeste paranaense e na configuração da dinâmica demográfica.

A imigração foi de extrema importância no desenvolvimento do local. Foi mola propulsora no processo de interiorização e alargamento da fronteira rural, revertendo esse processo na reconfiguração do perfil e distribuição espacial da população no território. Os movimentos migratórios no sudoeste do Paraná constituíram a face das transformações profundas operadas na estrutura da economia e da sociedade do sudoeste do estado que se vincularam aos processos globais da expansão capitalista no território brasileiro.⁴⁹

1.6. O ano de 1930 marcado por mudanças e a figura do migrante

Ao destacar o ano de 1930 na história e seus desdobramentos políticos não só no Paraná, mas nacionalmente, devemos dar destaque aos acontecimentos históricos tanto na área social como econômica nesse contexto. Partimos de um conceito nacional para chegar ao contexto desejado neste trabalho: o sudoeste do Paraná na ótica da posse de terra.

É fato evidente que a colonização de imigrantes provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina transformaram com relevância o espaço geográfico do sudoeste paranaense. De imediato, ao chegarem nas “novas terras”, comunidades e cidades surgiram de acordo com os recursos e moldes culturais de então.

Essas contribuições são continuamente lembradas, inclusive em elementos da cultura sudoestina. Porém, as transformações provocaram a supressão dos moradores caboclos que já habitavam essa região. Os traços culturais europeus, anexados à cultura brasileira, ocasionaram a exclusão social da figura do caboclo.

O migrante materializou as condições necessárias para o pleno desenvolvimento do capitalismo. O Brasil, depois da independência, ainda tinha traços portugueses herdados das capitanias hereditárias, da concessão das sesmarias e dos lotes de terras. Isso teve influência na formação da sociedade aristocrática agrária, totalmente vinculada à economia capitalista mundial.

⁴⁹ MAGALHÃES, Marisa Valle. *O Paraná e as migrações – 1940 a 1991*. Dissertação (Mestrado) - UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 1996. p. 5.

A ocupação do território deu-se de forma lenta e, sobretudo, problemática, em face dos conflitos que ocorreram no decorrer da história. Por ser uma região fértil e rica, foi muito disputada, causando conflitos jurídicos, políticos e sociais. A vida econômica, social e política da 5ª Comarca, depois província, agora estado do Paraná, durante quatrocentos anos moveu-se no tripé pecuário, erva-mate e pinheirais.

O desenvolvimento da agricultura apresentou um novo elemento no cenário do campo, o colono migrante. Ele dominou áreas de matas e campos, cultivando grandes terrenos, ocupando cada vez mais terras.

A colonização do sudoeste do Paraná pelos migrantes vindos de outras regiões começou no final de 1920 e início de 1930. Em 1943, toda a área da região Sudoeste foi integrada ao efêmero território federal do Iguazu, criado por Getúlio Vargas, na tentativa de ocupar efetivamente a chamada “faixa de fronteira” através da colonização de pioneiros recrutados no Rio Grande do Sul e com a instalação da Cango, encarregada de organizar a distribuição gratuita de terras devolutas, bem como fornecer ajuda técnica aos colonos proprietários.

No entanto, no que tange aos interesses estratégicos de defesa do Estado brasileiro, as características econômicas e culturais do indígena e caboclo não cumpriam o papel geopolítico de contenção de um possível avanço argentino no sudoeste do Paraná.

A preocupação com as áreas de fronteiras nacionais ficou mais evidente a partir de 1930, com Getúlio Vargas no poder. O governo assumiu características centralizadoras, principalmente no que se refere às áreas de fronteira com baixa densidade demográfica.

O governo Vargas, durante o ápice da centralização política administrativa, criou a política “marcha civilizacional” no intuito de agilizar o repovoamento da região Sudoeste do Paraná, considerada de segurança nacional em razão dos limites com a Argentina. Foi deslocado um fluxo migratório sulista a fim de se fixar e “civilizar” a região.

O sudoeste paranaense constituiu-se numa área ocupada por grupos que não concebiam limites oficiais construídos pelo homem político, fato que entrou em contraste com os interesses do Estado, portanto, considerada uma zona de sombra na fronteira nacional.

Na contextualização territorial do sudoeste do Paraná, abrangem-se ampla e extensamente os sujeitos que se destacaram na busca desse processo e desejo de posse da terra. O colono migrante com a força de vontade de construir sua vida e dar melhores condições à sua família caracterizava-se um sujeito de luta por terra e tenacidade pelos seus direitos.

Os aspectos geográficos constituem-se elementos úteis e necessários para o estudo do povoamento da região. Sabe-se que o desenvolvimento social e econômico de uma região se liga intimamente aos aspectos geográficos, especialmente clima, vegetação, fertilidade do solo.

A caracterização dos “pioneiros” da região, segundo Gregory,⁵⁰ são os que se deslocam da fronteira para o sertão a dentro, e “fronteira”, nesse contexto, são as zonas até então não povoadas, não desbravadas.

Os pioneiros e desbravadores, que, mais tarde, passaram a ser denominados “posseiros”, migraram e se fixaram na região. Nos primeiros anos de sua instalação, praticavam as queimadas da mata, adentrando cada vez mais. Construíam suas casas e cultivavam uma agricultura rudimentar de subsistência, com emprego da mão de obra familiar.

Podemos denominar esse processo de cultura “uma aventura”, pois os imigrantes pioneiros tiveram de busca melhores condições de vida e oportunidades para aumentar o ganho financeiro. Recriaram o seu país de origem aqui no Brasil, como destaca Gregory:

Esse europeu criou uma nova região [...], trouxe a “Europa” para o Brasil e se adaptou à nova realidade que encontrou, tendo que aceitar imposições naturais, culturais, econômicas e políticas. Foi à introdução da pequena propriedade ao latifúndio.⁵⁷

A grilagem da terra⁵¹ foi praticamente a raiz dos conflitos entre posseiros e companhia colonizadora, fortalecida na relação nada republicana com o governo. Isso

⁵⁰ GREGORY, Valdir. *Capitalismo, latifúndio, migrações*: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul-zona norte e região do Grande de Santa Rosa. Dissertação (Dissertação em História) - PUC. Porto Alegre, 1988. p. 192.

⁵⁷ Idem, *ibidem*.

⁵¹ A grilagem acontece até hoje devido às deficiências encontradas no sistema de controle de terras no Brasil. O termo “grilagem” vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos. Disponível em: https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias. Acesso em: jan. 2018.

foi no governo de Bento Munhoz da Rocha que, diante da violência no campo, precisou encontrar uma solução para o conflito da terra.

A questão a ser destacada no decorrer desse capítulo vai ser como era vista a propriedade de terra nesse período. Abordaremos como o posseiro adentrou em terras até então desconhecidas e como desenvolveu um modo de vida e sobreviver dessa forma. Mostraremos, na ótica mercantil e capitalista, como as terras sudoestinas eram vistas pelas companhias colonizadoras e qual a reação do colono/posseiro. O que posteriormente desmembrou a Revolta dos Posseiros e/ou Colonos será assunto do capítulo III.

Vimos que o sudoeste do Paraná foi (re)colonizado e (re)povoado de forma intensa a partir do século XX. Como consequência da migração muitas pessoas adentraram o território sudoestino, aumentando a população e a miscigenação no território. Em resumo, o capítulo retratou sobre o território sudoestino, os embates e disputas por demarcação de fronteiras.

Getúlio Vargas, ao adentrar como presidente do Brasil, instituiu após alguns anos, políticas públicas que impulsionaram o deslocamento de pessoas para regiões de fronteira e do interior. Com o objetivo de ajudar e prestar auxílio para quem entrava no território, foi instituída a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango). A colônia recebia o migrante, doava uma porção de terra e emprestava os materiais necessários para que o posseiro, aquele que detinha a posse da terra, pudesse iniciar sua vida na região.

Neste momento, na história sudoestina, cresciam as raízes das discórdias, desavenças e disputas pelas terras na região. O fato do posseiro não possuir o título de posse da propriedade, fez com que companhias imobiliárias também se instalassem na região. O morar sobre a terra, mas não possuir um documento que oficializasse, eixo principal do estudo, está com o embasamento da posse e propriedade das terras. As terras foram doadas em pequenas porções para os migrantes que estavam na região, agora os mesmos eram posseiros.

No segundo capítulo, analisaremos a abrangência do contexto histórico a partir de 1930, quando Vargas assumiu o poder. Vários espaços não eram devidamente ocupados na integração nacional, principalmente na região de fronteira. Iniciou, então, com a política de repovoamento “Marcha para o oeste”. Veremos também, a atuação da

Cango, das companhias imobiliárias e as consequências desse olhar capitalista sobre as terras.

2. POSSE E PROPRIEDADE DA TERRA NO SUDOESTE DO PARANÁ: CENÁRIO DOS PRIMEIROS CONFLITOS SOCIAIS - 1930-1955

Cada sociedade nasce, aos seus olhos, no momento em que se faz a narrativa da sua violência.

Jean-Pierre Faye

Buscamos neste capítulo refletir e interpretar, a partir de estudos de pesquisadores, como se processou a posse da terra e da propriedade no sudoeste do Paraná, bem como as lutas e conflitos sociais ocorridos entre 1930 e 1955. Queremos vislumbrar os reais motivos que fizeram os migrantes adentrar nessa região, o papel e a origem da Cango, órgão criado pelo governo federal em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas, dando início ao efetivo repovoamento do território do Paraná, atendendo aos interesses econômicos dos migrantes.

No capítulo anterior destacamos a questão da expansão de colonizadores dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em direção ao sudoeste do Paraná. A colonização objetivava encontrar terras férteis e produtivas para a agricultura e para o estabelecimento dos migrantes com suas famílias.

O território era específico, como específicas eram suas características, identidades marcadas pelo processo de colonização cujo objetivo voltava-se à exploração do local. As pessoas, ao repovoarem⁵² a região, alojavam-se, exploravam o local e ali começavam uma agricultura de subsistência. Após alguns anos, esse processo foi se expandindo e a agricultura passou a abastecer, inclusive, o mercado consumidor.

As terras ganharam novos valores e olhares ao longo dos anos. As consequências desse olhar capitalista será a base para o capítulo seguinte. Destacamos a política migratória da Marcha para o Oeste do presidente Getúlio Vargas, criada em 1937 no intuito de repovoar as regiões interioranas, no caso, o sudoeste paranaense. Nesse processo de migrar e repovoar entrou em ação também as colonizadoras, empresas que passaram a cobrar dos colonos o valor das terras que já estavam residindo com o apoio do Estado.

⁵² Vamos utilizar o termo “repovoar” para destacar o movimento migratório para o sudoeste do Paraná de migrantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e demais regiões. Ali já existiam moradores, como, por exemplo, caboclos e indígenas.

Pretendemos analisar a história do sudoeste do Paraná, já que a posse da terra ocorreu através de conflitos pela parte territorial na fronteira da região, como também pela garantia legal dos documentos que ainda não existiam no primeiro cinquentenário do século XX.

Podemos ampliar nossa discussão do repovoamento fronteiriço do sudoeste paranaense como uma fronteira que estava sendo povoada mais intensamente através de uma política governamental. Era uma expansão com itens peculiares de povoar e reencontrar as esperanças de crescimento. Era a expansão territorial das relações capitalistas, do mercado, de uma agricultura extensiva, da criação de animais e do pequeno comércio de produtos agrícolas. Como observa Martins,

o deslocamento progressivo das “Frentes de expansão” foi um dos modos pelos quais se deu o processo de reprodução ampliada do capital, isto é, o modo da sua expansão e expressão territorial, econômica e demográfica. É através do deslocamento de posseiros que a sociedade nacional se expande sobre territórios. A figura do posseiro, por isto, é própria desta frente de expansão.⁵³

Destacaremos como eram as viagens e as propriedades nesse contexto de migrar e se fixar em determinado território. A partir do fluxo migratório, a população do sudoeste paranaense, em 1900, era constituída por um pouco mais de três mil habitantes,⁵⁴ nesse processo já contava com seis mil. Simplificando o contexto, o deslocamento era significativo, e junto vieram também as transformações, as apropriações e as dominações.

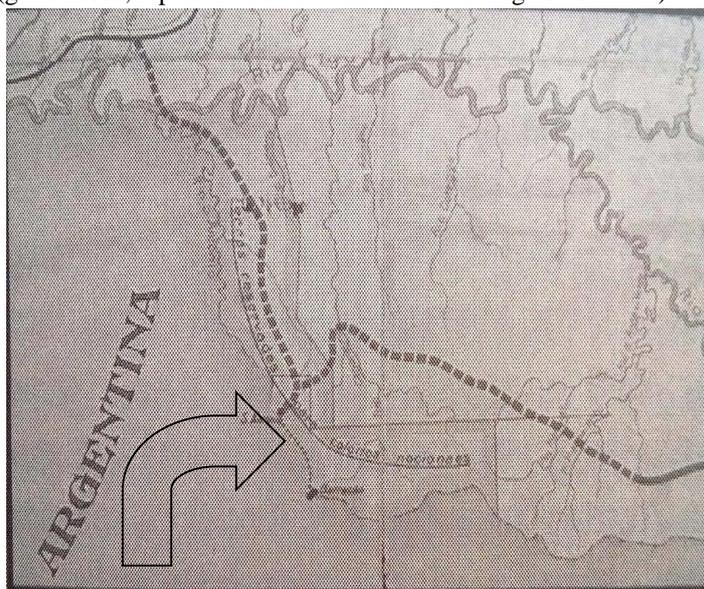
2.1. Propriedade de terra no sudoeste do Paraná no início do século XX

A região no início começou a ser povoada por poucas famílias, intensificando-se ao longo dos anos com o incentivo da colonização. Observamos na Figura 8 o mapa do sudoeste do Paraná, caracterizando a fronteira com a Argentina, marcado por uma linha pontilhada onde está escrito: “Terras reservadas para colonos nacionais”. Essas terras eram reservadas aos agricultores brasileiros.

⁵³ MARTINS, op. cit., 1986. p. 28.

⁵⁴ WACHOWICZ, op. cit., 1987, p. 34.

Mapa 8 - Estado do Paraná (1924), com ênfase na localidade das terras reservadas para colonos no sudoeste do Paraná (grifo nosso, representado com uma flecha na região estudada).



Fonte: Centro Cultural Digital.⁵⁵

A colônia planejada cobria uma área de 60 km² na fronteira com a Argentina, no trecho de terra conhecido por “Gleba das Missões”. No Paraná, o problema das terras foi decorrente do próprio modo como foram conduzidos os serviços de colonização, quase que exclusivamente por particulares, visando fins puramente lucrativos. O próprio Estado não tinha interesse em organizar ou fazer um planejamento oficial e racional de incentivo ao repovoamento.

O imaginário movia as pessoas a abandonarem suas referências, como família e cultura, num ato pleno de desejo, por um lado, e de repulsa, por outro. O imigrante vivia essa dualidade e trazia em si a tensão, as rupturas expressadas nas mais diferentes formas. Impulsionado em direção ao desconhecido, assim mesmo vislumbrava um horizonte de possibilidades na construção do novo. No seu imaginário, o novo seria sempre melhor do que a realidade vivida naquele presente histórico.

O Paraná, emancipado politicamente em 1853, até então fazia parte da província de São Paulo, incorporou mecanismos de acesso à terra vigentes antes da emancipação, como as sesmarias e as grandes posses regulamentadas pela Lei de Terras nº 601, de 1850. A partir daí passou a desenvolver mecanismos próprios que se sustentavam especialmente na colonização oficial e empresarial privada.

⁵⁵ Disponível em: <http://centrocultural.com.br/items/show/7>. Acesso em: 20 dez. 2017.

Nesse contexto de colonização, a estratégia melhor utilizada foi a repartição da terra. No entanto, persistiam os chamados “meios ilícitos”, sem amparo legal, ou seja, a conquista da terra pela prática da posse e da grilagem.⁵⁶ Desvios de áreas de domínio público tornaram-se constantes, mesmo estando em fase de ocupação, gerando os primeiros focos de violência no campo.

Esse item é amplo e muito bem contextualizado por Mondardo no que concerne ao deslocamento e movimento de migrantes nesse território. A seguir observa-se, na ótica do autor, o porquê da migração se deslocar para o sudoeste do Paraná:

Essa mobilidade ocorreu por dois fatores: primeiro, por volta de 1940, iniciaram-se no Rio Grande do Sul, por um lado um intenso processo de minifundização decorrente do sistema de subdivisão das terras por herança familiar e, por outro, a ampliação de grandes propriedades dedicadas a pecuária, gerando um excedente populacional agrícola em busca de oportunidades de sobrevivência em outras áreas [...]. Já o segundo motivo, foi o fator de atração populacional, foi à criação, em 1943, da Colônia Agrícola Nacional General Osório- CANGO, no sudoeste paranaense, que se configurou, por meio do projeto geopolítico do governo Getúlio Vargas, na chamada Marcha para o Oeste, cujo objetivo principal era “ocupar” os espaços vazios.⁵⁷

A evolução da posse, os conflitos sociais ao longo dos anos, a propriedade da terra no sudoeste do Paraná em conjunto com a colonização é o que buscamos esclarecer em Machado:

Na questão da terra, nos tratados de doutrinas, nas normas, nos códigos escritos e nos litígios judiciais encontram-se a questão de posse. Compreendê-la é fazer um olhar retrospectivo sobre o processo de ocupação e colonização [...]. Quando nos referimos à questão social, não estamos nos referindo à sociedade numa totalidade abstrata e interpretada sob referenciais genéricos como as doutrinas e as normas o fazem, *mas ao conjunto dos sujeitos situados contextualmente e espacialmente, que constituem uma comunidade rural.*⁵⁸

⁵⁶ É a ocupação irregular de terras a partir de fraudes e falsificações de títulos de propriedade. O termo tem origem no antigo artifício de colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis ficassem amarelados, envelhecidos pela ação dos dejetos dos insetos, conferindo-lhes o aspecto de mais antigos, semelhantes a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro.

⁵⁷ MONDARDO, op. cit., 2011, p. 106.

⁵⁸ MACHADO, Ironita P. *Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul 1890-1930*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012. p. 207 (grifo nosso).

Embora a ocupação da região Sudoeste tenha sido anterior a 1940, é a partir da década de 1950 que ocorreu a intensificação do movimento migratório e a transformação expressiva do território. Observa-se com maior ênfase em Machado a questão das lutas e enfrentamentos ligados diretamente ao fato de ter a posse de forma legal, com documentação.

Surgiram mais de 27 municípios em virtude dos novos fluxos migratórios. É difícil encontrar dados e medir o contingente populacional originário de outros estados, no entanto, de acordo com Santos,

o Sudoeste é formado por uma sociedade fruto da exclusão gerada pelo processo de ocupação: primeiro quando europeus, em especial italianos e alemães, vêm de seus países de origem, em busca de vida melhor no Brasil e, posteriormente, quando os descendentes desses grupos sociais precisam deixar suas terras em decorrência dos processos de fragmentação e concentração da terra ocorrida a partir de 1930.⁵⁹

A partir desse contexto, observamos como era concebida a propriedade da terra e as causas pelas quais ocasionaram a luta dos colonos denominados “posseiros”. O fato era somente possuí-la e ter a documentação legal que lhes dava suporte jurídico.

Destacamos que o processo de analisar a colonização e a posse das terras com base nos conflitos é de extrema importância para mostrar e dar ênfase à historiografia do sudoeste. O processo desenvolvido na região foi decisivo para, mais tarde, em 1957, desencadear a Revolta dos Posseiros, onde os colonos se saíram vitoriosos.

A agricultura foi a base da região desde a chegada dos migrantes sulinos e o primeiro contato com os indígenas. Em primeira instância, era uma produção em escala familiar, depois, por meio do conhecimento de técnicas e do território, a produção passou a ser para o comércio, causando grande quebra na produção e comercialização. O mundo enfrentou a crise de 1929, que teve consequências em todo o mundo, inclusive no sudoeste do Paraná.

No decorrer do século XX, no sudoeste do Paraná aconteceram vários conflitos pela posse e propriedade da terra. A colonização e exploração dessa região ocorreram

⁵⁹ SANTOS, Roselí A. *O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná*. Presidente Prudente - SP, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2008. p. 48.

baseadas nas disputas jurídicas, às vezes com a utilização de equipamento bélico, ocasionando alguns confrontos armados entre posseiros e companhias imobiliárias.

Em relação ao repovoamento da região, até 1930 havia um número pequeno de habitantes, era uma região habitada por poucos caboclos e indígenas. Eles estavam praticamente excluídos na ótica do Estado da cadeia produtiva mercantil, muitas vezes da agricultura, quando os métodos ainda eram manuais. A migração veio contribuir positivamente no repovoamento e exploração do local em direção à economia produtiva.

Dessa maneira, migrar constituía-se uma atração para muitos, promessa de que renderia bons lucros. De certa forma sim, pois, após anos de luta, conseguiram o direito de posse no desfecho da Revolta dos Posseiros. O migrante teve papel de destaque na organização do estado do Paraná a partir da emancipação política. O governo estadual passou a efetivar uma política de incentivo para a vinda e ocupação dos grandes espaços geográficos “vazios” existentes.

Nesse processo os migrantes se estabelecerem em um novo lugar, perderam o contato com a sua paisagem natal, a sua casa, o vizinho que conhecia, muitas vezes desde a infância, a maneira de se vestir que o identificava com seu antigo lugar, tudo ficou para trás.

Os migrantes foram erradicados de seus lugares de origem, muito da sua cultura se perdeu, pois agora se encontravam numa nova realidade, desagregados do restante da sociedade. Sobre esse vazio, tentam criar outra identidade e construir a sua nova espacialidade.

Nas décadas 1920 e 1930, no contexto da história regional ligado à questão da posse da terra, foi um tempo de “negociatas de terra”,⁶⁰ um período marcado por especulações, transações e violências. Mesmo assim, o Estado via essas concessões positivamente, uma vez que o território estava sendo colonizado, apesar das várias irregularidades.

Para frear esse processo embaraçoso desse tempo, o Estado criou o Departamento de Terras e Colonização (DTC),⁶¹ órgão especializado e voltado para as questões fundiárias e de colonização. Após a Revolução de 1930, foram abertos processos para averiguar possíveis irregularidades nas concessões de glebas de terras.

⁶⁰ Acordo escuso, pacto desonesto, operado entre duas ou mais pessoas em prejuízo de terceiros.

⁶¹ O Departamento de Terras e Colonização (DTC) foi criado pela lei estadual nº 2501, de 25 de fevereiro de 1928, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Viação e Obras Públicas.

Cumpra, ao Governo, escudado nos princípios de moral administrativa, a defesa dos interesses econômicos da coletividade subordinada à sua jurisdição, à mercê da falta de escrúpulo de indivíduos perniciosos, os quais não trepidam em se locupletar à custas do sacrifício alheio, esclarecer a existência da falsificação de documentos ou de alterações de nomes, de situações de acidentes físicos ou dilatações de limites territoriais originários, criados para fundamento de supostos direitos sobre imóveis.⁶²

A Revolução de 1930, na conjuntura nacional, assinalou uma fase de transição, foram estabelecidas novas diretrizes políticas para o Paraná no sentido de regulamentar e melhorar o aproveitamento das terras.

Para resolver esses problemas, o Departamento de Terras e Colonização adotou políticas de modo a estruturar a região baseadas na medição e demarcação das extensas áreas de terras, dividindo-as em lotes para depois proceder a venda, objetivando eliminar os aspectos negativos do sistema anterior de concessões a companhias e a particulares, sendo previstas servidões de águas, possibilidades de acesso às estradas e traçado regular do perímetro.

Em verdade, o que parecia ser a tentativa de coroamento de um ciclo histórico revelou-se, a posteriori, como o início de uma drástica ruptura de alianças de sustentação que comandaram o período populista, tendo em Vargas, e em seu herdeiro político, Jango, o seu momento paradigmático: no primeiro, do industrialismo, do nacionalismo e do ruralismo [...] e no segundo, o desdobramento e a desagregação destas mesmas forças, que, acrescidas do poder emergente do campesinato, conduziam à crise final do regime.⁶³

Conforme destaca Manoel Ribas⁶⁴ no relatório dirigido ao presidente da República Getúlio Vargas, no período de 1932 a 1939, onde relata que havia irregularidades e fraudes nas concessões de terras. Diante disso, várias ações administrativas de concessões foram anuladas em razão da inoperância e do não cumprimento com as cláusulas contratuais.

O Departamento de Terras despontou como o principal órgão do Estado com direcionamento às políticas fundiárias. Assim, o estado do Paraná era posto em consonância com os preceitos políticos da “Marcha para o Oeste” do governo federal,

⁶² Relatórios do governo do estado do Paraná. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>. Acesso em: jun. 2017.

⁶³ GOMES, Ângela Mari de Castro. *O Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964)*; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 195.

⁶⁴ RIBAS, Manoel, op. cit., p. 56.

representado por Getúlio Vargas. Visava intensificar a produção e a diversificação agrícola no país, além de incrementar o repovoamento em zonas rurais de fronteira e terras devolutas por meio da pequena propriedade e do assentamento do trabalhador nacional proprietário.

Continuaram os serviços de colonização por contrato com o Estado, as empresas, Companhias de Terras do Norte do Paraná e Engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão. No período de 1932 a 1939 foram assentadas mais de cinco mil famílias de colonos. Ressalta-se que foi o ponto principal da luta pela posse de terra na região, pois, ao invés de concederem a posse legalmente aos colonos, as companhias somente possavam as pessoas, prática que mais tarde resultou em problemas, visto que os colonos eram considerados posseiros, daí a luta pela regularização das terras.

As medidas tomadas pelos primeiros interventores federais designados para comandar o governo do Estado a retornar ao patrimônio público todas as áreas até então desviadas pela prática da grilagem e concessões que, por um motivo ou outro, não cumpriam com as finalidades que foram destinadas.

Na década de 1930, com alguns desvios, a ocupação pioneira da terra agrícola no Paraná estava já delineada, embora longe de ser completada. A esta altura, novos processos de intervenção oficial atingem fundo os mecanismos até então utilizados, visando, basicamente, sanar as distorções detectadas e criar uma nova ordem na estruturação fundiária.⁶⁵

Ao retomarem as terras, os interventores tiveram condições de, enfim, estabelecer uma nova ordem para a reocupação do espaço, tendo a colonização como processo básico. A colonização marcou daí em diante, até o esgotamento das frentes de ocupação, o processo de repartição do espaço agrícola, sendo o trabalhador brasileiro e não mais o imigrante estrangeiro o elemento potencialmente beneficiário do acesso à propriedade.

2.2. A estruturação econômica do sudoeste do Paraná: agricultura entre 1930 a 1950

O entendimento dos conflitos sociais ocorridos no campo e que ainda ocorriam em boa parte no território paranaense, envolvendo particularmente suas origens e razões,

⁶⁵ SERRA, Elpídio. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. 1991. 202 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Unesp, Rio Claro, 1991. p. 43.

passa primeiro pela compreensão do processo histórico, abrangendo os mecanismos que marcaram o acesso à terra na fase da ocupação pioneira.

Os colonos migrantes em território sudoestino devido à facilidade de ter acesso à terra conseguiam comprar propriedades de 20 a 30 hectares, segundo Mondardo,⁶⁶ maiores do que as suas antigas propriedades.

Ao analisar a questão da posse da terra na ótica dos conflitos, tem-se a economia de sustento das famílias que se aculturavam nas novas terras. Tal processo necessitou de uma base em que as famílias se instalassem e dessem sequência ao seu cotidiano. A base econômica da população que migrou em direção ao sudoeste era a agricultura de subsistência.

As condições das terras sudoestinas recém-repovoadas se assemelhavam às deixadas para trás pelos migrantes. O terreno no sudoeste do Paraná era acidentado, cortado por morros e grandes vales, o que dificultava a entrada de máquinas nas lavouras. Restava para os colonos a criação de animais que se adaptassem a esses locais acidentados. Segundo Mondardo,⁶⁷ durante anos as famílias tiveram sua economia baseada na lavoura de trigo, rebanho de suínos, plantação de milho, arroz, feijão e mandioca.

A agricultura no decorrer do tempo se desenvolveu de forma ampla para o crescimento. Foram aperfeiçoadas técnicas de trabalho, surgiram novos produtos com mais tecnologias no campo e também outras técnicas para a cidade, novos avanços e mesmo experiências vivenciadas em anos anteriores serviram de base para a agricultura.

A produção agrícola regional pode ser dividida em duas etapas básicas: a agricultura de caráter local, o comércio se reduzia e se centrava na subsistência das famílias, basicamente com a economia pecuária e extrativista, quase autossuficientes; a agricultura de caráter comercial, recebeu significativo impulso e conquistou lugar de importância na economia local.

O nosso agricultor, depois de derrubar a machado e foice o mato, deixa-o secar e então prendem-lhe fogo, logo que caem as primeiras chuvas, fazem a plantação, cavando a terra com um pau chamado saraquá, depositam nesse buraco a semente que trazem consigo no embornal a tiracolo, que chamam samblará, feito isso a roça não demanda mais trabalho senão no tempo da colheita.⁶⁸

⁶⁶ MONDARDO, op. cit., p. 109, 2011.

⁶⁷ MONDARDO, op. cit., p. 110, 2011.

⁶⁸ FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 54 (grifo nosso).

A agricultura, em primeira instância, baseava-se na mão de obra e no trabalho braçal, no entanto, com o passar dos anos, adquiriu novas formas. A existência de grandes áreas agricultáveis, devolutas ou passíveis de compra por preços baixos, trouxe para a região um forte contingente de agricultores, provenientes de áreas agrícolas onde já havia esgotado o solo fértil.

O aumento populacional e o acesso ao mercado consumidor permitiam a expansão da produção agrícola regional, sobretudo em termos quantitativos na incorporação de florestas virgens e no maior número de trabalhadores na agricultura. Plantar e colher eram sempre uma aventura para o agricultor, podia trazer lucro ou prejuízo. O período de plantio era imprevisível e o resultado incerto.

As adversidades climáticas colocavam em risco a armazenagem, precária ou quase inexistente, e o resultado final era a venda dos produtos com baixo valor no mercado. Plantar era um risco que os agricultores enfrentavam anualmente, isso porque os resultados das colheitas dependiam diretamente do clima.

A economia paranaense ganhou importância no cenário nacional a partir da expansão cafeeira no território, mais precisamente na década de 1930. O avanço dessa atividade não significou apenas a introdução de uma nova atividade econômica nos limites territoriais do estado, num contexto de poucas perspectivas para suas tradicionais economias do mate e da madeira, mas, mais que isso, representou o início de uma nova fase no processo de desenvolvimento da economia.

A partir de 1930, as mudanças na economia rural brasileira dispersaram milhares de trabalhadores, exigindo que parte deles se interiorizasse no país em busca de terras virgens em várias fronteiras agrícolas para consolidar a agricultura e a pecuária em expansão. Desse modo, as migrações se efetivaram e o modo de produção ganhava maior ênfase na região. O cenário estava sendo construído pelos colonos posseiros e posteriormente seria reivindicado o que lhes era de mais valor, a terra.

Destacamos na Tabela 3, referenciada por Schmitz,⁶⁹ a quantidade de produtos produzidos pelos colonos na região Sudoeste.

⁶⁹ SCHMITZ, Nilza M. Hoinatz. *Povoamento, trabalho e luta: a questão da terra no sudoeste do Paraná 1943-1962*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, 2005. p. 112.

Tabela 3 - Produtos cultivados no sudoeste do Paraná entre 1947 e 1956

Produtos							
Ano	Nº de famílias	Quan. de pessoas	Trigo/kg	Milho/kg	Feijão/kg	Suínos/cabeça	Gado/cabeça
1947	467	4.946	27.421	915.887	71.842	3.489	265
1948	887	4.956	95.305	2.481,401	248.572	8.957	312
1949	1.068	6.045	901.605	2.152,810	265.029	não consta	não consta
1950	1.440	7.147	1.438,571	1.901,574	891.573	20.235	370
1956	2.725	15.284	137.600 sacas	59.850 sacas	40.400 sacas	não consta	não consta

Fonte: Reproduzido por Schmitz do relatório da Cango.

Conforme os dados da tabela, observa-se um aumento na produção de gêneros, inicialmente destinados para garantir a subsistência da família, poucos anos depois, houve um aumento significativo, supõe-se que os produtos começaram a ser comercializados.

Destaca-se ainda que nas pequenas propriedades predominava o trabalho familiar, a mão de obra era da própria propriedade, onde a estrutura familiar da época envolvia um maior número de filhos.

Conforme destaca Schmitz,⁷⁰ devido à precariedade de recursos do pequeno produtor, não havia meios para se beneficiar na oscilação dos preços nos períodos de entressafra. O agricultor se obrigava a entregar os produtos por baixos preços, uma vez que não tinha condições de armazená-los até sua melhor valorização no mercado consumidor.

2.3. Pré-expansão colonizadora e a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango)

Para destacarmos a pré-expansão colonizadora, devemos destacar o longo percurso histórico que a terra naquele período representava, as crises ganharam ênfase na terceira década do século XX e abalaram a economia brasileira. A respeito dos efeitos

⁷⁰ SCHMITZ, op. cit., 2005, p. 114.

da crise de 1929, Lazier afirma que a economia capitalista foi abalada de tal modo que teve de passar por uma série de mudanças. No Brasil,

o Governo Getúlio Vargas, que assumiu o poder em 1930, para recuperar o capitalismo, passou a adotar a intervenção estatal na economia. Foi criado o Instituto Brasileiro do Café, o Instituto Nacional do Petróleo, a Usina de Volta Redonda, o Instituto Nacional do Pinho, o Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool, o Instituto do Mate [...].⁷¹

No contexto da política de intervenção estatal na economia, foi processado efetivamente o repovoamento do sudoeste do Paraná. Os decretos de Getúlio Vargas em 1940, incluindo as terras do sudoeste do Paraná, com o também decreto nº 12.417 de 1943 criaram a Colônia Agrícola Nacional General Osório, instrumento fundamental para o repovoamento da região. Conforme o artigo 1º do decreto,

fica criada a Colônia Agrícola Nacional "General Osório", no Estado do Paraná, na faixa de 60 quilômetros da fronteira, na região Barracão - Santo Antonio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura.⁷²

A partir da Revolução de 1930 produziram no Paraná resultados práticos e positivos do ponto de vista do interesse do Estado e das classes empresariais vinculadas ao setor imobiliário ao afunilar o processo de ocupação e apropriação das terras para o desenvolvimento de projetos de colonização que passariam a ser executados pelo próprio Estado (os projetos de colonização oficial) e pela iniciativa privada (os projetos de colonização empresarial privada).

No entanto, não tardaria evidenciar-se o lado contraditório, isso ainda no período do Estado Novo, quando, depois de se unir à classe empresarial, juntamente com a classe latifundiária tradicional (a essa altura recuperada política e economicamente do revés sofrido com a crise mundial de 1929 e em razão da própria Revolução de 1930),

⁷¹ LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse da terra no estado paranaense*. 2. ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1997. p. 91-92.

⁷² Criação da Colônia Agrícola General Osório. *Diário Oficial da União* - seção 1 - 14/5/1943, p. 7.399 (publicação original). Disponível em: [Http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto/12417-12-maio-1943-450906-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto/12417-12-maio-1943-450906-publicacaooriginal-1-pe.html). Acesso em: out. 2017.

personificava a elite econômica dominante. O Estado se deixou levar por um jogo de interesses nada condizente com a sua esfera de poder.

Nessa nova condição, alimentaram-se intrigas entre grupos, protegeram grileiros, acobertaram crimes, geralmente praticados contra posseiros, tornando inócuas muitas medidas saneadoras tomadas no início de 1930.

A 15 de Novembro de 1933, Vargas instalava a Assembléia Nacional Constituinte. Em seu discurso, centrou-se nos problemas econômicos do país e nas obras realizadas pelo governo, principalmente nos campos da economia, das relações exteriores, das forças armadas, da aviação e obras públicas [...]. Estes foram tratados de maneira breve no início do discurso através de um retrospecto da história brasileira até a “Revolução de 30”, seguido de algumas referências sobre certas mudanças.⁷³

A era Vargas foi, nessa ótica, um divisor de águas na história do Brasil. Até então nenhum governo havia tentado colocar o país de fato no contexto mundial de industrialização, nem lançado as bases para criar um mercado consumidor interno.

No entanto, o ideal varguista de modernização inevitavelmente se chocou com a ideologia tradicional das oligarquias que asseguravam não ser afetados seus privilégios. Talvez disso decorresse o caráter autoritário do governo de Getúlio Vargas na tentativa de associar centralidade política e modernização para a consolidação de uma classe burguesa realmente industrial e não de base agrária.

Ao destacar e abranger a questão da posse e da propriedade de terra no sudoeste do Paraná, observamos o contexto histórico ao longo das primeiras décadas do século XX. Para que esse fenômeno ocorresse, era necessário planejamento, acompanhamento e administração sistemática das atividades de colonização. Os planos de colonização esboçados a partir de 1940 seguiam a sistemática dos planos de colonização anteriores, implantados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

A projeção do espaço colonial da região pretendia fomentar a formação de uma área povoada por pequenos produtores familiares e de maior densidade populacional, semelhantemente aos padrões da maior parte do território rural brasileiro.

A ocupação e colonização do território sudoestino paranaense começou a acontecer no final da década de 1930. Analisaremos na perspectiva da política do governo do presidente Getúlio Vargas que defendia a manutenção e a consolidação das fronteiras nacionais. Para tanto, estimulou o processo de ocupação e colonização das

⁷³ FONSECA, op. cit., 1999. p. 195.

faixas de fronteira com os países vizinhos, inclusive criou o estado do Iguazu, política que ficou conhecida como “Marcha para o Oeste”.

As medidas tomadas, como doação de terras, discurso da terra prometida, riqueza fácil e melhoria de vida, atraíram um significativo número de colonos, especialmente das áreas coloniais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Posteriormente, pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, o grupo inglês adquiriu 515 mil alqueires:

O grupo de investidores ingleses, liderados por Simon Joseph Frazer, mais conhecido como Lordlovat, estava no Brasil como integrante da Missão Inglesa ou Missão Montagu, que veio ao Brasil tendo em vista um pedido de empréstimo de 25 milhões de libras, solicitado por Arthur Bernardes à Casa Rothschild. Esta casa bancária condicionou o empréstimo à presença e às recomendações de uma missão que ela enviaria ao Brasil. Esta missão, portanto, teria como objetivo analisar a situação institucional e operacional de implementação das políticas monetária e fiscal que dessem garantias de pagamento do empréstimo solicitado. A missão inglesa imposta ao governo brasileiro, e não convidada por ele.⁷⁴

Muitas mudanças que a produção familiar sofreu estavam ligadas à ampliação e acesso ao crédito. As diferenciações no interior da estrutura social foram estabelecidas em consequência da situação jurídica em relação à terra. O crédito foi concedido aos proprietários, porém aos produtores não proprietários tiveram maior dificuldade para ter esse acesso.

Segundo Persagri,⁷⁵ o mecanismo de crédito foi o principal elemento seletivo da modernização, da diferenciação da produção familiar e da constituição de novos grupos sociais. Essas questões financeiras contribuíram para que a propriedade jurídica da terra tivesse um papel fundamental na perspectiva de reprodução de cada grupo de produção familiar.

A ocupação dos vazios demográficos obedeceu, pois, a critérios e a objetivos mais ou menos definidos e mais ou menos claros. Por isso, no Brasil Meridional, via de regra, não houve colonização espontânea, embora ela dependesse, também, da necessidade e da vontade de migrar e produzir dos colonos. Ela tem sido organizada, planejada, subvencionada e dirigida pelo governo central, pelos governos das províncias ou dos estados e dos municípios, por companhias particulares ou por proprietários individualmente. Há um lugar, uma instância de decisões. Há permissão também, mas dentro de determinados limites. Está se afirmando que a história

⁷⁴ TOMASI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná: história e fantasmagorias*. 1987, f. 342. Tese (Doutorado em História) - UFPR, Curitiba, 1987. p. 181-182.

⁷⁵ PERSAGRI II. *Relatório final extremo-oeste paranaense*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Fundação Getúlio Vargas, 1981. p. 87.

das regiões coloniais resulta da interação que se estabelece a partir de necessidades e de vontades de imigrantes europeus e de seus descendentes com os interesses e com as decisões decorrentes da correlação de forças políticas e econômicas no Sul do Brasil.⁷⁶

Foi um processo construtivo voltado para os interesses da maior parte da população capitalista, porém, com o envolvimento da população, voltou-se para a busca de seus direitos e interesses.

Além de nacionalizar e ocupar as fronteiras, outra questão inclusa nesse projeto eram os assuntos econômicos que estavam em evidência. Havia o interesse dos capitalistas gaúchos, por meio das companhias imobiliárias, de adquirir terras na região oeste e sudoeste do Paraná. Dessa forma, o gaúcho Vargas, conhecido pelos empresários, mostrou-se favorável a esse grupo que acabaria por incentivar a colonização do território.⁷⁷

Destaca-se a precariedade dos recursos que o pequeno produtor instalado na região possuía. Eram inúmeras as carências, desde a falta de recursos na agricultura até a oscilação dos preços dos produtos agrícolas nas entressafas. O produtor que necessitava do capital para sobreviver e sustentar sua família era obrigado a comercializar seus produtos a preços baixíssimos.

A grande revolução deste século, que já disse ser do Direito Social, deve ser processada nos campos [...] devemos elevar o índice rurícola até onde se encontra o desenvolvimento industrial. A equalização dessa faixa hoje dessintonizante entre o campo e a cidade deve ser o grande objetivo da luta dessa geração e a Câmara dos Deputados do Brasil [...] o grande passo na redenção econômica do Brasil.⁷⁸

Destaca-se ainda que a região era atrativa em virtude da vegetação, do clima, do solo, entre outros. Foram, e são, aspectos geográficos importantes para o desenvolvimento do sudoeste do Paraná. O clima subtropical com chuvas distribuídas durante o ano, uma vegetação rica e o solo fértil foram essenciais para o deslocamento dos migrantes para a região.

O sudoeste do Paraná foi uma região (re)colonizada há pouco mais de oitenta anos, num processo de fronteira agrícola e, portanto, econômico. Porém, nesse curto

⁷⁶ GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 156.

⁷⁷ BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. *A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense*. Curitiba, 2007. 207 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 104.

⁷⁸ GOMES, op. cit., 2007, p. 193.

espaço de tempo, muitos conflitos fizeram parte da sua formação territorial e histórica. O território passava por transformações anuais e a população se ampliava.

2.4. A ótica mercantil no contexto da posse de terras

Para Singer, a mobilidade do capitalismo é uma “mobilidade forçada”, em decorrência, de um lado, da introdução de relações de produção capitalistas que acarretaram a expropriação de camponeses, além da decadência ou atraso tecnológico em determinadas áreas, provocando a carência de trabalho; de outro, a necessidade de o trabalhador se inserir em novas frentes. Segundo o autor,

as migrações internas não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas. Os mecanismos de mercado que, no capitalismo, orientam os fluxos de investimento às cidades e, ao mesmo tempo, criam os incentivos econômicos às migrações do campo à cidade, não fariam mais que exprimir a racionalidade macroeconômica do progresso técnico que constituiria a essência da industrialização. Tal industrialização, sem que as características institucionais e históricas dela tivessem qualquer papel na determinação daquele processo [...].⁷⁹

No Brasil, o processo de desenvolvimento das frentes de expansão e das frentes pioneiras desencadeou migrações, conflitos e alteridades. De acordo com Martins, é através do deslocamento de posseiros que a sociedade nacional, isto é, a branca, se expande sobre territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de “frente de expansão”.

O autor alerta que há controvérsias na definição de frente de expansão. Para uns significa expansão da sociedade nacional; para outros, expansão do capitalismo; para terceiros, expansão do modo capitalista de produção, originalmente é expansão da fronteira da civilização.⁸⁸

Segundo Martins, a diversidade contraditória de pontos de vista denota a complexidade e a singularidade das frentes de expansão que compuseram o fenômeno historicamente. Nesse sentido entendemos que a frente de expansão se refere ao espaço e tempo de conflito e alteridade, do conflito dos “civilizados” com os indígenas e destes com os “civilizados”.

⁷⁹ SINGER, Paul. *Dinâmica populacional e desenvolvimento*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 32.

No entanto, com esse deslocamento, entendemos que a frente de expansão também teve uma “interação” entre posseiros e indígenas, resultando na miscigenação, que originou os elementos caiçara, caipira e caboclo, por exemplo. Esses camponeses livres, caipiras e caboclos, serviam de mão de obra para abrir as fronteiras de expansão e ficavam reservados aos trabalhos nas novas fazendas, derrubada da mata e plantio do cafezal, mediante pequeno pagamento em dinheiro e permissão para plantio de alimentos enquanto o café não estava formado.

Para Tavares dos Santos,⁸⁰ a “terra nova” na frente de expansão permitia que o camponês se reproduzisse socialmente, seja como posseiro, seja como proprietário, mantendo sempre a força do trabalho familiar e, por conseguinte, o processo de trabalho camponês.

Na frente de expansão, as relações sociais fundamentais não eram determinadas pela produção de mercadorias, pois a apropriação das condições de trabalho, ou seja, da terra, não se realizavam como empreendimento econômico. No plano jurídico, com a instauração da propriedade privada, Lei de Terras de 1850, não constituía o princípio, nem o fim da instituição do uso privado das terras comuns ou da posse por ocupação das terras devolutas na frente de expansão.

Entretanto, o que caracterizou a frente de expansão foi justamente esse uso privado das terras devolutas que não assumem o caráter de mercadoria. Assim, a figura central da frente de expansão foi o ocupante ou o posseiro. O caráter de produção na frente de expansão foi o excedente do produto.

Quando as frentes pioneiras começaram a se deslocar para o sudoeste do Paraná, o valor das terras aumentou e a cobiça também. A situação ficou grave, pois teve um período que para a mesma área havia cinco “proprietários”: Citla, Pinho e Terra empresa de colonização pertencente ao grupo Dalcanale, governo do estado do Paraná, governo federal e os posseiros.

Inicialmente procuramos esclarecer a origem do conflito entre os dois pretendentes das terras do sudoeste: a CEFSPRG e o estado do Paraná. Já que as terras tinham sido apropriadas pela iniciativa privada, predominando a colonização empresarial, que serviu como estratégia para o desenvolvimento rural.

O sudoeste paranaense, colonizado de forma mais intensa a partir de 1920 com a iniciativa privada, desenvolveu diversos projetos de colonização em outras regiões. Ao

⁸⁰ TAVARES DO SANTOS, José Vicente. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 150.

governo do Estado interessava o desenvolvimento que incluísse o processo de ocupação das terras.

Em troca do favorecimento na cessão de grandes áreas de terras devolutas, mediante pagamentos apenas simbólicos, o Estado obtém das empresas a aplicação de seu capital financeiro e de sua experiência na estruturação do espaço urbano e rural do território. Em consequência se estabelece a perfeita sintonia entre os interesses políticos do Estado e os interesses econômicos dos grupos empresariais.⁸¹

Essas ações proporcionaram um aporte significativo de capital investido nas fronteiras agrícolas paranaenses, oportunizando rápido desenvolvimento. Empresas colonizadoras aplicaram vultosos recursos para programar os projetos de colonização e outros negócios nas fronteiras agrícolas do Paraná.

Povoamento, ocupação, integração constituem novos movimentos da nação em busca de sua plenitude. Não meramente casual o recurso de se mostrar um visual definitivo da nação, um desenho geográfico que se repete constantemente nos mapas, uma geografia do poder que só pode ser aprendida e interiorizada por todos a partir do sentimento de comprometimento e de participação em um só e memorizado espaço territorial nacional.⁸²

Embora os colonos camponeses individualmente não dispusessem de significativa quantia de capital, o conjunto de capital em moeda, em equipamentos e em utensílios trazidos pelos migrantes constituía-se num fator de dinamização das atividades econômicas nas áreas pioneiras. A mercantilização desses espaços significava desenvolvimento seguro para as regiões Norte, Sudoeste e Oeste do estado.

O sistema nacional de colonização para aqueles ocupantes nacionais, custeando-lhes o transporte das famílias e das bagagens e ferramentas para o novo local, provendo-lhes o fornecimento de mantimento, despesas estas que seriam computadas no valor total do lote, com moradia, a ser pago em prestações, suavemente, após a primeira colheita.⁹²

O governo paranaense assinou contratos com a CEFSPRG para a construção de estradas de ferro, porém, já de saída titulou terras para essa companhia. Em 17 de julho de 1913, o presidente do Paraná Carlos Cavalcanti de Albuquerque titulou a gleba Chopim com uma área de 715.080.142 m².

⁸¹ SERRA, op. cit., 1991. p. 89.

⁸² LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986. p. 57.

⁹² VAZ, Raul. *Moysés Lupion - a verdade*. Curitiba: Paratodos, 1986. p. 31.

A CEFSPRG recebeu títulos de terras também em outros locais do Paraná, em contrapartida, em retribuição, deveria construir a estrada de ferro. Vitoriosa a Revolução de 1930, o general Mario Tourinho assumiu o governo do estado do Paraná como interventor. O novo governo começou a estudar as concessões de terras feitas à CEFSPRG e constatou irregularidades, inclusive o não cumprimento com o contrato por parte da companhia.

Em seguida, pelos decretos nº 300 e nº 29, de 30/11/1930 e 5/1/1931, respectivamente, algumas concessões foram anuladas, entre as quais as titulações das glebas Missões e Chopim. Com essa medida, o território do sudoeste do Paraná voltou ao domínio do poder público.

2.5. A “Marcha para o Oeste” do governo Vargas

Para contextualizarmos o repovoamento das terras sudoestinas, observamos as políticas nacionais a partir da análise do contexto nacional, porém com abrangência no repovoamento do sudoeste do Paraná. Investigaremos os projetos de colonização iniciados em 1930 com as políticas de colonização e de trabalho aplicadas pelo Estado Novo em vigência com o então presidente Getúlio Vargas.

Estávamos num tempo de formação de frentes pioneiras em todo o Paraná. Era tempo em que ia se abrindo, devassando as terras que assumiam agora uma importância fundamental [...]. Capitalistas gaúchos, através de companhias imobiliárias que já atuavam no Paraná, estavam se preparando para realizar excelentes negócios de terra.⁸³

Os projetos que visavam colocar o país numa situação mais favorável, já em recuperação da crise de 1929, buscavam apresentar alternativas para fazer frente à crise econômica e política na contemporaneidade. Nessa contextualização, as discussões se ampliam para uma política de colonização, marcadas pela intenção da conquista territorial e da integração dos estados do país.

A Marcha para o Oeste, definida por Lenharo,

visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único

⁸³ WACHOWICZ, op. cit., 1987, p. 113.

chefe, consumassem coletivamente a conquista, sentindo-se diretamente responsáveis por ela.⁸⁴

O programa da Marcha para o Oeste do governo federal tinha como pretensão ocupar os chamados “espaços vazios”, dos quais os indígenas e caboclos foram excluídos não somente do contexto governamental, mas também histórico.

A história, muitas vezes, contextualizou um repovoamento com migrantes que se deslocaram de outras regiões e se envolveram na redescoberta de uma região até então pouco povoada. Ignoraram os precursores das matas, os indígenas e caboclos, que foram os que abriram as primeiras picadas, as primeiras estradas, um desenvolvimento inicial.

A preocupação das políticas de colonização era mostrar as múltiplas estratégias de poder e disciplinamento ao trabalhador rural para assegurar a posse da terra e, juntamente, contextualizar o poder, a ganância dos que até então se diziam proprietários.

A intenção era dificultar o acesso dos posseiros à terra, cobrando valores injustos e por vias ilegais. Basicamente era formar um novo trabalhador rural que trabalhasse para garantir seu sustento e vendesse os produtos a valores baixos.

A ocupação dos espaços ditos vazios significa não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riquezas; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais, de acordo com a política vigente [...]. A conquista do oeste significava a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros.⁸⁵

A região contava, nessa época, com mais de dez mil habitantes, não havia estradas ou ferrovias que ligassem ao restante do estado, era uma área de difícil acesso e o deslocamento ocorria via rio Paraná. Esse período ficou conhecido como a “República Velha”, que chegou ao conhecimento do estado e do país com a descrição de abandono do oeste paranaense e a miserabilidade reinava na região, como afirma Priori:

A situação de miséria e abandono na região aos poucos foi sendo denunciada. Essas revelações alcançaram grande projeção em Curitiba e no Rio de Janeiro, durante o período da República Velha. Até em 1924, com a passagem da Coluna Prestes pelo Oeste paranaense, os tenentes rebeldes ficaram chocados com as cenas que viam, principalmente quanto à desnacionalização da

⁸⁴ LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986. p. 84.

⁸⁵ LENHARO, op. cit., 1986. p. 19.

fronteira e as relações de exploração estabelecidas pelas empresas estrangeiras.⁸⁶

De acordo com as políticas de Vargas, eram evidentes as propostas de intervenção em defesa das pequenas propriedades vistas como fundamento da política de colonização. Vargas afirmava que a pequena propriedade estava intimamente associada a um desenvolvimento promissor.

Com retórica nacionalista e centralizadora, Vargas objetivava a integração nacional, em especial, primeiro a territorial. Para tanto, era fundamental garantir a segurança das fronteiras com os países vizinhos, ameaçadas por invasores argentinos e paraguaios a oeste e sudoeste do Paraná.

Juntamente com política de expansão territorial, a Marcha para o Oeste, foi criado no governo Vargas, o Estado do Iguazu que viria povoar extensões de terras nas fronteiras com os estados. Eram vedados 150 km de fronteira, não podiam ser colonizados, porém, a partir de 1937, com o Estado Novo em vigor, foram mudadas as estruturas e as leis até então vigentes.

Na ocasião, o interventor do estado Mário Tourinho deixou o cargo, assumindo Manoel Ribas, que atuou também como governador. A partir de 1938, juntamente com Getúlio Vargas, foram estabelecidas novas leis e decretos que instituam a colonização dos 150 km de terras nos limites fronteiriços. Wachowicz destaca:⁸⁷

Ao ministério da agricultura ficou a responsabilidade de colonizar a faixa da fronteira, na faixa inicial de 30 km, a propriedade não poderia ultrapassar 100 hectares, somente poderia ser concedida gratuitamente, a propriedade menor de 25 hectares [...] e por fim os Estados e municípios deveriam fornecer todos os dados sobre as colonizações existentes.

As políticas de caráter nacionalista tiveram fortes consequências no estado do Paraná na ocupação dos atuais polos regionais: do norte pioneiro - Londrina e Maringá; do sudoeste - Francisco Beltrão e Pato Branco. Esse momento ficou conhecido no estado como “colonização”, que seguidamente iria abranger modernidade e pleno desenvolvimento na região, juntamente com as pessoas que se deslocavam com novas ideias e novos pensamentos a respeito.

⁸⁶ PRIORI, Angelo et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012. p. 81.

⁸⁷ WACHOWICZ, op. cit., 1987. p. 116.

Tratava-se de uma campanha nacionalista empreendida no governo Getúlio Vargas, a qual defendia a ocupação efetiva e a nacionalização das fronteiras brasileiras de norte a sul. O projeto Marcha para o Oeste, segundo seus idealizadores, buscava despertar no povo que vivia na fronteira o sentimento de nacionalidade e brasilidade.

Havia interesse em ocupar todos os espaços demográficos vazios, promovendo um desenvolvimento e uma integração nacional. A partir desse período, a colonização da região ficou a cargo e atuação de companhias de colonização de capital nacional, estruturada de forma profissional. Iniciaram, primeiro, a explorar a madeira, pois haviam recebido terras em troca das obras e serviços.

O processo de concessão de terras devolutas no estado ficou acelerado, levando essa modalidade ao esgotamento das áreas disponíveis. Esse modelo trouxe sérias consequências sociais para o campo em razão de grupos econômicos receberem enormes extensões. Getúlio Vargas nomeou o interventor Mário Tourinho, que se apressou no processo, concedendo grandes extensões territoriais às empresas colonizadoras pelo decreto nº 300.⁸⁸

O anseio de colonizar a região foi assim descrito por Gregory:

Vargas, em relação às fronteiras com a Argentina e com o Paraguai, não é demais reiterar, tinha o projeto da criação do Território Federal do Iguaçu e a política da “Marcha para o Oeste”. O Estado do Paraná, como não queria ver seu território dividido, comprometeu-se a estabelecer políticas de ocupação brasileira da parte Oeste do estado. Como o tempo passava e não ocorreram os resultados esperados, o Governo Federal acabou criando o território do Iguaçu. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, criado em 1938, foi incumbido de desenvolver a região e propiciar um grande salto no processo de colonização. Uma das rodovias mais importantes deste programa seria a BR-35, mais tarde denominada de BR-277 (Ponta Grossa-Foz do Iguaçu).⁹⁹

No governo de Moisés Lupion (1946-1950), foi instituída a Fundação Paranaense de Colonização para facilitar o processo de concessão de terras devolutas aos migrantes gaúchos de origem, principalmente italianos e alemães.

Nesse modelo de colonização, a concessão de terras tinha como referência a pequena propriedade para o desenvolvimento agroindustrial. As terras eram passadas às colonizadoras para revendê-las em pequenos lotes aos colonos, inclusive o complexo

⁸⁸ WACHOWICZ, op. cit., 1987. p. 23.

⁹⁹ GREGORY, op. cit., 2002. p. 91.

industrial e comercial ficaria sob controle, direta ou indiretamente, das companhias colonizadoras.

O resultado desse processo ocasionou uma total insegurança jurídica em relação à posse e propriedade das terras por parte dos agricultores. Atingia especialmente os que compraram os lotes das empresas colonizadoras, portanto, já estabelecidos, e também os que chegavam por incentivo do governo. Esse entrave e essa insegurança se centravam na generalizada titulação sobreposta e o não cumprimento dos contratos.

Conforme destaca Lenharo,⁸⁹ em agosto de 1933, Vargas referia a necessidade do retorno e fixação do homem na terra através de incentivos. Os anos anteriores a 1937 foram marcados por uma economia basicamente agrícola, em que o campo iniciava uma modernização a partir do Estado Novo, as políticas migratórias prosseguiram no repovoamento das terras até então pouco cultiváveis e povoadas.

Com as mudanças introduzidas, o colono devia desaparecer e, aos poucos, substituído pelo camponês, dono da sua terra. Eram as pequenas propriedades que surgiam e ganhavam forma. As mudanças aconteciam e podiam ser observadas. Conforme destaca Lenharo, “fidalga terra entregue aos seus donos em reduzidos lotes”.⁹⁰

O pequeno proprietário nesse contexto se constitui um elemento estável. Lenharo destaca:

A propriedade não é, para ele, como para o fazendeiro, um negócio: é a sua habitação, o seu lar, a sua fonte de subsistência. Tende a ser menos atraído pelas novas frentes de colonização, como nos casos dos agricultores paulistas e gaúchos.⁹¹

A conquista do território por meio da ocupação dos espaços até então pouco povoados envolveu o governo estadual, políticas em torno de leis regionais, empresas colonizadoras e pessoas que se propuseram migrar e iniciar de forma promissora as suas vidas em terras sudoestinas.

O projeto da marcha, segundo seus idealizadores, buscou despertar no povo que vivia na fronteira o sentimento de nacionalidade e brasilidade. Tinha interesse em ocupar todos os espaços demográficos vazios, promovendo um desenvolvimento e uma integração nacional.

⁸⁹ LENHARO, op. cit., 1986. p. 21.

⁹⁰ LENHARO, op. cit., 1986, p. 32.

⁹¹ LENHARO, op. cit., 1986, p. 33-34.

Figura 7 - Cartaz da Era Vargas onde exemplifica o sentido da Marcha para o Oeste.



Fonte: <http://memorialdademocracia.com.br/card/a-construcao-do-estado-nacional>.⁹²

“O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o oeste”, segundo o dizer do cartaz do governo Vargas exposto na Figura 7. Era preciso conquistar o interior do país de forma ordenada, com fundação de cidades, construção de rodovias e ferrovias e criação de colônias agrícolas apoiadas pelo Estado. Dessa forma seria possível organizar e estimular a agropecuária e fixar o homem no campo, melhorando as condições de vida. Mondardo destaca:

Quem labora e cultiva a terra, nela deposita a sementeira e alicerça a casa – abrigo da família – deve possuí-la como proprietário. Fixar o homem ao solo foi desse modo um dos grandes estímulos para que muitas pessoas migrassem: a promessa de tornar os trabalhadores proprietários da terra vinculava-se à necessidade de motivá-los a migrarem para novas áreas “pouco povoadas” para “desbravá-las”, promovendo, pela expansão a integração territorial, o “desenvolvimento”, sobretudo econômico, do país.⁹³

O discurso de Getúlio Vargas foi elaborado no sentido de ganhar apoio da população para a “construção da nação”. O presidente soube lançar mão de um poder

⁹² *Marcha para o oeste*. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/a-construcao-doestado-nacional>. Acesso em: out. 2017.

⁹³ MONDARDO, op. cit., 2011. p. 108.

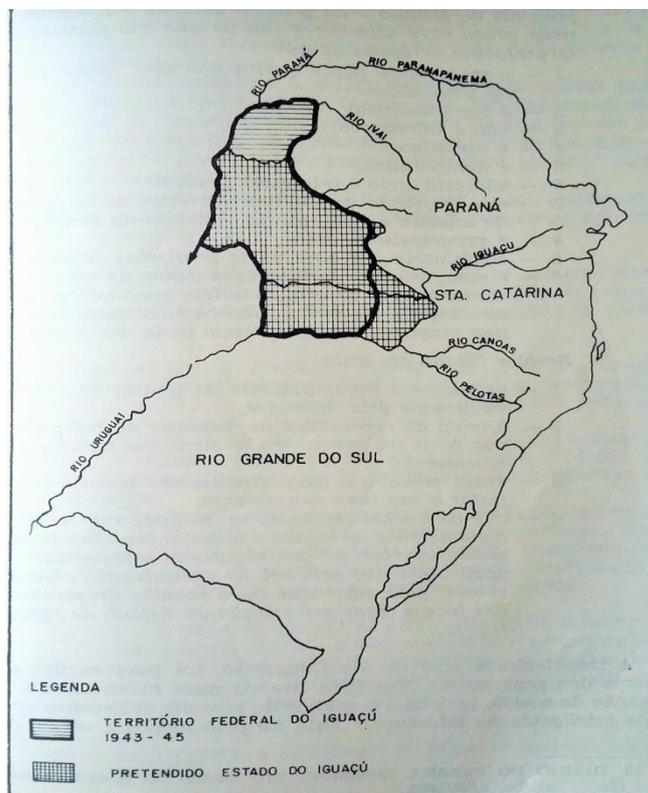
simbólico e de representação mítica para, estrategicamente, ganhar o apoio do povo na conquista e repovoamento do território. Como medida de segurança, repovoar as fronteiras para garantir a integridade interna do país.

2.6. O território do Iguazu no sul do Brasil

Desde o período colonial, a região do Iguazu foi alvo de constantes disputas pelas fronteiras. Os litígios se estenderam até os primeiros anos da República, quando foram oficializadas as fronteiras entre Brasil e Argentina.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o território do Iguazu foi um dos cinco criados por Vargas, pelo decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Criou também Ponta Porã, atual estado do Mato Grosso do Sul; Amapá; Rio Branco, atual Roraima, e Guaporé, atual estado de Rondônia. Esses territórios eram administrados diretamente pelo governo de Getúlio Vargas durante a ditadura no Estado Novo.

Mapa 9 - O território do Iguazu e o pretendido “Estado do Iguazu”.



Fonte: WACHOWICZ, p. 131, 1985.⁹⁴

⁹⁴ WACHOWICZ, op. cit., 1987. p. 131.

O território do Iguazu localizava-se nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. Possuía uma superfície de 68,8 mil km² e uma população em torno de cem mil habitantes. A capital era a cidade de Iguazu, hoje denominada Laranjeiras. A administração ficou a cargo do major Frederico Trotta, nomeado pelo governo federal, e os outros eram administrados diretamente pelo governo federal, marcando o caráter centralizador, autoritário no Estado Novo.

O objetivo da criação dos territórios nacionais inseria-se no contexto da tentativa de colonização do interior do Brasil alinhado ao projeto Marcha para o Oeste, esforço para diminuir os vazios populacionais e evitar o desmembramento e perda de parte do território nacional caso houvesse a transposição dos conflitos da Segunda Guerra Mundial para a América do Sul. Assim, era uma forma de garantir a segurança nacional.

A criação do território federal, no interesse da defesa nacional, está em correspondência com a necessidade de atender a situações relacionadas com a defesa externa, promover o desenvolvimento econômico e a integração do todo nacional, bem como em socorrer as graves deficiências econômicas e sociais das chamadas áreas problemáticas sujeitas a certa vulnerabilidade do ponto de vista da segurança interna ou externa.⁹⁵

Outro fator importante da criação do território do Iguazu se relacionado aos interesses na manutenção da integridade territorial em locais onde poderiam ser alvos de disputas com os países vizinhos. No caso do Iguazu, havia interesse argentino pela região, sendo que desde as últimas décadas do século XIX havia conflitos diplomáticos que reivindicavam as terras desse recanto do sul do Brasil.

Durante a vigência da administração federal foram construídas várias instituições de ensino, estradas, casas e bibliotecas. Uma Comarca foi instalada em Iguazu e deslocados policiais, professores e profissionais da saúde do Paraná e do Rio de Janeiro para o novo território.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e também do Estado Novo, em 1945, as forças políticas do Paraná e Santa Catarina passaram a pressionar o governo para que o território do Iguazu fosse extinto, voltando as terras a serem novamente administradas pelos dois estados. Isso se concretizou na Constituição de 1946, que extinguiu tanto o território do Iguazu como o de Ponta Porã, mantendo os demais.

⁹⁵ LOPES, Sérgio. *O território do Iguazu no contexto da "marcha para oeste"*. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 26.

Com a queda de Vargas em 1945 e a atuação dos constituintes paranaenses em 1946, o território do Iguazu foi extinto. Após esse período foi iniciada uma campanha pela criação de um novo estado na região denominado “Movimento pró-criação do estado do Iguazu”, mas não teve sucesso.

2.7. Cango: impulsionadora da colonização no sudoeste do Paraná

Segundo Corrêa,⁹⁶ falar em região tem em conta que deve aparecer como algo construído historicamente pela ação do seu principal agente, o ser humano. A região aparece como a circunscrição político-administrativa, produto da ação do poder Central sobre o poder Regional. Foram as determinações da União com a criação da Cango e suas políticas de povoamento que impossibilitaram o modo de sobrevivência do caboclo na região. Ele, por sua vez, desconhecia o que era região, bem como a amplitude ou a direção do sudoeste.

Os estudos sobre a propriedade da terra e os conflitos em torno desta não são simplesmente o desenvolvimento econômico ao longo dos anos, mas, sim, trabalhar no viés social, humano, a cadeia dos sujeitos envolvidos nesses litígios. As relações de força constituídas ao longo da história mostram isso e fazem querer entender como cada sujeito agiu em defesa do seu “ideal”, principalmente entender o Estado como principal “agenciador” desses litígios e seu posicionamento.

Os próprios migrantes desejavam tal acompanhamento orientador e buscavam um espaço planejado. Essas afirmações estão respaldadas na forma de como os espaços urbano e rural se apresentam hoje. Evidentemente que houve alterações, mas os sinais do planejamento ordenado evidenciam a força orientadora e influenciadora sobre esse espaço.

Segundo Tedesco,

[...] o período que vai da década de 1950 até a metade dos anos de 1960 caracteriza, na história política e no pensamento social brasileiro, uma temporalidade de grande efervescência em torno de ideias propostas, programas, movimentos, reivindicações e ações sociais. As contradições de uma sociedade modernizante, seletiva, discriminatória e que não se propôs, historicamente, a resolver as grandes questões de fundo como é a da propriedade fundiária e do campesinato, fez sentir-se mais forte no período, aliada e motivada por certa estrutura de oportunidade política e de capital

⁹⁶ CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995, p. 56.

social de determinados grupos e figuras do campo político e organizativo institucional.⁹⁷

Dentre os principais fatores motivadores para a vinda de colonos destacam-se a doação de lotes de terras; a abundância dos recursos naturais, araucária, erva-mate; os recursos hídricos; as condições de vida prometidas pelo governo através da propaganda, estradas, hospitais e escolas; o estímulo à criação de cooperativas; promessa do desenvolvimento econômico da região.

Em sequência da criação da política da Marcha para o Oeste, era preciso orientar essas pessoas que se deslocavam para lugares desconhecidos. Para isso, o governo criou as colônias agrícolas nacionais em faixas de terra que faziam fronteira com os países vizinhos.

No contexto imigratório observamos o repovoamento do sudoeste do Paraná por pessoas provenientes de várias regiões, principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Também observamos paranaenses e estrangeiros migrando em direção ao sudoeste, todos impulsionados pelas políticas migratórias. Segundo Lenharo, as colônias agrícolas nacionais foram planejadas de modo a

se submeterem a uma administração centralizada e permanecerem subordinadas diretamente ao Ministério da Agricultura. Estruturadas em pequenas propriedades, seus lotes deveriam ser distribuídos preferencialmente para trabalhadores brasileiros sem terras- um dos recursos pensados para resolver esse grave problema social. A localização das colônias por si só explica a finalidade da organização de sua produção.⁹⁸

No início da década de 1940, Vargas criou as colônias agrícolas nacionais visando concretizar a política de colonização do Estado Novo. São exemplos dessa iniciativa de Vargas: Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Cand), no estado do Mato Grosso do Sul, em 1943; Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), em 1941; Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), em 1943.

⁹⁷ TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. *Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)*. Porto Alegre: Estedições, 2007. v. 1. p. 17.

⁹⁸ LENHARO, op. cit., 1986, p. 47.

A Cango⁹⁹ localizava-se no sudoeste do Paraná com sede em Francisco Beltrão-PR.¹⁰⁰ Exercia a função de estimular o repovoamento na região e fornecer o aparato para a segurança nas fronteiras com Paraguai e Argentina.

Por meio dessa colônia, os migrantes conseguiam se estabelecer nas terras e produzir para o sustento de suas famílias. Os migrantes/colonos contavam como condição para a sua sobrevivência um lote de terra, sementes para o cultivo, cuidados básicos com a saúde e educação elementar para os filhos.

Com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório em 1943 na vila Marrecas, durante o período do Estado Novo (1937-1945), buscou-se estimular através do projeto Marcha para Oeste a vinda de migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para o Paraná. A maioria dos colonos se dirigia para a região Sudoeste paranaense, onde estavam sendo “distribuídas” as terras. Tem sido mérito da propaganda desencadeada pelo governo federal atrair os migrantes “desejosos” em adquirirem terras e se tornarem proprietários.

Com o apelo via rádio para o desbravamento, colonização e resgate da brasilidade e sentimento nacionalista, Vargas buscou legitimar a necessidade das pessoas migrarem e estarem dispostas a trabalhar. Nesses discursos o trabalhador brasileiro foi o ponto central:

O rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégia de ilusão participava e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional. O importante do rádio não era exatamente o que era passado e sim como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes. Efeitos sonoros de massa podiam atingir e estimular a imaginação dos rádio-receptores, permitindo a integração, em variados tons entre emissor e ouvinte, para se atingir determinadas finalidades de participação política. Vargas, quando se referia ao rádio, apontava para a sua importância enquanto meio de educação cívica ao mesmo tempo em que informador das diretrizes do governo e do alcance de suas medidas.¹⁰¹

⁹⁹ A Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), criada pelo presidente Getúlio Vargas em 1943, tinha sua sede em Pato Branco e posteriormente, após a abertura da estrada que ligava Pato Branco a Marrecas, mudou-se para Marrecas. A colônia, inicialmente, foi administrada por Eduardo Virmond Suplicy. Destaca-se também que em 1918 foi criada a colônia Bom Retiro, que deu origem à cidade de Pato Branco, para onde deveria atrair colonos da região do Contestado.

¹⁰⁰ Francisco Beltrão se localiza no sudoeste do estado do Paraná. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/francisco-beltrao/panorama>. Acesso em: jan. 2018.

¹⁰¹ LENHARO, op. cit., 1986, p. 40-41.

Imagens foram ricamente elaboradas e pensadas através do rádio como operadoras simbólicas a constituírem recursos largamente utilizados pelo Estado Novo. O rádio atendia a uma finalidade imediata, isto é, por meio de imagens veiculava-se com rapidez e precisão o recado que queria transmitir. A Marcha para Oeste, como projeto de convencimento e mobilização de pessoas, foi um grande exemplo nessa tática e estratégia do poder.

Segundo Gomes, para estimular a migração de gaúchos e catarinenses, o Estado realizou inúmeras propagandas via rádio no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, especialmente vinculadas aos programas de músicas gaúchas e sertanejas. A promessa de terra gratuita, ideologia do trabalho, sentimento identitário do nacionalismo mítico de “ser brasileiro” formaram, sobretudo, os recursos simbólicos mobilizadores do discurso para a migração, pois, com

o sistema de pequena propriedade adotado na colonização, sem ônus para o agricultor, com um serviço de infraestrutura e assistência de saúde e educação totalmente gratuitas, aliado a uma forte propaganda que se fazia no Rio Grande do Sul, *atraiu em poucos anos milhares de famílias para a região sudoeste paranaense.*¹⁰²

A propaganda foi, portanto, uma excelente forma de atrair os colonos. De acordo com os depoimentos dos migrantes que obtivemos em entrevistas, o que incentivou para virem à região foi (e em alguns casos o principal condicionante) a propaganda feita pelo governo federal referente à doação de terras na Cango.

O direcionamento para a modernização agrícola só ocorreu efetivamente após a titulação das terras pelos antigos migrantes, permitindo o financiamento da aquisição de máquinas, adubos e inseticidas. Assim, houve a substituição das formas tradicionais de acesso à terra, iniciando uma maior exploração capitalista que provocou novas e importantes transformações econômicas na região. Ao mesmo tempo, ocorreu um aumento de estradas e um reforço político na região no intuito de aumentar a produção agrícola e o acesso ao crédito.

O sudoeste do Paraná foi ocupado e organizado como um lugar de oportunidades de acesso à terra e reprodução de um modo de vida assentado na pequena propriedade rural, com atividades agrícolas e trabalho familiar, bem como na construção de pequenas e pacatas comunidades.

¹⁰² GOMES, Iria Zanoni. *1957: a Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar, 1986, p. 19 (grifo nosso).

À medida que os primeiros migrantes foram recebendo e/ou adquirindo lotes e se fixando na região, enviaram notícias aos parentes e amigos contando as peculiaridades do território, as novas oportunidades de trabalho e a aquisição de terras, incentivando-as a migrarem para a região. Esse processo ocorreu por meio de relações com os familiares, parentes e amigos.

A mobilidade de pessoas influenciou no território e na construção da identidade as novas territorialidades emergentes. Cada indivíduo ou grupo social construía no seu cotidiano diferentes relações de comunicação com o território de origem e também de destino, entre migrantes e não migrantes.

A pretensão era povoar essa região e estimular a vinda de migrantes no intuito de construir pontes e estradas, instalar serrarias, construir casas para os migrantes.

Lazier mostra sua visão em relação aos colonos e a Cango:

Realizou na região um eficiente trabalho de povoamento e colonização, construindo obras de infraestrutura, dinamizando a vida social e cultural da comunidade, dando início para o grande progresso que o Sudoeste possui hoje.¹⁰³

A Cango governamental e várias companhias imobiliárias iniciaram um acelerado processo de introdução de migrantes em terras sudoestinas. Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreu uma grande entrada e circulação de migrantes na região.

Segundo Van Der Brug, a Cango

destinada aos reservistas, militares dispensados para oferecer-lhes um novo futuro. A “missão civilizadora” também levou colonos “com vocação agrícola” para o sudoeste do Paraná. Eles iriam explorar as florestas ditas virgens e preencher áreas de fronteira, de modo que alimentos pudessem ser cultivados lá para atender ao rápido crescimento da população.¹⁰⁴

A colônia teve dois momentos na sua função: primeiro, como colônia agrícola, as terras eram dadas aos colonos; depois, como núcleo colonial, as terras podiam ser vendidas. No entanto, destaca-se, como núcleo colonial, as terras não podiam ser vendidas pelo fato de estarem em juízo. A atuação legítima da Cango era restrita ao primeiro momento como núcleo colonial, ou seja, atuar na distribuição, doação de terras, estendendo-se nessa função até 1956.

¹⁰³ LAZIER, op. cit., 1997. p. 149.

¹⁰⁴ VAN DER BRUG, Carmen. *Terra, luta e lar*. Curitiba - PR: inVerso, 2015. p. 38.

No plano de colonização esboçado em 1946, foram estabelecidas, de início, unidades fundiárias abrangentes em círculos concêntricos do campo aos subúrbios e aos núcleos populacionais. Era dificultada a compra de grandes áreas e o povoamento esparso da região. Também era a forma de valorizar mais a terra, pois o rápido e relativo povoamento denso na fronteira servia como propaganda e prova da qualidade da colônia.

A proporção de terras era do tamanho ideal para os anseios dos colonos e para a disponibilidade imediata e futura de capital. Para os colonos, a vizinhança qualificada próxima era o fator que pesava na hora de decidir pela compra. Nesse contexto, uma colonização baseada na pequena propriedade favorecia essa aproximação das famílias e também era uma maneira de aumentar a lucratividade da colonizadora.

Na abrangência e restrição da Congo, destacam-se dois tipos de posseiros: a maioria atraída pela colonizadora recebia um protocolo;¹⁰⁵ outros eram aventureiros, até mesmo fugitivos da polícia, construía ranchos nas matas e começavam a produzir. Ninguém possuía o título de propriedade, todos eram posseiros.

A colônia, como já observado e abordado no decorrer deste texto, passou de colônia agrícola para núcleo regional, com a função de comercializar as terras em litígio. As terras públicas tinham sido nesse processo apropriadas por posseiros e também pelas colonizadoras que serviam de estratégias para o Estado obter o desenvolvimento rural.

Essa política foi decisiva para a questão da estrutura fundiária paranaense. Como o Estado não tinha recursos para os investimentos exigidos, abriu mão destes e entregou a responsabilidade ao setor empresarial mediante o compromisso de estruturar com capital privado o espaço urbano e rural no sudoeste do Paraná.

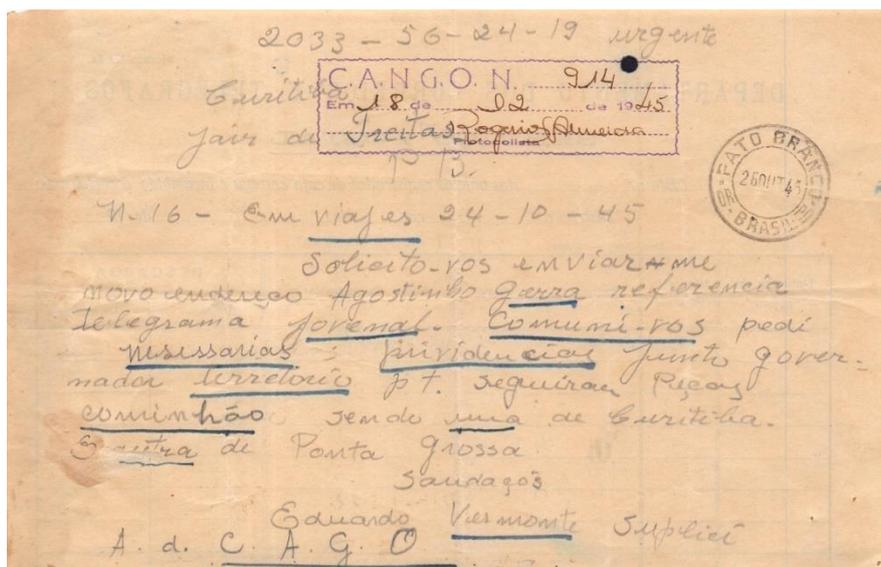
¹⁰⁵ Protocolo que dava posse da terra aos posseiros seria como a escritura de terras nos dias atuais.

Figura 8 - Radiograma enviado pelo administrador da Cango Glauco Olinger à Agriterras.

TELEGRAMA Nome e cargo do expedidor, fone e foto. Escrever separado as palavras com 2 espaços TEXTO A TRANSMITIR	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO VEGETAL DIVISÃO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL GENERAL OZÓRIO			CARIMBO DA ESTAÇÃO
	PREMIUNDO Espécie: OFICIAL	Número: <i>21</i>	Data: <i>22.11.52</i>	Hora: <i>17.35</i>
INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS	Origem: <i>Y. C. - 01</i>	Palavras: <i>21</i>	Via a seguir:	HORA DA TRANSMISSÃO <i>17.35</i>
ENCÍCLICO	AGRITERRAS		R I O	INICIAÇÃO DO OPERADOR <i>6.10.52</i>
N. <i>4</i> de <i>13</i> - <i>12</i> - <i>52</i>				
REITERO PEDIDO RADIO 7 DE 3-11-52 VG REFERENTE AUTORIZAÇÃO INICIARMOS CONSTRUÇÃO PONTE RIO MARRECCAS PT JÁ ENVIAMOS CROQUIS VG LEVANTAMENTO RIO E RECONHECIMENTO TERRENO PT PONTE ATUAL RUIU ONTEM AO PASSAR CAMINHÃO TRIGO VG DIFICUL- TANDO ESCOAMENTO PRODUÇÃO COLÔNIA PT				
ATENCIOSAMENTE GLAUCO OLINGER ADMINISTRADOR CANGO				
Assinatura ou rubrica do expedidor: <i>Olinger</i>				

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Francisco Beltrão - PR.

Figura 9 - Correspondência enviada por Eduardo Suplicy solicitando para a Cango peças para um caminhão.



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Francisco Beltrão - PR.

Observamos nos documentos citados (Fig. 8 e 9), onde os administradores da Cango solicitavam serviços. O primeiro documento solicita a construção da ponte sobre o rio Marrecas, informando que já estava em condições precárias e que havia caído após a passagem um caminhão carregado de trigo. O segundo documento, uma correspondência enviada por Eduardo Suplicy ao administrador da Cango solicitando peças para um caminhão.

O crescimento e desenvolvimento da colônia estimularam a emancipação política da vila Marrecas, pertencente ao então município de Clevelândia, constituindo-

se o município de Francisco Beltrão - PR em 1952. A colônia se manteve paralela à nova cidade, auxiliando no seu desenvolvimento.

2.8. O conflito pela posse das terras: as colonizadoras

Com relação à faixa de fronteira da região em estudo, as condições de repovoamento e colonização não foram pacíficas, principalmente por divergências do próprio poder público como o estado do Paraná e a União. Na faixa de fronteira considerada de segurança nacional, toda e qualquer transação imobiliária deveria ter o parecer favorável do Conselho de Segurança Nacional.

A colonização e imigração organizadas pelo Estado a partir de 1940 foram as mais recomendadas e as que mais se encaixavam nos ideais da administração do Estado. A organização colonial em meio ao latifúndio foi tarefa do Estado que criou colônias oficiais e concedia áreas para a colonização particular.

Destaca-se que, internamente, em 1937, no início da instalação do Estado Novo, o clima de tensões sociais era fruto do desemprego e da pobreza nas cidades. O mundo todo dimensionava essa problemática, razão pela qual a Segunda Guerra Mundial foi deflagrada.

O que se deduz desse projeto colonizador é que pautava a transferência de trabalhadores produtivos, sobretudo disciplinados, para outras áreas, de modo a formar um contingente necessário de expansão do capitalismo no campo, iniciando pelo desbravamento e pela produção de excedentes. Os migrantes eram parte fundamental dessa frente de colonização. Fundaram núcleos sociais no sudoeste e oeste do estado, hoje municípios, como Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Santo Antônio do Sudoeste, Medianeira, Santa Helena, Toledo, Marechal Cândido Rondon etc.¹⁰⁶

A partir de meados da década de 1940 houve uma migração intensa e acelerada para o sudoeste do Paraná em razão das condições oferecidas pela Cango, principal responsável por esse aumento. Para exemplificar o crescimento populacional no período, observamos a tabela a seguir.

¹⁰⁶ WACHOWICZ, op. cit., p. 271.

Tabela 4 - Número de famílias e habitantes credenciados pela Cango entre 1947 e 1956

Ano	Nº de famílias	Nº de habitantes
1947	467	2.529
1948	886	4.956
1949	1.068	6.045
1950	1.440	7.147
1956	2.725	15.284

Fonte: Martins, p. 44, 1986.

Waibel,¹⁰⁷ classificou os sistemas agrícolas dos colonos migrantes, fundamentalmente: estágio do desenvolvimento da agricultura nas terras florestais de fronteira, denominado “rotação de terras primitivas”, no qual o agricultor plantava produtos de subsistência e criava porcos do modo parecido com o dos indígenas, as trocas mercantis eram poucas, realizavam-se por um único comerciante local.

2.9. A Cango, o povoamento efetivo e o posseiro

Uma das sete colônias instaladas e promovidas pelo governo federal na rota da marcha para o oeste foi a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango). Instituída em 1943, absorvia pequenos produtores rurais vindos de outras regiões, com a distribuição de lotes gratuitamente. O papel desempenhado pela Cango foi exercer o trabalho de repovoamento e colonização. Realizou várias obras, como abertura de estradas, construção de pontes para a locomoção e comercialização da produção, instalação de serrarias, construção de casas, hospital, farmácia, escola etc.

Essa política esteve centrada nas pequenas propriedades rurais com o objetivo de incentivar a ocupação e povoamento das terras de fronteira e a produção de alimentos para o mercado interno. Assim, o Estado, representado pela Cango, foi fundamental em facilitar o processo migratório das famílias.

Entre os colonos, certos aspectos da vida familiar pesaram no momento de decidirem por um negócio que implicava mudança de residência para uma fronteira agrícola. Essa forma de divulgar e levar adiante a colonização e administrá-la era adequada em virtude dos objetivos estabelecidos.

¹⁰⁷ WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. p. 67.

Os locais de origem ainda se mantinham como referências na sua identidade no enfrentamento do novo, do desconhecido, que deveria ser moldado à semelhança do antigo, desde que permitisse o acesso ao espaço vital negado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. A posse particular da terra e a titulação significavam espaço seguro (pois, dessa forma, a colonizadora repassava até então segurança), no qual se podia construir a vida familiar e comunitária.

O processo de disputa entre posseiros e colonizadoras iniciou a partir de 1940 quando o governo Vargas incorporou todos os bens da companhia São Paulo-Rio Grande ao patrimônio da União, incluindo a gleba das Missões, que o governo do Paraná havia repassado a essa companhia como parte do pagamento da estrada de ferro.

Todavia, Getúlio Vargas, em 1943, sem esperar a decisão, criou dentro da gleba uma companhia colonizadora, a Cango. O objetivo prático era atrair para a nova colônia o excedente de mão de obra do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para o sudoeste do Paraná, região de fronteira estratégica com a Argentina. Para tanto, oferecia terra gratuitamente, com casa de madeira, ferramentas agrícolas, transporte da safra e exames médicos e odontológicos gratuitos.¹⁰⁸

Normalmente era o homem o chefe da família, o pai, o administrador, o responsável pela economia familiar que ia olhar as terras na fronteira, fazia os negócios, comprava a colônia. Ele conhecia o novo local. A mulher acolhia as decisões e se submetia aos ditames masculinos.

Então era interessante observar que o pessoal sempre acabava se reunindo, formando grupos com as pessoas da mesma raça [sic]. O grupo dos descendentes de italianos, os de alemães, os poloneses, os paraguaios e os bugres. “Os bugres ficavam mais perto dos paraguaios”.¹⁰⁹

Muitas vezes o marido já havia preparado o lote com a planta de produtos para a família quando se mudasse tivesse condições mínimas de instalação. Na estada inicial providenciava a planta do milho, quando possível, erguia um pequeno rancho provisório para abrigar a família. Caso não conseguisse, reservava um lugar provisório com um conhecido.

¹⁰⁸ WACHOWICZ, op. cit., 1987. p. 183.

¹⁰⁹ NIEDERAUER, Onde. Plano de colonização. (Relato - mimeografado). Os novos caminhos: Paraná terá novo perfil com ações de transportes. *Direção - o Paraná no rumo certo*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 64 e 189, abr. 1997.

A classe trabalhadora precarizada e com nova composição e complexidade precisava cumprir a primeira tarefa: tomar consciência de si, enxergar-se como classe dentro do presente contexto histórico-social de relações sociais, de produção capitalista e de estágio alcançado pelas forças produtivas e como estão entravadas de se colocarem a serviço da humanidade por estarem a serviço do capital.

A produção material dos colonos, o trabalho enquanto atividade e concepção, o vivido e a memória pioneira numa situação de fronteira agrícola serão objetos de discussão neste momento. Esses homens e mulheres reais, vivendo e produzindo em sua terra, suas relações econômicas entre si com os agentes locais e com o mercado mais amplo, enfim, os colonos-migrantes na fronteira e na colônia é que serão analisados.

Constrói-se uma nova colônia para que se possa manter o modo de ser colonial. Tudo teve início com a mudança de uma colônia antiga para uma nova. O ato de mudar implica rompimento e comprometimento, também abandonar um espaço, sair de um ambiente familiar, preparar, selecionar objetos, utensílios, móveis, animais, ferramentas para levar junto.

Mudar implica descartar, vender, deixar com os parentes bens emocionalmente caros. O imprescindível à unidade produtiva era carregado e acomodado como mudança, junto com a família. Assim, vacas, bois, galinhas, porcos normalmente faziam parte da mudança. O arado, a carroça, a enxada, o machado, a serra, o serrote, o facão, o martelo, a plaina... eram necessários para as muitas atividades que os colonos exerciam com muita intensidade nas fronteiras onde quase tudo teria de ser feito.

Figura 10 - Carroça com mudança de colonos chegando a Francisco Beltrão - PR.



Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Francisco Beltrão - PR.

As dificuldades da viagem eram muitas, as famílias paravam frequentemente para descansar. Ficava claro que se tratava de planejamento de um novo espaço. A sua estruturação era pensada, desenhada e criada. Não se tratava de ocupação espontânea, mesmo existindo a pressão demográfica, o deslocamento dos migrantes ocorria com controle institucional.

Na busca de uma justificativa para a necessidade de os sujeitos construir sua história e se identificarem com essa, transportamos o tema para a realidade local e analisar a necessidade de uma identidade específica no sudoeste do Paraná, os interesses por de trás desse movimento. Buscamos analisar a história da Revolta dos Posseiros de 1957 que ultrapassa as fronteiras regionais e que pertence à história de luta pela posse da terra no Brasil.

O sudoeste do Paraná em poucas décadas foi colonizado efetivamente e se transformou. As características do (re)povoamento são expressas na organização do espaço com pequenas propriedades, trabalho familiar, hábitos culturais dos descendentes de alemães, italianos, poloneses e a miscigenação de caboclos e indígenas. Enfim, um território que atendia às necessidades de demandas do esgotamento/fracionamento/concentração das terras no Rio Grande do Sul definida em virtude de fatores econômicos, políticos e culturais.

A composição do território do sudoeste do Paraná é resultante da migração em grande escala nas primeiras quatro décadas do século XX, das disputas por extensões de terra e dos muitos conflitos que ocorreram na década de 1950 entre um grupo constituído por pequenos produtores agropecuários, comerciantes locais, representantes políticos locais e externos; e um outro grupo formado pelas empresas de colonização de terras e também por representantes políticos.

A sobreposição do primeiro grupo resultou na regularização da posse da terra e na definição do território sudoestino com base no pequeno estabelecimento e no trabalho familiar, traços marcantes nas áreas de origem desses pequenos produtores agrícolas. O sudoeste do Paraná é fundamentalmente constituído por propriedades rurais pequenas, baseadas no trabalho familiar.

No capítulo II, buscamos mostrar as políticas expansionistas territoriais, as quais impulsionaram a entrada de migrantes no território sudoestino. Antes de adentrar no território, os migrantes passavam por um longo processo de deslocamento. As viagens

eram longas, com muitas dificuldades e muitas vezes rodeadas de perigo, conforme destaca a Figura 10. No deslocamento, o migrante trazia somente o básico de seus pertences devido à forma que se deslocam.

Ao chegar em terras sudoestinas, o primeiro passo foi abrigar-se e recomeçar em uma nova realidade. Uma realidade que aos olhos de quem iniciava era promissora: terras férteis, pouco exploradas, muitas vezes acompanhadas de mata fechada. O local ideal para se começar uma nova vida, em poucas décadas a produção agrícola da região aumentou. Ao sinal de boa produção e boas colheitas, o olhar capitalista sobre a região foi aumentando. Aos poucos, a narrativa da disputa de terras ia criando suas raízes e ampliando-se.

No capítulo seguinte abordaremos mais amplamente a Revolta dos Posseiros de 1957, luta pela posse da terra ocorrida na região Sudoeste do Paraná. Analisaremos o fato a partir dos interesses dos grandes capitalistas e dos posseiros, a quem pertencia de fato e por direito a região em questão, bem como os resultados dos conflitos provocados a partir da chegada das colonizadoras particulares, entre as quais a Citla, no início da década de 1950, dizendo-se proprietárias das terras que estavam localizadas na fronteira, abrangendo todo o sudoeste e oeste paranaense.

3. A QUESTÃO DO CONFLITO NA TRAJETÓRIA DA TERRA: POSSE E PROPRIEDADE – 1955-1962

Quando abordamos a questão de possuir algo, como nosso estudo aponta a questão da propriedade, referimo-nos à propriedade da terra. Muitos autores a destacam como uma instituição, e que, certamente, abriga leis e obrigações dentro de suas fronteiras. A propriedade era (e é) vista como um ponto de segurança, onde se plantam insumos para o consumo próprio e também para a venda.

A propriedade se amplia e se torna um ponto de partida para um importante comércio, a vocação agrícola de pessoas se expande em direção ao solo. A partir daí começa a disputa pela propriedade, adquire valor comercial, ocasionando o capitalismo, a concentração, a ganância e, assim, a propagação se avoluma. O contexto econômico de algumas pessoas às vezes obrigou a migrarem em direção a outras porções de terra.

Dessa maneira, deslocamo-nos, histórica e territorialmente, para o sudoeste do Paraná onde vão ser analisadas questões de apropriação do território e lutas pelos direitos até então prometidos, de certo modo os posseiros explorados economicamente. Destacaremos a importância de estudar a questão agrária paranaense, a população estabelecida na região e o modo de vida que se desenvolveu nesse lugar.

Contextualizaremos a atuação da Cango nas terras sudoestinas cujo objetivo era estabelecer o migrante na região e dar-lhes condições básicas para o desenvolvimento na colônia. Destacaremos também como as pessoas relatavam a colônia (Cango) e quais os impasses que tiveram com as companhias imobiliárias que tornavam a vivência dos colonos/posseiros um tormento. Subsequentemente abordaremos a eclosão da Revolta dos Posseiros, a atuação do povo que se uniu e fez a diferença.

Nesse contexto pretendemos responder às questões: qual era o objetivo da Cango? Como atuava? Quais eram os objetivos da colônia? Quem eram as pessoas beneficiadas com os objetivos da colônia? Como era a vivência dentro da colônia? Obteve sucesso com a criação?

3.1. Contexto histórico que desencadeou a Revolta dos Posseiros

Buscar na história da região Sudoeste os pontos que desencadearam a Revolta dos Posseiros é entrar um mundo de luta, de violência e, acima de tudo, de união de uma categoria social subordinada pelos latifundiários. A luta pela posse e legalidade das terras vai muito além de uma simples revolta.

A luta pela terra se constitui em um dos aspectos do problema. Entretanto, pode ser considerado como o mais importante, por engendrar, historicamente, grandes tensões na sociedade brasileira. Na região havia terras que favoreciam a agricultura e que, subsequentemente, foram repovoadas por migrantes intensivamente, iniciando-se as disputas. Lazier descreve:

Região Rica, região disputada. Como vimos uma região fértil e rica, foi muito disputada, causando conflitos jurídicos, políticos e sociais. A Argentina e o Brasil disputaram a região. Os estados do Paraná e Santa Catarina também entraram em conflito pela região. Os conflitos pela posse das terras da região envolveram também a CIA. de Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande, a CITLA, o governo Federal, o governo do Paraná e, principalmente os posseiros.¹¹⁰

Em relação às políticas de Getúlio Vargas, de preencher os espaços vazios e proteger as fronteiras no sudoeste do Paraná e em todo o território brasileiro, Battisti destaca:

Através da “Marcha para o Oeste”, o Governo buscou eliminar os supostos “vácuos” demográficos, [...] integrou fronteiras políticas e econômicas [...]. E por fim, deixou explícito as supostas unidades étnico-culturais, política e econômica, evidenciando assim, o sentimento de ser brasileiro.¹¹¹

Na política de expansão dos territórios por meio da colonização, foi iniciada a trajetória no sudoeste do Paraná. Em 1943 foi criada a Colônia Agrícola General Osório (Cango), inserida no processo da Marcha para o Oeste. Precursora do povoamento do sudoeste foi responsável por deslocar os pequenos agricultores para a região. A citação a seguir mostra o registro de quantas famílias entravam na colônia diariamente.

¹¹⁰ LAZIER, Hermógenes. *Sudoeste do Paraná: região jovem, mas rica de acontecimentos*. 2. ed. Francisco Beltrão: Assesoar, [s. d.]. (Coleção Cadernos do Paraná, 1).

¹¹¹ BATTISTI, E. *Agricultura familiar e cidadania: os embates da Assesoar*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003. p. 30.

Menciona o espaço localizado a 40 km da sede da colônia e também o interesse de que se alguém quisesse se estabelecer nesse local.

A primeira equipe se estabeleceu em 1944, liderada por Virmond Suplicy, em um escritório provisório na Vila Nova, atual Pato Branco. Com a ajuda dos colonizadores, que já tinham transitado nas terras sudoestinas, abriram uma estrada que ligava a Vila Nova a Vila Marrecas (atual Francisco Beltrão - PR).¹¹²

Van Der Brug destaca:

Em 1947, a CANGO mudou-se de Vila Nova para Vila Marrecas e instalou-se sua sede à margem esquerda do rio. A população da colônia cresceu rapidamente. Em 1947, a colônia registrava 467 famílias, um total de 2.529 homens, mulheres e crianças. Três anos mais tarde, 1.440 pessoas, em um total de 7.147 pessoas, já haviam se instalado na colônia. O povoado de Vila Marrecas contava naqueles dias com 350 casas, uma igreja, uma escola, um hospital, uma farmácia, 25 lojas, 2 oficinas, 2 ferrarias, 5 carpintarias, 2 moinhos, 2 alfaiatarias, 2 açougueiros, 3 hotéis e uma fábrica de bebida gasosa.¹¹³

O Estado tinha a função marcante na constituição territorial do sudoeste quer pela colonização oficial, quer posteriormente pela política de “modernização” agropecuária, que estampa na localidade mudanças significativas no que se refere à sua inserção no mercado nacional, especialmente no uso e apropriação do solo, com novas tecnologias de produção, relações de trabalho etc. No citado relatório, as condições naturais da região escolhida (fronteira entre Brasil e Argentina, em Barracão e Santo Antônio), em especial o clima, são caracterizadas como as mais salubres possíveis.

Além do clima, ressaltavam-se as características benéficas do solo, da hidrografia, da flora e fauna. Também foi proposta a utilização do que chamam de “método racional de exploração das terras”, com a utilização da mecanização em substituição às atividades nômades desempenhadas pelos caboclos.

¹¹² Pato Branco e Francisco Beltrão são dois municípios do sudoeste paranaense, são os mais populosos da região.

¹¹³ VAN DER BRUG, op. cit., 2015. p. 15.

Figura 11 - Radiograma enviado pelo administrador da Cango à Agritererras.¹¹⁴

RECEBIMENTO * HORAS _____ DATA _____ de _____ de 19____ NOME _____	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA D. N. P. V. - D. T. C. COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL GENERAL OZÓRIO RADIO COMUNICAÇÕES DESTINATÁRIO NOME Agritererras para Dr. Waldieck Moura ENDEREÇO R I O LOCAL _____	TRANSMITIDO HORAS 12:00 DATA 6-1-53 PREFIXO DA ESTAÇÃO WPPR 2 INICIAIS OPERADORES H. O. L. G. HORAS 19 Horas
PREAMBULO <i>Barracão</i> N.º 59	DATA 3-6-53	HORAS
<p>Nº 59 - 3-6-53- Resposta vossa nº 40 temos terra vaga coberta mata virgem tendo acesso apenas por picada a 40 Km da Sede onde podemos colocar as duas famílias caso aceitem as condições de trazerem recurso para primeiro ano localização pt Informo que dentro destas circunstancias estamos recebendo media 5 familias por dia pt</p> <p>Respeitosamente <i>Glauco</i> Glauco Olinger Administrador</p>		

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Francisco Beltrão - PR.

Tratava-se de uma área de aproximadamente 350 mil hectares, que englobava os atuais municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema, Santo Antônio do Sudoeste e Barracão, no Paraná. Essa colônia encontrava-se em área proibida. As terras estavam sob o domínio do Estado e não tinham a documentação legal.

À medida que as famílias iam tomando posse da área, criava-se também uma situação de instabilidade, pois o título de propriedade não era concedido, apenas havia a posse. Após anos nessa prática, os problemas e as tensões aumentaram, culminando com a deflagração de uma revolta de camponesas, a mais significativa ocorrida nas limitações políticas públicas desse período, a chamada “Revolta dos Posseiros de 1957”.

A partir desse momento, a história do sudoeste tomou um rumo diferente, iniciando o repovoamento das terras. Para os colonizadores, não era simplesmente um pedaço de terra a ser explorado, mas a promessa de uma vida nova, de novos lucros, novos sonhos, novas conquistas, enfim, o desejo de crescimento.

A Cango, por sua vez, oferecia aos colonos que chegavam em elevado número ajuda e assistência, como moradia, acesso ao médico, terra para o plantio, sementes, ferramentas para o desenvolvimento das lavouras, enfim, tudo o que era necessário, gratuitamente. Porém, as terras não possuíam escrituras, os colonos/posseiros detinham apenas o termo de posse, fato que resultou na posterior revolta.

¹¹⁴ Observamos que esses radiogramas eram frequentes e meio principal de comunicação entre os administradores da Cango e Agritererras e Instituto de Imigração e Colonização (Inic).

Algumas famílias recebiam um pedaço de terra da Cango, outras se apropriavam de uma quantidade e ali se estabeleciam, sendo o princípio do desencadeamento dos conflitos. O impulso de crescimento foi muito significativo, tanto que, em 1951, a vila Marrecas se tornou independente de Clevelândia¹¹⁵ e passou a se chamar Francisco Beltrão.

Quanto mais se adentra no período do Estado Novo na vigência do então presidente Getúlio Vargas em 1937, observa-se a mudança na linha política do presidente. Com a política “Marcha para o Oeste”, fechou as fronteiras que apresentavam perigo. Tal medida foi uma estratégia política para a nacionalização das fronteiras. O historiador Vanini, aponta a importância estratégica com a criação da Cango na área de fronteira com a Argentina:

A colônia Agrícola (CANGO) projetada para assentar os colonos foi à grande responsável pelo empreendimento colonizador, representou a ação da política nacional de ocupação das fronteiras e forneceu infra-estrutura básica para o assentamento dos colonizadores.¹¹⁶

Quanto à política varguista voltada aos interesses próprios de manter as fronteiras seladas a invasões e, principalmente, o medo de perder o território para os países vizinhos, Lopes destaca:

No interesse da defesa nacional, está em correspondência com a necessidade de atender a situações relacionadas com a defesa externa, promover o desenvolvimento econômico e a integração do todo nacional, bem como socorrer as graves deficiências econômicas e sociais das chamadas áreas problemáticas sujeitas a certa vulnerabilidade do ponto de vista da segurança interna ou externa.¹¹⁷

Com os interesses privados e políticos, iniciou uma nova fase no sudoeste do Paraná entrando em pauta os indígenas e os caboclos, omitidos da história, do território e das memórias. Eles habitavam a região antes mesmo da chegada dos migrantes, eram os verdadeiros conhecedores, em primeira instância, das terras “desconhecidas”. A partir

¹¹⁵ Clevelândia é um município do estado do Paraná, localizado na região Sudoeste.

¹¹⁶ VANINI, Ismael Antonio. A ocupação da (RCI) região colonial italiana do Rio Grande do Sul e as correntes migratórias para o oeste catarinense e o sudoeste do Paraná. In: BONAMIGO, Carlos A.; SCHNEIDER, Cláides (Org.). *Revisitando a história: a Revolta dos Posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007, p. 11-35.

¹¹⁷ LOPES, Sérgio. *O território do Iguazu no contexto da “Marcha para o Oeste”*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

desses movimentos políticos as terras passaram a ser cobiçadas e exploradas pelos migrantes.

As terras férteis, conforme autores destacam, com vastas reservas florestais nativas, porém litigiosas, os migrantes se tornavam posseiros. Eram aliados à população que já vivia nessa região, vivenciando confrontos com as companhias de terra que se instalaram posteriormente (1951-1957).

A partir do estabelecimento da Cango na região, a colônia começou a organizar a concessão e administração dos lotes de terra. O Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic)¹¹⁸ sintetizou a realidade dos lotes com decretos-leis:

Art. 1º- Os lotes de terras referidos pelos decretos leis ns. 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, 4.504, de 22 julho de 1943, 6.117, de 16 de dezembro de 1943, e 9.760, de 5 de setembro de 1956, bem como quaisquer outros que sejam concedidos para colonização, não podem ser vendidos, hipotecados, arrendados, permutados ou alienados de qualquer modo, direta o indiretamente, antes decorridos 10 (dez) anos da expedição do título definido.¹¹⁹

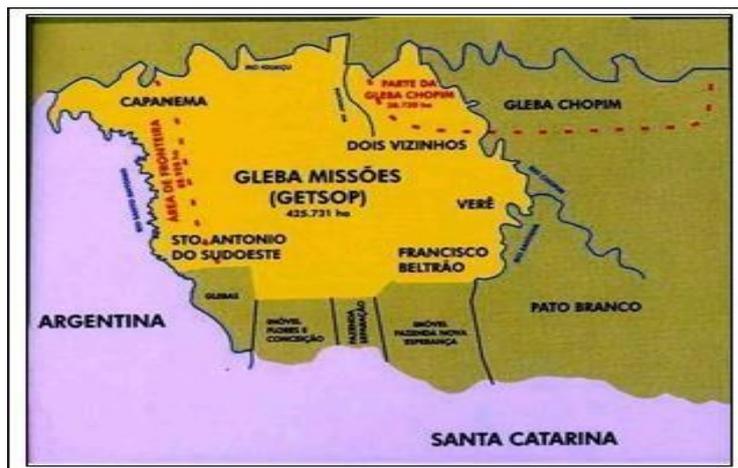
Os lotes dos colonos migrantes não podiam ser vendidos ou trocados em hipótese alguma. O locado não podia obter a posse legal e também não podia vendê-lo. A procura pela Cango se intensificou em virtude da propaganda em relação às terras, segundo a qual eram as melhores que podiam existir. O sonho daquele colono que não tinha mais esperança por uma vida melhor voltava com toda a força. Eram caracterizadas ainda como terras virgens, propícias para a agricultura, sempre com um tom de exaltação.

Nesse período, a maior parte da região Sudoeste pertencia à gleba das Missões, conforme mostra o mapa, território disputado pela União e o governo paranaense.

¹¹⁸ Lei nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954, criou o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, art. 3º, cabia ao instituto: “Assistir e encaminhar os trabalhadores nacionais imigrantes de uma para outra região; orientar e promover a seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes; traçar e executar, direta e indiretamente, o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e o maior acesso aos nacionais da pequena propriedade agrícola.”

¹¹⁹ Registro do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, n. 1, caixa 25, arquivo Cango/Cemesp. Anexo 1.

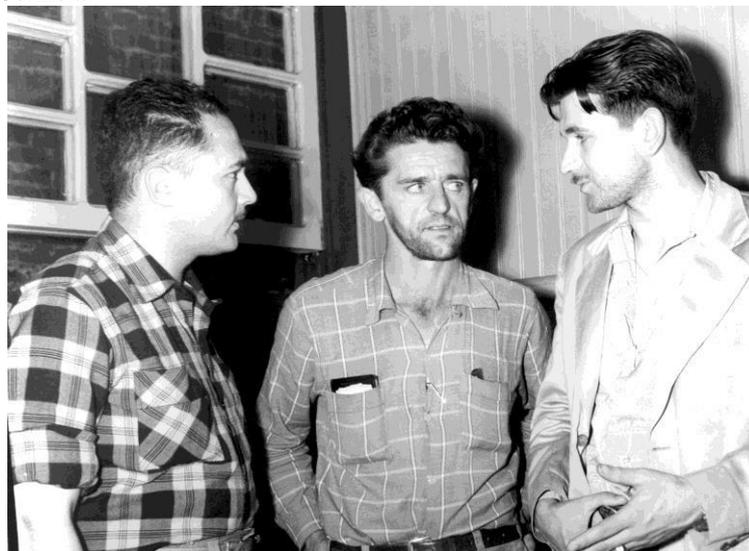
Mapa 10 - Gleba das Missões.



Fonte: Caderno Cultural, Prefeitura de Francisco Beltrão, 2007.

Os colonos estabelecidos pela Cango não se negavam em pagar um preço justo pelo lote, mas que a escritura fosse legal. A situação começou a se agravar quando as irregularidades cometidas pela empresa foram descobertas por posseiros e denunciadas nas rádios Colmeia de Pato Branco e a Francisco Beltrão. Por meio das quais as notícias circularam, chegando aos grandes veículos de comunicação nacionais e internacionais.

Figura 12 - Geraldo Russi, repórter do jornal *O Estado do Paraná*; Luiz Prolo e Ivo Tomazoni, em reunião na rádio Colmeia.¹²⁰



Fonte: Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão - PR.

¹²⁰ A rádio Colmeia era a principal difusora de informações para a população sudoestina, era comum as residências dos colonos possuírem rádios, ouviam as informações da região, as climáticas e também as novelas, que na época eram transmitidas via rádio.

¹³⁵ PEGORARO, op. cit., 2009. p. 203.

O papel da rádio nesse período foi fundamental porque representava um elo entre os habitantes sudoestinos. Sgundo Pegoraro (2009),

a Rádio Colmeia de Pato Branco representou o elo de ligação entre colonos, posseiros e lideranças do movimento pela posse de terra. A emissora fazia parte do dia-a-dia dos colonos e seus radialistas e acionistas tornaram-se, por isso, lideranças do movimento. A emissora estava presente em dois municípios da região: Pato Branco e Francisco Beltrão. Em cada um deles, mediou de forma diferenciada o conflito, pois pertencia a proprietários diferentes em cada cidade. Os dois veículos de comunicação não apenas forneciam informações ao público ouvinte, mas também alimentavam a imprensa da capital, pois somente no mês de outubro de 1957 alguns impressos enviaram repórteres para cobrir *in loco* o levante.¹³⁵

A questão fundiária e a violência dos que faziam prevalecer a vontade de alguns sobre a maioria principiaram o desenrolar do movimento dos colonos, que se posicionaram contra os desmandos das companhias de terras e contra a conivência do poder público estadual, que pretendia desapossá-los pelo fato de estarem em terras disputadas pelo governo federal e estadual.

O pedido dos migrantes era “terra para trabalhar”. Por esse motivo, a criação da referida colônia supriria e atenderia aos colonos. Todavia, quando se instalou na região, inicialmente em Bom Retiro, atual município de Pato Branco, posteriormente na Vila Marrecas, no atual município de Francisco Beltrão - PR, a colônia passou a acolher colonos vindos essencialmente de outras regiões do Paraná, Santa Catarina e, sobretudo, do Rio Grande do Sul, principalmente do norte do estado, local onde a imigração ítalo-germânica já estava saturada.

Visando ao acesso da terra e à chance de poder melhorar as condições de vida, alguns colonos solicitavam à Cango, como no caso de Francelino José Vieira, que protocolou um requerimento solicitando um lote de terra, alegando “ser pobre e precisava de terra para trabalhar a fim de criar seus filhos menores”. Para sustentar seus argumentos, Francelino apresentou um “atestado de miserabilidade”.¹²¹

Com esse exemplo, podem ser deduzidas várias outras realidades dos colonos que migraram para o sudoeste do Paraná, eram pobres, com pouca bagagem, a maioria trazia o que tinham em carroças. No entanto, o que mais se fazia presente era a vontade de mudar de vida, criar capitais e se desenvolver prosperamente na região.

¹²¹ Registro do agente recenseador da Cango ao administrador da Cango, caixa 49, arquivo Cango/ Cemesp.

Nesse processo, no decorrer das décadas de 1940 e 1950, ocorreu massiva ocupação do espaço. A migração acontecia tanto espontânea como fruto da propaganda feita em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a qual salientava haver terras férteis e exuberantes, excelentes para a agricultura, tanto no sudoeste como no oeste do Paraná.

Na administração da Divisão de Terras e Colonização, do Ministério da Agricultura, a Cango atuou favoravelmente, como se observa nos depoimentos¹²² de Ignácio Loyola Costa e Luiz Antonio Andrade:

Sob a administração da Divisão de Terras e Colonização, do Ministério da Agricultura, desenvolveu-se muito bem a Cango. Foram abertas estradas, construídas pontes, localizados imigrantes, construídas outras obras de arte e hoje (1957) parece que lá residem de 40 a 80 mil pessoas, não todos os colonos, mas pelo menos parece que 5 mil famílias de colonos. A região, como é muito rica, desenvolveu-se extraordinariamente, ocasionando esse afluxo de imigrantes para lá, estando localizada nessa região a maior reserva de pinheiros do Brasil.

Como ocorria em várias outras regiões do Brasil nesse mesmo período, o colono ao chegar na região adquiria apenas o direito de posse da terra. Isso acontecia corriqueiramente em vista da complicada indefinição jurídica em que as terras estavam envolvidas. Esse cenário favoreceu ao aparecimento de companhias colonizadoras que, além do estado do Paraná e da União, também se diziam detentoras das terras ocupadas pelos colonos.

Segundo os depoimentos dados à Comissão Parlamentar de Inquéritos para examinar as graves ocorrências no sudoeste do Paraná sobre as posses e propriedades das terras, observa-se a insegurança que os colonos tinham:

A primeira campanha desenvolvida pela CITLA foi publicitária; de qualquer coisa que ocorresse no Judiciário a seu favor, ela dava a mais ampla publicidade. Assim, começou bater sempre na mesma tecla: a União não tem direito; o juiz deu ganho de causa a CITLA; o Supremo decidiu a favor da CITLA, etc. Em geral, nestes casos, as questões eram sempre processuais, pequenas questões de ordem processual. Desenvolveu-se então a CITLA forte campanha na região, da maneira que os colonos assustados e convencidos de que a CITLA era a dona daquelas terras.¹²³

¹²² Depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar as graves ocorrências no sudoeste do Paraná de posse e propriedade das terras situadas na região, caixa 51, p. 4, arquivo Cango/Cemesp.

¹²³ Depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar as graves ocorrências no sudoeste do Paraná de posse e propriedade das terras situadas na região, caixa 51, p. 42, arquivo Cango/Cemesp.

Tudo correu bem até 1950, porém, a partir desse ano começaram as reviravoltas na região, conforme destaca Ignácio Loyola Costa e Luiz Antonio Andrade:

A Superintendência das empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, a pretexto de liquidar débito da extinta companhia Estrada de Ferro São PauloRio Grande, não obstante pronunciamentos anteriores em contrário do Superintendente Costa Neto, do Superintendente Leinísio de Oliveira Machado, do Ministro da Fazenda de então Gastão Vidigal e do próprio Presidente Vargas, firmou com a CITLA, cessionária de José Rupp, credor da São Paulo- Rio Grande, escritura de composição amigável, dando em pagamento a CITLA a gleba Missões e parte da gleba Chopim.¹²⁴

A companhia imobiliária Citla e suas subsidiárias Apucarana e Comercial começaram a atuar na região no início da década de 1950, sobretudo com o respaldo do governador do estado do Paraná, na época Moysés Lupion, que, por ser acionista dessas, facilitava a sua inserção e atuação. A atuação ilegal das companhias cobrando dos colonos as terras que estavam *sub judice*, é intensificada no segundo mandato de Lupion frente ao governo do estado do Paraná, com maior ênfase a partir de 1956.

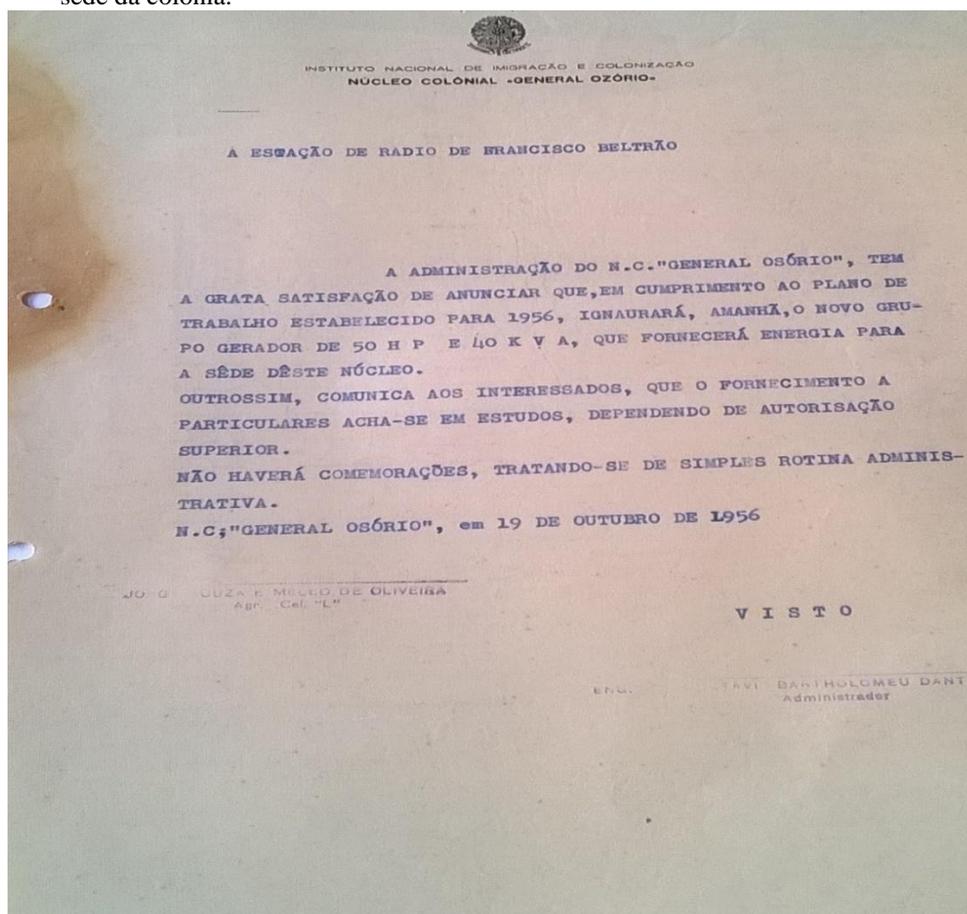
3.2. A Congo: qual era a situação dos colonos posseiros no interior da colônia?

O futuro na colônia era incerto, nada estava traçado, era como um nascimento: os colonos não sabiam como seriam os próximos anos e o que estava programado para manter suas famílias. Porém, um fato era certo: eles tinham vontade de trabalhar e produzir bens para aumentar a renda e dar condições melhores de vida para suas famílias.

No documento a seguir observamos que a administração da colônia anunciava a instalação de um gerador de energia (sem citar o nome de empresas) em 1956, que trouxe energia para a sede da colônia. O administrador frisava que o fornecimento a terceiros (população em geral/posseiros) seguia em pauta e dependia da autorização de superiores.

¹²⁴ Idem, caixa 51, p. 51.

Figura 13 - Telegrama do Administrador da Cango para a os moradores anunciando a chegada da luz na sede da colônia.



Fonte: Secretaria Municipal da Cultura de Francisco Beltrão - PR.

Ao chegarem na Cango, eram, em primeira instância, abrigados em pavilhões, localizados na sede administrativa, e os funcionários da colônia com o auxílio dos recém-chegados construía novas moradias simples, mas que já serviam para dar auxílio aos novos moradores. E ao se mudarem para os lotes, o pai assumia a direção da moradia, tomava as principais decisões; a mãe ficava no cargo de doméstica, auxiliava na lavoura também; os filhos, geralmente numerosos, auxiliavam os pais nos afazeres.

Figura 14 - Caminhão com os posseiros na Avenida Julio Assis Cavalheiro, em Francisco Beltrão - PR.



Fonte: Arquivo Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão - PR.

A Figura 14 mostra os posseiros em pose para a foto na Avenida Julio Assis Cavalheiro, em Francisco Beltrão - PR. Nos dias atuais, a avenida é uma das principais do município e possui monumentos históricos ao longo, como a figura do migrante que se instalou na região e do posseiro, em prol da revolta de 1957.

Os registros de violência contra os moradores da região e a disputa pelos lotes de terras eram frequentes. Cita-se o caso da Elisa Batista Tierri, que em 1949 teve de recorrer ao administrador da Cango para relatar as ameaças de colonos querendo obrigá-la a abandonar as terras que ocupava. Com essa posição, o administrador assim se posicionou:

Nesta data estou providenciando aos Srs. Ministros da Agricultura e da Justiça, para que indivíduos, com segundas intenções, venham interferir o programa da administração e o tão esperado progresso dessa região, conto com a colaboração de vocês.¹²⁵

Esse caso mostra o interesse pelas terras sudoestinas não somente pelos colonos, mas também pelas companhias imobiliárias aliadas com o governo estadual. Estabelecia-se nesse processo de assentamento e posse de terras a ganância por parte dos órgãos

¹²⁵ Registro do administrador da Cango ao subdelegado de polícia, nº 106, caixa 26, arquivo da Cango/Cemesp, 1949.

instituídos. Ao observarem a ocupação sem os termos legais, resolveram impor-se e entrar em ação para garantir lucros.

Os abusos eram frequentes, o guarda rural da colônia assim relatou ao administrador da Cango: “Os abusos na colônia são frequentes e horríveis, confesso que só com minha força não vou conseguir conter.”¹²⁶ Essa realidade pode ser explicada com base na localização da zona de fronteira e dos olhares gananciosos das instituições. O espaço limítrofe e a presença das instituições públicas com base na força física e a corrupção se sobrepunham aos direitos constitucionais e ao princípio da igualdade de todos perante a lei.

Entretanto, de nada adiantavam as leis se os órgãos públicos sucumbiam a essas. Com o tempo, os colonos perceberam que os órgãos públicos não tomavam posição da situação e resolver os problemas da colônia, cada vez mais deixavam de esperar pela solução por parte do poder público. Diante disso, passaram a resolver a situação com suas próprias mãos.

Além das ameaças dos grileiros contra os posseiros, havia também os desentendimentos entre os próprios posseiros. Os registros dos desentendimentos ocorriam por motivos de invasão de lotes, derrubadas de cercas e invasões de animais nas roças. João da Cruz do Nascimento, administrador substituto da Cango, por exemplo, dirigiu uma reclamação feita por um colono contra uma madeireira:

Pela terceira vez essa semana o colono vem queixar-se nesta Administração que os toureiros desta firma, derrubaram as cercas do seu potreiro e não consertaram, estando os animais soltos, causando estragos nas roças.¹²⁷

As queixas eram muitas e as ocorrências de todas as formas. A maioria provinha dos colonos, sendo que buscavam apenas o sossego e os direitos que lhes fossem assegurados. Entretanto, isso não ocorria, e as políticas públicas não os auxiliavam. Muitos, vendo que nada mudava, nada se resolvia, começaram a resolver os problemas entre os próprios colonos, não buscando apoio aos superiores.

As queixas eram frequentes, conforme relata um documento de 1953, assinado por Carlo Paulo Muller, tendo como alvo o inspetor Eduardo Estake. Conforme descreve o colono:

¹²⁶ Registro do guarda florestal da Cango ao administrador, caixa 49, arquivo Cango/Cemesp, 1954.

¹²⁷ Registro do administrador substituto da Cango ao gerente da firma Camilloti, n. 120, caixa 26, arquivo Cango/Cemesp, 1955.

Senhor administrador, nossa situação aqui no Ampére é constantemente sacrificada. Vivemos aguentando peripécias tremendas isso determinada por o espetor Eduardo Estake. Dr. Administrador esperamos que V.S. nos atenda e nos tire desse purgatório. Nos salve dessa izolôlenca, porque nós que vivemos debaixo a vossa administração, não estamos sujeito a aguentar todos os tormentos, praticado por uma autoridade bêbada e desonesta e a brutaria, portanto dirijo-me ao vosso conhecimento, para que mais tarde não aconteça de um colono desta zona torne-se criminoso e nós queremos que o bem estar de nossa vivência esteja ao seu conhecimento.¹²⁸

O baixo índice de serviços públicos na região da Cango e a posse e utilização de armas pelos habitantes caracterizavam o sudoeste do Paraná como um território violento. Na área da educação, foram adotadas várias medidas por parte da administração da colônia em alfabetizar os jovens. Em 1957 formulou-se um regulamento para a contratação de professores:

A admissão de professores (as) será feita mediante classificação em prova de habilitação, com banca examinadora formada por professores normalistas, sendo uma delas a Diretora Escola de Francisco Beltrão, [...] havendo sempre uma professora indicada pelo Senhor Administrador do Núcleo e outra pelo Senhor Prefeito Municipal.¹²⁹

As escolas tinham suas sedes na comunidade e perto das igrejas. Nos finais de semana era utilizada também para fazer reuniões da comunidade, dar catequese; caso as comunidades não tinham igreja, era na escola que celebravam as missas e cultos. As formas de socialização entre as pessoas dentro da colônia tinham cunho religioso, eram em homenagem a santos e padroeiros, como acontece ainda nos dias atuais.

Essas festividades eram marcadas com antecedência e envolviam as lideranças locais. Estendiam-se o dia todo, iniciavam com a celebração religiosa, em seguida o almoço (o cardápio era sempre churrasco com acompanhamentos), à tarde jogos e danças. Outras formas de socialização dentro da colônia eram os torneios de futebol, encontro de amigos e de famílias vizinhas.

A Cango realizou na região um eficiente trabalho de povoamento e colonização, construindo obras de infraestrutura, dinamizando a vida social e cultural da comunidade, dando impulso para o grande progresso que o sudoeste possui nos dias atuais.

¹²⁸ Registro do guarda rural do município de Amperé, Carlo Paulo Muller, ao administrador da Cango, caixa 49, arquivo Cango/Cemesp, 1953.

¹²⁹ Disposição sobre prova de habilitação para o cargo de professor, caixa 26, arquivo Cango/Cemesp, [s. d.].

Em 1950, com a chegada da Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (Citla), a situação dos posseiros começou a tomar um rumo diferente. Esta começou a agir como grileira, segundo Lazier: grilo é a propriedade territorial fundada com títulos falsos, e o grileiro é o indivíduo que grila as terras.¹³⁰ Foi atuando como grileira que a Citla começou a tumultuar o trabalho de povoamento e colonização da Cango.

3.3. Citla: Legalizar a posse das terras ou tornou a Revolta de 1957 mais visível

Com relação ao povoamento e colonização do sudoeste do Paraná, foi decisivo o papel da Cango. Esta atraiu colonos de diversas procedências, distribuindo gratuitamente, mediante o fornecimento de protocolo, criando a figura do posseiro oficial.

A autora Motta, revela a origem do termo “grilagem” de terra,

surgiram a partir de uma prática muito antiga de colocar um papel (contendo um tipo de comprovação de propriedade) dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel, após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoas visa comprovar a antiguidade de sua ocupação.¹³¹

Dessa maneira, o grilo é a propriedade territorial fundada em título falso; grileiro é o indivíduo que grila terra. Pelo que foi visto anteriormente, a Citla conseguiu o título da Gleba das Missões e parte da Gleba Chopim de forma ilegal e imoral. Não resta dúvida que a Citla organizou um grilo, era uma grileira. Foi atuando como grileira que a Citla, em 1950, apareceu na região Sudoeste do Paraná e começou a tumultuar o trabalho de repovoamento e colonização da Cango.

Além dos colonos atraídos pelas promessas da Cango, vieram outros à procura de terras devolutas ou para comprar. Assim, na década de 1950, aconteceram diversos confrontos com as companhias imobiliárias instaladas na região, como Clevelândia Territorial Industrial Ltda. (Citla), que passou a “vender” os lotes de terras aos colonos

¹³⁰ LAZIER, op. cit., [s. d.]. (Coleção Cadernos do Paraná, 1).

¹³¹ MOTTA, Márcia Maria Menendes. “Grilagem como legado”. In: MOTTA, Márcia; PIÑERO, Théo Lobarinhas (Org.). *Voluntariado e universo rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p. 79. (Col. Herança, 1).

obrigando-os a pagarem, gerando muitos conflitos ligados às posses. Não resta dúvida de que a Citla organizou um grilo, era uma grileira.

Para Márcia Motta,¹³² posseiro é o que se encontra na posse, sem ser dono da terra ou ser portador de um título legal de propriedade. Até 1850, a Lei das Terras, estabelecia-se uma definição entre posse e propriedade, mas a legitimidade da posse da terra deveria ser acompanhada pelo fato de ser habitada e cultivada. Exceção eram as áreas de fronteiras, o que, muitas vezes, geravam conflitos.

Foi atuando como grileira que a Citla, em 1950, apareceu na região Sudoeste do Paraná e começou a tumultuar o trabalho de povoamento e colonização da Cango. A partir de 1950, instalou-se nas proximidades do atual território de Barracão cujo objetivo era comercializar as terras no sudoeste do Paraná, que se dizia proprietária, especialmente das terras já ocupadas pelos colonos/posseiros. Essa questão seria resolvida dentro da legalidade, emitindo documentos aos colonos posseiros desde que pagassem. Os documentos seriam emitidos pela Citla, juntamente com o então governo estadual na direção de Moisés Lupion.¹³³

A Citla forçava os posseiros a comprarem as terras onde moravam. Exigia dos posseiros uma entrada e a assinatura de notas promissórias. Quando as empresas colonizadoras começaram a medir as terras e emitir novos documentos, cobrando novamente dos colonos, eles procuraram advogados e juízes para pedir esclarecimentos.

A partir daí iniciaram as ameaças por jagunços. Os colonos começaram a lutar contra os interesses das companhias e contra o governo estadual, que ficava omissa em relação às atrocidades cometidas pelos jagunços contratados pelas empresas, principalmente a Citla.¹³⁴

Outras companhias começaram a atuar na região, entre as quais a Comercial e a Apucarana, ligadas ao Grupo Lupion. Pode-se afirmar que era esse grupo Citla, Comercial e Apucarana, com seus jagunços, acobertados pelo poder público estadual, encarregado de arrancar dinheiro dos posseiros, utilizando todas as formas de arbitrariedades.

O movimento de resistência dos posseiros tornava-se mais acentuado à medida que aumentava o número de imigrantes colonos, com suas famílias, conformando-se

¹³² MOTTA, op. cit., 2005. p. 373-374.

¹³³ LAZIER, op. cit., 1997. p. 14.

¹³⁴ WACHOWICZ, op. cit., 1987. p. 167-172.

num fenômeno migratório muito importante no sul do Brasil. Então, o governo federal posicionou-se do lado dos posseiros e regularizou as suas posses, fato importante para explicar o processo de ocupação.

A Citla ficou imobilizada no período de 1951-1955 no governo de Bento Munhoz da Rocha, porém, na eleição de 1955, o PSD conseguiu eleger praticamente todos os prefeitos do sudoeste, e Lupion voltou ao governo estadual. A partir daí as ações da empresa Citla voltaram com plena força, agora associada a mais dois grupos ligados ao governador: a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda. (Comercial) e a Companhia Colonizadora Apucarana Ltda. (Apucarana).

A atuação da Citla na região implantou uma situação de insegurança. Os jagunços aterrorizavam os imigrantes, tornando o problema ainda mais grave, uma vez que isso ocorria na área de segurança nacional, ou seja, na região da faixa de fronteira. Com relação à faixa de fronteira da região em estudo, as condições de povoamento e colonização não foram pacíficas, principalmente por divergências no próprio poder público entre o estado do Paraná e a União. Sendo a faixa de fronteira considerada de segurança nacional, toda e qualquer transação imobiliária deveria ter o parecer favorável do Conselho de Segurança Nacional.

A Citla começou a atuar ilegalmente na área de terra de fronteira considerada de segurança nacional e também onde estava a Cango. Em relação ao campo poder, ao controlar o esquecimento e a lembrança, é um importante trunfo para quem governa. Memória e esquecimento não se anulam, nem se excluem, mas se entrecruzam e podem até se compensar e se alimentar, isso depende das circunstâncias sociais e temporais.

A ocupação das terras do sudoeste do Paraná, desde o início do século XX, gerou disputas por fronteiras, chegando ao ponto de os colonos disputarem a posse que já era habitada, sendo cobrados novamente pela companhia imobiliária. Cansados de serem roubados, massacrados, injustiçados, os posseiros e o povo do sudoeste do Paraná resolveram colocar um paradeiro naquele estado de coisas, fazendo justiça com suas próprias mãos.

No centro dessas disputas ficavam os colonos/migrantes que compravam as terras sem a emissão de escrituras dos caboclos que viviam na região. Muitas vezes os colonos eram expulsos de suas terras por pessoas contratadas pelas empresas colonizadoras que também usavam de extrema violência para com os posseiros.

Buscaremos ao longo do capítulo seguinte desmembrar o desfecho dessa história, dos colonos/posseiros em busca da legalidade de suas terras. Em 1957, o sudoeste do Paraná vivenciou um importante capítulo de sua história, marcado pela luta em favor da terra e da dignidade humana, chamada “Revolta dos Posseiros”.

A questão fundiária e a violência dos que faziam prevalecer a vontade de alguns sobre a maioria principiaram a eclosão do movimento de colonos que se posicionaram contra os desmandos das companhias de terras e contra a conivência do poder público estadual que pretendia desapossá-los. Essa faixa territorial era composta de terras devolutas, próximas da República da Argentina, situação que fomentou, na década de 1940, uma política varguista de ocupação colonial, conhecida por “Marcha para o Oeste”.

3.4. Cango *versus* Citla

Até a metade do século XX, a população sudoestina tinha sido impulsionada pela propaganda em busca de terras cultiváveis, ocasionando uma (re)exploração, concentração e instalação de pessoas na região, mesmo sem os registros dessas. Após os moradores começaram a se questionar sobre quem eram os donos das terras e quando teriam a posse legal, com documentação. Quem era exatamente o proprietário das glebas Missões e Chopim levou as pessoas questionarem sobre esse aspecto.

Assim, na década de 1950, aconteceram diversos confrontos com as companhias imobiliárias instaladas na região, como a Clevelândia Territorial Industrial Ltda. (Citla):

Instalando-se na região em 1951, a CITLA teve pouco tempo para desenvolver suas atividades. Bento Munhoz da Rocha, Governador do Estado no período 1951-1955, julgando conveniente que se aguardasse a decisão judicial sobre a escritura da dação em pagamento, a favor da CITLA, proibiu, através d Portaria n° 419, de 2 de junho de 1952, o recolhimento dos Impostos de Transmissão e Propriedade Sisas, de qualquer transação imobiliária nas Glebas Missões e Chopim.¹³⁵

Entre 1951 e 1955 quem governou o estado foi Bento Munhoz da Rocha Neto, do PTB. A rivalidade política entre os dois partidos fez com que o governador se opusesse à Citla, proibindo, conforme vimos anteriormente, as Sisas. Assim, houve um

¹³⁵ GOMES, op. cit., 1987. p. 38.

interregno nas atividades da Citla, que só voltou a atuar na região em 1955, após a reeleição de Moysés Lupion.

Um dos primeiros atos do governador no seu novo mandato foi revogar a ordem que proibia o recolhimento das Sisas. Assim, em 1956, a Citla, juntamente com duas outras companhias, Comercial e Apucarana, que se tornaram suas concessionárias, teve livre caminho para atuar no Sudoeste paranaense, iniciando as medições de vários lotes na região. Além disso, muita propaganda era realizada a fim de convencer os posseiros e colonos a se dirigirem aos escritórios das companhias para assinarem os contratos de compra e venda das terras.

Os conflitos entre as imobiliárias e os colonos foram enfraquecendo a Cango. Os impasses sobre a posse da terra começaram a ser resolvidos mediante a ação organizada dos colonos, ficando conhecida como a “Revolta dos Colonos de 1957” cujo objetivo principal era a defesa da posse da terra. No conflito, milhares de colonos se mobilizaram, enfrentando os jagunços das colonizadoras e também os que representavam a esfera pública.

Na medida em que o envolvimento na disputa da posse de terra ia se prolongando, sem data para o término, seria inevitável falar sobre a origem da revolta de 1957 sem citar o nome de José Rupp. Ele prestava serviços ao governo federal, fornecia dormentes para a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul no início do século XX, mas nunca recebia pelos serviços prestados.

José Rupp vendeu seus direitos à Citla em 1950. Esta, a partir daí, requeria e cobrava a posse das terras.

Com a mudança de credor mudaram as regras do jogo. Num passe de mágica, o que era ilegal passou a ser legal. Aquilo que em constantes petições havia sido indeferido passou a ser deferido. A mesma superintendência, que negara acordo em 1 de julho de 1950, quatro meses após, não só aceitava o pedido anterior, a titulação da Gleba Missões, como titula também parte da Gleba Chopim.¹³⁶

Foram inúmeros os desentendimentos, porém, no governo Bento Munhoz da Rocha Neto, o Inic e a Citla, sob a direção de Glauco Olinger e Mário Fontana, respectivamente, fizeram um acordo verbal onde a Citla se comprometia a não tomar posse da Cango sem que o Judiciário se manifestasse.

¹³⁶ GOMES, op. cit., 1987, p. 35.

Entretanto, a história da região tinha vestígio sobre a questão de terras muito tempo antes da instalação da Citla na região. Destaca Van Der Brug (2015):

Em 1930, o governo do Estado do Paraná cancelou os contratos assinados. Em 1940, o governo federal confiscou todos os bens da Brasil Railway Company, incluindo as terras já prometidas, entre elas a gleba Missões e parte da Gleba Chopim. A gleba Missões pertencia, desde 1930, ao governo do estado do Paraná. Essa gleba foi apreendida, em 1940, pelo Governo Federal do Brasil, que, em 1940, pelo Governo Federal do Brasil, que, em 1943, fundou o projeto da colonização agrícola CANGO. E, a partir de 1950, a mesma quantia de hectares pertencia à empresa privada CITLA, que possuía planos para a construção de uma usina hidrelétrica e projetos para uma fábrica de celulose. Em 1951, um ano depois da CITLA se estabelecer na região, foi composta uma comissão de vinte líderes que, em nome dos moradores de Francisco Beltrão, representavam os interesses dos posseiros.¹³⁷

A Cango questionava cada vez mais a Citla sobre as posses do território e os títulos das terras. Os administradores desta, por sua vez, passavam nas propriedades dos colonos posseiros com o seguinte legado:

Os seus títulos de posse da terra não são legais. Para solucionar o problema, eles alegavam que os agricultores somente precisariam assinar um documento e realizar o pagamento da terra ao legítimo proprietário, a empresa CITLA.¹⁵²

Momento em que tomou conta a incerteza dos posseiros, como receberam os lotes e os subsídios para trabalharem e se desenvolverem. E, em certo momento, aparecem companhias imobiliárias obrigando-os a assinar contratos que teriam de pagar pela terra que tinham conquistado. Essa situação fez com que aumentasse as tensões e incertezas na população posseira.

3.5. Mas afinal, as terras sudoestinas pertenciam a quem?

Ao analisarmos a questão da posse e da propriedade das terras, a região Sudoeste tem uma longa trajetória nesse processo. Entre 1940 e 1960, portanto, duas décadas, a região chegou a possuir quatro donos: a Cia. de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande, a Citla, o governo federal, o governo do Paraná e, conseqüentemente, os posseiros.

As terras foram alvo de disputas pela demarcação dos limites entre a Argentina e o Brasil e também entre os estados do Paraná e Santa Catarina, e três décadas após

¹³⁷ VAN DER BRRUG, op. cit., 2015. p. 26-27.

¹⁵² VAN DER BRRUG, op. cit., 2015. p. 31.

iniciaram as lutas pela posse e propriedade. Em sequência, analisaremos separadamente as intenções de cada grupo em relação a possuir e ter o poder sobre as terras da região estudada.

3.5.1. Disputa de terras entre instituições do estado no Paraná

O governo do Paraná assinou contratos com a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande (CEFSPRG), subsidiária da multinacional Brazil Railway Company, para a construção de estradas de ferro, porém a companhia começou a ter a titulação das terras.

Segundo Lazier,

o governo do Estado do Paraná assinou contratos com a CEFSPRG para a construção de estradas de ferro e já começou a titular terras para a referida companhia. Em 17 de Julho de 1913 o presidente do Paraná, Carlos Calvancanti de Albuquerque, titulou a gleba Chopim com a área de 715.080.142 m². Mais tarde, em 01/10/1920, o Presidente do Paraná Caetano Munhoz da Rocha, titulou para a mesma companhia estrangeira, a gleba Missões, com 4.257.100.000 m². O território das glebas Missões e Chopim representavam quase todo o atual Sudoeste do Paraná. Portanto, quase toda a região foi titulada para a mesma companhia.¹³⁸

Passada a Revolução de 1930, assumiu o governo do estado do Paraná Mário Tourinho. Após estudos sobre as concessões de terras, constataram irregularidades e, com a criação de decretos, anulou as concessões que tinham sido feitas à CEFSPRG. As terras sudoestinas passaram a ser de domínio público. A CEFSPRG não conformada com a retirada dos títulos das terras entrou em disputa jurídica pela propriedade dos mesmos.

Como já destacamos no item anterior, a empresa Brazil Railway Company atuava em todo o Brasil, possuía acordos com várias empresas independentes (como o caso da CEFSPRG), assim conseguia controlar ou dominar o mercado. O presidente Getúlio Vargas, buscando garantir seus direitos e os direitos de seus apoiadores, através de dois decretos (nº 20173 e 2436, de 1940), incorporou todos os bens da Brazil Railway Company ao patrimônio nacional, um conjunto de bens que representavam a história e a memória do país.

¹³⁸ LAZIER, Hermógenes. *Sudoeste do Paraná: região jovem, mas rica de acontecimentos*. 2. ed. Francisco Beltrão: Assesoar, [s. d.]. (Coleção Cadernos do Paraná, 1).

As glebas Chopim e Missões (território sudoestino) passaram a ser administradas pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional. Num contexto geral, as pendências sobre a propriedade das glebas Missões e Chopim, antes do Paraná e da CEFSPRG, continuaram existindo, porém agora do governo estadual e federal.

A empresa começou a atuar na região em 1950 como proprietária das glebas Missões e Chopim e passou a vender a área em lotes aos posseiros e aos demais interessados. Porém, os posseiros estavam sob a custódia da Cango, que fez a doação dos lotes aos migrantes/posseiros. Cresceu nesse cenário uma disputa que resultou na Revolta dos Posseiros.

As disputas judiciais começaram nas primeiras décadas do século XX quando o empresário José Rupp se sentiu lesado pela Brasil Railway Company ao perder as terras arrendadas em Santa Catarina. Na justiça obteve a penhora dos bens da empresa, entre esses constavam as glebas Missões e Chopim.

Na época da criação da Cango, a área estava *sub judice*, isto é, a União e o governo paranaense disputavam na justiça a posse. Essa questão remonta nos tempos do final do Império, quando dom Pedro II, poucos dias antes de sua queda, concedeu ao engenheiro João Teixeira Soares uma área de terras devolutas em troca da construção da ferrovia Itararé-Uruguay. Essa concessão foi mantida na República, porém com algumas alterações, e transferida para o grupo Brazil Railway Company, responsável pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande.

O grupo recebeu como parte do pagamento a gleba Missões, transferida depois para a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco). Em 1930, o interventor do Paraná, Mário Tourinho, anulou as concessões dadas à São Paulo-Rio Grande e à Braviaco. Em 1940, o governo federal incorporou ao patrimônio da União a Companhia São Paulo-Rio Grande e a Brazil Railway Company, que incluía a gleba Missões. Começou aí a disputa judicial entre a União e o estado do Paraná.

Mesmo nessas condições, a União instalou a Cango dentro dos limites da gleba Missões. Na ótica jurídica, os posseiros do sudoeste do Paraná foram instalados em áreas que eram alvo de disputa judicial entre os governos federal e estadual. Juridicamente a área não tinha dono, mas estava incorporada à União.

A situação ficou mais complicada quando entrou em cena o empresário catarinense José Rupp, que obteve a penhora de vários bens da Companhia São Paulo-

Rio Grande em troca de dívidas, entre essas a gleba Missões e parte da gleba Chopim, muito próximas uma da outra. Como a companhia foi incorporada à União, Rupp tentou cobrar a dívida do governo federal, o que não conseguiu, o caso, então, se arrastou na justiça.

Em 1930 essas terras retornaram ao domínio do estado do Paraná por um decreto estadual que cancelava os títulos concedidos à Brasil Railway. Em 1940, a União, ignorando a medida paranaense, reincorporou as glebas para se ressarcir de uma dívida da Brasil Railway junto ao Tesouro Nacional. A reincorporação foi contestada pelo Estado com o argumento de que a empresa inglesa não era detentora do título de posse há dez anos já.

A questão estava *sub judice* quando, em 1943, o governo federal criou a Cango, localizada na gleba Missões, uma das que José Rupp havia conseguido penhorar. Rupp tentou negociar uma indenização com a Superintendência das Empresas Incorporadas à União (Seipn), criada por Vargas para administrar aquelas terras. Sem sucesso, em 1950 vendeu seus direitos à Citla.

A partir daí as regras foram mudadas rapidamente. A Seipn, que negou acordo a Rupp, concedeu à Citla a titulação da gleba Missões e parte da Chopim. Como a compra era irregular, os cartórios da região se recusaram a registrar o documento. Interessado no negócio, o governador Moisés Lupion (1946-1951) criou especialmente para esse fim um cartório em Santo Antônio do Sudoeste.

O assunto foi resolvido “em família”. Francisco Rocha, dono do cartório, era sogro do superintendente Antônio Vieira de Melo e pai de Geraldo Rocha Sobrinho, que, por sua vez, era assistente do superintendente e acionista da Citla. Além do que, a Clevelândia Industrial fazia parte do chamado “Grupo Moisés Lupion”, composto por mineradoras de carvão, serrarias e fábricas de papel.

Diante do grito geral contra a tramoia, a União decidiu tomar providências judiciais para reaver as terras. Em 1953, o Tribunal Federal de Recursos anulou a escritura, porém a Citla já estava instalada na região desde 1951. Em franca atividade, ia ao enalço de seus almejados lucros. O preço em todos os sentidos seria pago pelos colonos.

A Citla, nesse contexto e com medo de perder credibilidade e, certamente, bens, vendeu uma porção das suas terras para as empresas Comercial e Apucarana. Estas

também seguiram o mesmo legado da Citla, enviaram pessoas para transitar pelas propriedades buscando legalizar as terras.

O que veio em controvérsia foi a forma de como essa intervenção se realizou. As empresas contrataram jagunços, andavam fortemente armados e abordavam os agricultores dentro de sua propriedade, e quem não seguia as ordens iria diretamente para a prisão.

Van Der Brug descreve:

Esses chamados “jagunços” eram profissionais impiedosos, conhecidos e temidos, com nomes de Chapéu de Cobre, Chapéu de couro e Pé de Chumbo. De forma violenta, forçavam os agricultores que se negavam a assinar os novos papéis. Eles não hesitavam em mutilar, estuprar ou assassinar os moradores, assim como incendiar casas e outras feitorias.¹³⁹

O terror pairava sobre a cidade e sobre os posseiros. Era uma incerteza viver num local totalmente ameaçador. No entanto, os migrantes que tinham insegurança nas mudanças já realizadas ao longo da sua rotina durante os dias vivenciados em terras que já não deram certo não se deixaram levar por ameaças e pelo controle de pessoas com um capital financeiro maior.

Uniram-se, juntaram forças e pessoas influentes do município para garantir seus direitos, vindo a desencadear a Revolta dos Posseiros. No próximo tópico veremos como se desenvolveu e quais foram as consequências da revolta.

Em 1957, o sudoeste do Paraná atravessava por um período conturbado, com disputas de terras entre colonos, posseiros, companhias de terras e Estado. O processo migratório para a região do Sudoeste trouxe consequências. Descrevemos os itens que por um único motivo caracterizaram o sofrimento e a luta de um povo: a busca por terras cultiváveis. Por essa posse se desencadeou a Revolta dos Posseiros em 1957. A terra, nesse processo, passou a ter como resultado a violência, que envolveu a expansão do capitalismo e do poder da classe privilegiada.

A terra era contestada pelos posseiros que desejavam ter a posse legal. As atitudes arbitrárias das companhias, levadas a cabo pelos jagunços contratados, intensificaram a luta, ocasionando a formação de um movimento de resistência dos colonos, conhecido como a Revolta dos Posseiros. Por consequência dessa foi criado o

¹³⁹ VAN DER BRUG, op. cit., 2015. p. 31.

Getsop com a finalidade de regularizar a questão das terras no sudoeste, com a escritura legal aos posseiros.

O contexto da Revolta dos Posseiros de 1957 envolveu, de um lado, os posseiros; de outro, as companhias colonizadoras, que se diziam proprietárias, juntamente com o governo do Estado paranaense, na época comandado por Moisés Lupion.

Os migrantes ao se depararem com a situação preocupante da posse e das ameaças e violências viram-se à beira de uma situação sem volta, pois retornar ao local de origem era inviável em face das precárias condições financeiras da maioria. Do contexto oficial das disputas pelas terras, destaca-se que os posseiros foram instalados em áreas que eram alvo judicial entre os governos federal e estadual. Juridicamente a área não tinha dono, mas estava incorporada à União.

3.6. O estopim da Revolta dos Posseiros

Permanecer na terra e manter a integridade da família era o desejo dos posseiros, porém cientes da inoperância dos meios de defesa nesses propósitos viram-se motivados a reagir da sua própria maneira.

Diante dessa situação, em 1957 a Revolta dos Posseiros propriamente dita foi deflagrada. Reagiram contra as intervenções nas localidades de Capanema, Santo Antônio do Sudoeste, Verê, Pato Branco, Francisco Beltrão. Nessas já existem registros de vários conflitos, especialmente a partir de agosto de 1957, generalizando-se em outubro do mesmo ano.

As saídas políticas e diplomáticas continuaram sendo buscadas para resolver o impasse. De um lado, as companhias Citla, Comercial e Apucarana diziam ser legítimas proprietárias das terras da região; de outro, os colonos queriam a escritura legal e oficial de suas posses. Como possíveis resoluções, exigiam a saída das companhias e dos jagunços da região para que o clima de tranquilidade reinasse nas cidades e nas áreas rurais.

Sobre as consequências da Revolta dos Posseiros, Van Der Brug destaca:

A gota d'água foi o espancamento brutal de três crianças que não quiseram entregar aos jagunços onde seu pai se escondia na floresta. Ver as costas laceradas, cheias de vergões e roxos, foi demais para os posseiros e para

Walter Pécoits (um dos líderes dos posseiros na região de Francisco Beltrão, que também atuava como médico). Mobilizou-se toda a região a se rebelar contra as práticas das empresas CITLA, Comercial e Apucarana.¹⁴⁰

Essa instabilidade prejudicava também os comerciantes, que diziam estar tudo parado por causa da situação dos posseiros, fazendo com que muitos deles se aliassem aos posseiros e tomassem frente no levante de outubro de 1957.

O primeiro confronto armado contra os jagunços ocorreu em Verê, em 2 de agosto de 1957. Um grupo de colonos marchou pela avenida principal para o enfrentamento, tendo um saldo de dois colonos mortos. Nesse mesmo mês, a Citla perdeu na justiça um recurso no Supremo Tribunal Federal em relação ao registro da escritura.

O fato foi amplamente divulgado na região por meio das rádios de Pato Branco e Francisco Beltrão, que apoiavam abertamente os posseiros. Já na região de fronteira, os conflitos armados foram mais significativos nas áreas de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste.

Um exemplo desses conflitos bélicos foi no dia 14 de setembro, o mais sangrento episódio da luta entre colonos e companhias de terra, houve sete mortos numa camioneta, dois feridos e quatro desaparecidos, além de uma mulher que fugiu.¹⁴¹ A camioneta da colonizadora Apucarana seguia de Santo Antônio para Capanema. No quilômetro 17, em Capanema - PR, foram disparados tiros vindos de uma tocaia.

Na ocasião foi marcada uma reunião com os diretores das companhias e os posseiros. Os diretores desconfiados de algum ataque de surpresa por parte dos posseiros enviaram um motorista e um jagunço na camionete para dar carona aos colonos que encontrassem na estrada. De fato, uma tocaia havia sido programada ao comando de Santin no Km 17.

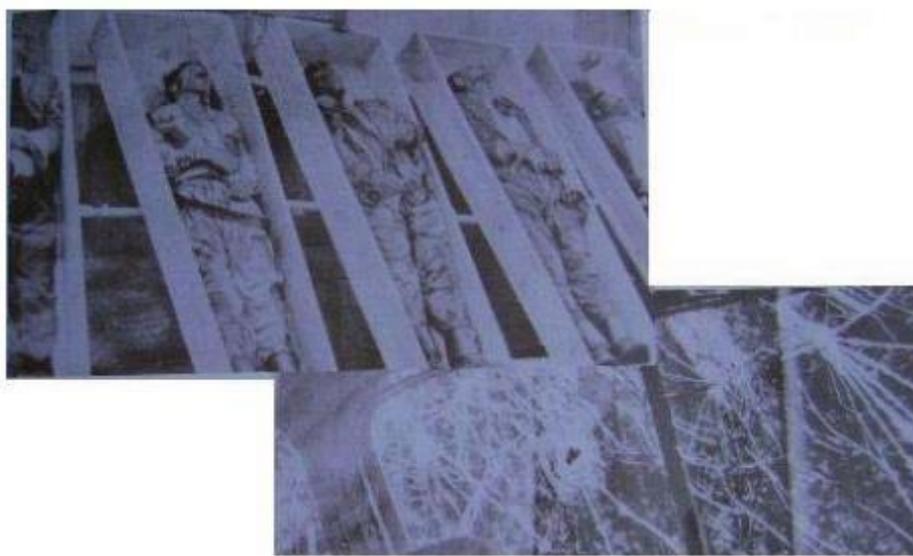
O grupo de Santin, imaginando serem os jagunços, abriu fogo contra todos os ocupantes, resultando em sete mortos, entre eles dois funcionários da companhia e cinco colonos, um era o pai de um dos atiradores, chamava-se Paulo Armbrust, e o filho, Oscar Armbrust.¹⁴² Os sete restantes fugiram para o mato, ou fingiram-se de mortos.

¹⁴⁰ VAN DER BRRUG, op. cit., 2015. p. 33.

¹⁴¹ Conforme Anexo 2.

¹⁴² VOLTOLINI, Sittilo. *Retorno 2: Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957*. Pato Branco: Fatex, 2003. p. 141.

Figura 15 - Mortos na emboscada da camionete no Km 17 em Capanema - PR.



Fonte: Paraná, 2007.¹⁴³

Figura 16 - Monumento na sede da comunidade em Capanema - PR.



Fonte: Jornal de Francisco De Beltrão-*JdeB*.¹⁴⁴

A Figura 15 mostra o para-brisa da camionete perfurado por tiros e os mortos na emboscada no Km 17 em Capanema - PR. E a Figura 16 mostra o monumento erguido, em 2007, em homenagem aos que morreram na emboscada em Capanema - PR durante a Revolta dos Posseiros.

¹⁴³ PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. *50 anos Revolta dos Posseiros: resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente*. Curitiba: Seec, 2007. p. 76.

¹⁴⁴ Jornal de Beltrão-*JdeB*. Francisco Beltrão: o tempo da revolta, 10.10.2007.

A ação dos jagunços na região de fronteira significou o deslocamento da maioria para as áreas de Francisco Beltrão e Pato Branco, onde o conflito ocorria com as companhias e jagunços contra os posseiros. Jornais e revistas nacionais e estrangeiras divulgavam amplamente os conflitos do sudoeste do Paraná. Um jornal argentino falava inclusive de uma “*revolución agrária brasileña*”.¹⁴⁵

Os colonos haviam sido avisados pelos líderes da revolta que estavam proibidos de matar, bater ou fazer qualquer ato de violência contra os jagunços, no momento certo eles iriam se entregar. Os colonos bloquearam as saídas das cidades envolvidas e o campo de aviação de Francisco Beltrão.

Conforme destaca Wachowicz:

O prefeito e o delegado de Francisco Beltrão haviam desaparecido. A cadeia foi ocupada e os presos foram liberados, mas foram avisados que quando a revolta acabasse deveriam retornar. Todos voltaram. Os jagunços haviam se refugiado no escritório da COMERCIAL. O escritório da CITLA já havia sido fechado por Júlio Assis Cavaleiro, que se refugiou em uma chácara. Pecóits concordou que em um momento oportuno os colonos poderiam quebrar o escritório e destruir os arquivos.¹⁴⁶

Nos primeiros dias de outubro de 1957, lideranças das cidades contrárias às companhias foram se aliando e das conversas chegaram à conclusão de que somente um movimento popular armado poderia expulsar as companhias e jagunços.

Francisco Beltrão estava mobilizada, o pessoal de Pato Branco resolveu dar continuidade com o levante. O interesse político, em nível nacional, prevaleceu ao interesse econômico das companhias.¹⁶² Em Francisco Beltrão, o levante dos posseiros foi no dia 10 de outubro de 1957. Nessa cidade o episódio alcançou maior repercussão porque reuniu cerca de seis mil posseiros contra as injustiças em relação às posses das terras e à cobrança indevida.

Um verdadeiro arsenal de armas foi encontrado no prédio da companhia Comercial. Mais colonos vieram à cidade, invadiram os escritórios das companhias, depredaram às instalações, os arquivos foram espalhados nas ruas, os contratos e as promissórias rasgados.

¹⁴⁵ WACHOWICZ, op. cit., p. 274.

¹⁴⁶ WACHOWICZ, op. cit., 1987. p. 262.

¹⁶² GOMES, op. cit., 2005. p. 95-96.

O chefe da polícia do Estado, Pinheiro Jr, chegou à cidade vindo de Pato Branco. Foi levado até a emissora da rádio para conversar com os líderes da revolta. O piloto do avião que o trouxe foi ameaçado pelos colonos e obrigado a levantar voo, deixando Pinheiro Jr sozinho. Os colonos armados ficaram do lado de fora do edifício pedindo a sua cabeça.

Walter Pécoits, que liderava o levante, fez uma série de exigências ao chefe de polícia para solucionar o impasse, como substituir o delegado, exonerar o promotor, transferir o juiz, tirar a polícia, não reabrir os escritórios das companhias, não processar os posseiros pela participação na revolta. Pinheiro Jr aceitou tudo. Os colonos foram comunicados da janela do edifício da rádio por Pécoits sobre as decisões tomadas, foi pedido que voltassem para suas casas e esperassem uma solução judicial para o problema da terra.

A Revolta dos Posseiros de 1957 constituiu-se num forte elemento de identidade regional para o sudoeste do Paraná, sendo incorporada à memória sociocultural dos municípios atingidos nas comemorações oficiais, monumentos e publicações relativas ao conflito. A escultura (Fig. 19), inaugurada no município de Pato Branco - PR, mostra o colono/posseiro que teve papel importante nessa revolta. A foice e o revólver representam as armas que o posseiro empunhou para garantir a posse e a titulação da terra.

Figura 17 - Os monumentos em homenagem aos posseiros, simbolizando sua luta pela terra.



Fonte: <https://www.diariodosudoeste.com.br/noticia/monumentos-espalhados-pelo-sudoeste-mantem-viva-a-revolta-dos-posseiros>.¹⁴⁷ Foto: Helmuth Kuhl.

¹⁴⁷ Monumentos em homenagem aos posseiros no Sudoeste do Paraná. Disponível em: <https://www.diariodosudoeste.com.br/noticia/monumentos-espalhados-pelo-sudoeste-mantem-viva-a-revoltados-posseiros>. Acesso em: abr. 2018.

Em resumo, o que ocorreu nos municípios sudoestinos foram pequenos confrontos e embates entre os posseiros e os jagunços. Os posseiros invadiram os escritórios das companhias, destruíram todos os documentos falsos das terras dos posseiros. Para pôr fim à revolta e trazer a tranquilidade no sudoeste paranaense, foi criado por decreto federal, em 1962, o Getsop, que regularizou os títulos da terra dos posseiros.

3.7. A solução das posses de terra no sudoeste do Paraná

Da Revolta dos Posseiros em 1957, quem saiu vitorioso foram os posseiros, porém a titularidade da terra só veio com o Getsop anos mais tarde. Chegava ao fim a Revolta dos Posseiros. Os objetivos básicos do movimento foram alcançados, entre os quais o fechamento dos escritórios das companhias e a expulsão dos jagunços e funcionários das companhias.

As equipes da Citla e da Comercial foram retiradas de Francisco Beltrão sob a supervisão militar. Os agricultores e lideranças da revolta, emocionados com a situação, invadiram os escritórios (Fig. 20), destruíram os móveis e jogaram os falsos documentos arquivados dos escritórios na rua.

Figura 18 - Rua de Francisco Beltrão forrada de documentos espalhados pelos colonos com o desfecho da Revolta dos Posseiros, 1957.



Terminada a revolta, nenhum colono se projetou no cenário político da região. Nos dias 10 e 11 de outubro de 1957, os colonos invadiram os escritórios das companhias Citla e Comercial, arrancaram as placas de propaganda, destruíram documentos, promissórias e contratos, espalhando-os pela avenida. As companhias foram fechadas e os jagunços expulsos da região. A solução final para os posseiros viria com a legalização e a titulação de posses a partir de 1962.

Da Figura 20 pode-se imaginar o sentimento de alívio e esperança dos posseiros; alívio por não precisarem mais estar sob as ameaças dos jagunços, e a esperança, por estar cada vez mais próximo de possuírem o título das propriedades. Com a união de todos, lutaram e conseguiram expulsar os jagunços e as companhias imobiliárias que queriam boicotar a posse e conseguir altos valores das terras que os posseiros já tinham a posse.

A solução para o problema fundiário só viria a partir de 1961. Ano em que o presidente Jânio Quadros assinou o decreto desapropriando as terras em litígio no sudoeste do Paraná.

Em síntese, a Citla prejudicou o desenvolvimento do sudoeste do Paraná principalmente na atuação como grileira e usando do terror para forçar os posseiros a comprar as terras. Para isso, valeu-se de jagunços, assim com a cobertura do poder público estadual. Os grileiros foram derrotados e os posseiros fincaram um marco na história de luta pela terra.

Observamos na Figura 19 os posseiros reunidos em frente à rádio Colmeia e o bar do Soranso após a expulsão das companhias. A bandeira do Brasil foi hasteada na janela da rádio Colmeia, representando a vitória da luta pela justiça.

Figura 19 - Posseiros reunidos em frente à radio Colmeia e bar do Soranso, outubro de 1957.



Fonte: Secretaria Municipal da Cultura de Francisco Beltrão - PR.

A vitória foi fruto da união de uma sociedade em defender questões fundamentais do próprio ser humano, sendo ameaçado, violentado nos seus direitos. Alguns tiveram que sacrificar suas vidas para combater os jagunços pagos pelas companhias, que, ao invés de projetar o bem-estar de todos, implantavam o terror, na tentativa de as famílias abandonarem a região e voltarem de onde vieram, o local de origem. A terra não era vista pelos posseiros como um bem imobiliário, mas como fator de produção de alimentos para saciar a fome das famílias e que, com a venda do excedente, pudessem melhorar as condições de vida.

Figura 20 - Posseiros reunidos na Praça da Igreja Matriz após a expulsão das companhias de terra, 1957.



Fonte: Secretaria Municipal da Cultura de Francisco Beltrão - PR.

A experiência e o poder da solidariedade entre os municípios vizinhos fizeram com que a realidade fosse alterada, bem como a vida e as condições das pessoas facilitadas. Novos benefícios começaram a ser criados, como cooperativas que garantiam a compra e comercialização coletiva; sindicatos de pequenos agricultores que, inicialmente, cuidaram da saúde, com médicos e dentistas e porta-vozes das reivindicações; a entidade Assesoar que dava apoio ao estudo, ao debate sobre a realidade e a formação de lideranças.

Os governos federal e estadual abriram mão dos direitos jurídicos das glebas. E em 1962, o presidente João Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop), sob seu comando direto, através do qual concedia a titulação das terras. Regularizou a situação das famílias na região, controlou especialmente as serrarias clandestinas, multando-as caso não cumprissem com as ordens determinadas.

Por meio do Getsop e com apoio do Exército, foram determinados todos os parâmetros dos lotes, demarcando-os legalmente, para evitar futuras desavenças entre os

colonos. Sob a chefia do engenheiro Deni Schwartz, foram regularizados e titulados 32.256 lotes rurais e 24.661 urbanos,¹⁴⁸ estendendo-se essa ação até 1973.

O conflito não se estendeu por muito tempo, concentrou-se apenas no mês de outubro de 1957. Podemos afirmar que foi resultado de experiências coletivamente vividas pelos posseiros ante abusos sofridos. Eles se uniram para lutar contra as companhias de terra. Quando os escritórios das empresas colonizadoras foram fechados, os documentos destruídos e os jagunços expulsos, a luta praticamente terminou.

Com este estudo verificamos, por meio da discussão entre referências bibliográficas e fontes documentais, quais os aspectos que se tornaram mais expressivos no cotidiano dos colonos posseiros no sudoeste do Paraná desde a reocupação das terras, o contexto que antecede a Revolta dos Posseiros em 1957 e a revolta em si e suas consequências.

No quarto e último capítulo questionaremos os conflitos que se desencadearam nas terras sudoestinas, os desdobramentos das posses de terra e, por fim, a solução dos litígios (como ocorreu? Quem os fez? Houve acordos de todos os posseiros em relação à titulação das terras?). Assim, pretendemos concluir nosso estudo e pesquisa, contribuindo para a historiografia da região sudoestina, tornando a pesquisa viva, presente e dinâmica.

No item subsequente, desmembraremos o contexto da atuação do Getsop após a Revolta dos Posseiros, o desfecho dessa história de colonos posseiros em busca da legalidade de suas terras, uma vez que, em 1957, os solos sudoestinos vivenciaram um importante capítulo da história de lutas populares em favor da terra.

Conclui-se no quarto capítulo a análise dos processos judiciais em prol da legalização dos títulos de propriedades. Destacamos a importância do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o qual contribui nesta parte da pesquisa nos disponibilizando o acesso ao arquivo e contribuindo para sanar as dúvidas.

O último capítulo traz o ponto principal para o fechamento de nosso estudo. Buscamos contextualizar a história do sudoeste paranaense em relação à posse da propriedade de terra. Os conflitos na região iniciaram ainda no início do século XX, delimitar fronteiras e demarcar território estava na história sudoestina. O que nos

¹⁴⁸ Conforme Anexo 3.

interessou e nos levou à pesquisa era interpretar e questionar como foi realizada a solução dessa questão na região. Foram poucas décadas e muitas histórias.

4. NOVA ONDA DE CONFLITOS: O JUDICIÁRIO E A REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS

Terra para quem nela trabalha e vive!¹⁴⁹

Neste capítulo procuramos articular as bibliografias que possuem diálogos estabelecidos que retratam e trazem à tona a região Sudoeste do Paraná. Buscamos fazer comparações entre as bibliografias e os documentos que estão no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no município de Francisco Beltrão - PR.

Duas “questões” pautam a investigação: a primeira vem ao encontro dos capítulos anteriores, onde destacamos o povoamento e a exploração do território sudoestino; a segunda, buscamos compreender como foi solucionada a questão dos títulos de propriedades de terras aos posseiros, como e quem organizou, quais os embates nesse período. Esta última questão adentra no mundo das tensões, preocupações e, finalmente, a solução do embate que tanto esperavam que chegasse ao fim. Destacamos ainda o significado, a complexidade e a abrangência das lutas, considerando o confronto de concepções e as influências dessas na organização dos projetos de intervenção e no comportamento das bases dos movimentos sociais da região.

4.1. Histórico da disputa judicial

Como já mencionamos, a Revolta dos Posseiros ocorrida no sudoeste foi um episódio de luta pela terra. No entanto, não se deve desconsiderar que, atualmente, as lutas pela terra ainda continuam existindo, nessa e nas demais regiões do estado e do país, sob a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

O sudoeste do Paraná se apresentou e se apresenta como uma região favorável para a produção agrícola. O território foi composto por uma (re)colonização impulsionada para o (re)povoamento de uma região que se encontra em áreas fronteiriças. Impulsionar a população a (re)ocupar o território era garantir ou, pelos menos, tentar que o território estivesse protegido de invasões e disputas por extensões

¹⁴⁹ VAN DER BRUG, 2015.

territoriais, como já havia sido disputado pelos argentinos na questão de Palmas em 1895.

Os conflitos no sudoeste do Paraná atingiram diretamente um dos principais mecanismos de reprodução do poder oligárquico: a grilagem de terras, que ainda não era uma questão social e política disseminada. A novidade no sudoeste, de acordo com Martins, “estava no fato de que a terra era usada fundamentalmente para obter retornos econômicos e não retornos políticos”,¹⁵⁰ contrariando uma tradição histórica nacional.

Neste capítulo ganha destaque e ênfase o período entre 1960 e 1972. O mercado de terras ostentou significativa debilidade. Pesquisar e estudar os conflitos de terra na região é uma forma de construir e reconstruir memórias regionais. Revisitar a história e as memórias para compreender o território no tempo presente. Conforme Tedesco apresenta,

desse modo, é claro que tempo e memórias são dinâmicos e passam por múltiplos horizontes e implicações para serem ou ganharem espaços no meio social, para criarem corpo e significados; imbricam-se ao se correlacionar com a história, com os sentidos coletivos e individuais, em correlação imediata ou não com os fatos. Por isso é difícil separar memória e história.¹⁵¹

A história é nutrida pela memória, sem memória não haveria história. Revisitar a história é revisitar as memórias das pessoas, lugares, objetos etc. A memória é seletiva, cabe ao historiador, partindo do seu presente, selecionar o que deve ser lembrado ou esquecido na atualidade vivida.

A memória está ligada às lembranças, lembrar é colocar em evidência os fatos. É importante ressaltar que cada uma tem seus processos e seus meios de aprender a realidade, o que não significa estar fechados em si mesmos. História e memória exigem um processo de análise crítica, assim como no tratamento aos métodos e registros do passado.

Tanto para a memória quanto para a história, é difícil recuperar ou recontar tudo, apenas são apresentados fragmentos de acontecimentos, interpretações sobre o ocorrido.

¹⁵⁰ MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 154.

¹⁵¹ TEDESCO, João Carlos. *Passado, presente e interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Sulinami Letra & Vida, 2011. p. 11.

Se a memória é, em grande parte, reconstrução e mobilidade temporal, a mediação e o recurso da oralidade em torno do passado também entrariam nessa visão.

Quando temos contato com nosso passado, estamos tendo experiências, fatos e documentos que nos permitem conhecer algo que está na atualidade. Partimos do contexto regional do sudoeste do Paraná para entender melhor as questões fundamentais que permeiam em nosso país em relação às identidades culturais, atividades econômicas, ações e medidas do Estado. Para compreender, de certa forma, o desenvolvimento regional, Castro destaca, “a realidade, que é complexa, coloca-se diante do particular que se articula com o geral, da unidade contida no todo e do singular que se multiplica”.¹⁵²

Destacamos que as crises agrárias sempre existiram no estado e que os trabalhadores da mesma forma sempre reagiram mesmo que em grupos isolados, sem uma mínima organização. Com a pressão dos trabalhadores, o Estado é levado, no contexto histórico, a tomar medidas “saneadoras” no sentido de “restabelecer a paz agrária” e reestabelecer a ordem.

O posseiro constitui-se como personagem de tamanha importância na região. Foi ele que adquiriu e fez uso de determinada área de terra sem ter os documentos legais que comprovassem ser o dono legal do território. Foi o posseiro que lutou contra as companhias imobiliárias em 1957 na busca da documentação legal que regulamentasse sua posse. Nessa linha de pensamento, José de S. Martins destaca que “os posseiros são invariavelmente legalistas. É muito pouco provável que invadam a terra em que, com certeza, tem proprietário”.¹⁵³

Temos várias tipologias de conflitos, ou seja, podemos denominá-los de várias formas, como conflito armado, conflito verbal, conflito midiático, entre outros. Em nossa discussão e pesquisa, em grande parte, se destacam os conflitos armados e verbais. Observamos na tabela a seguir um demonstrativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1970, onde destaca a relação do avanço de pessoas na região Sudoeste do Paraná.

¹⁵² CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. 2. ed. São Paulo: Huditec, 1994. p. 63.

¹⁵³ MARTINS, op. cit., 1984. p. 96.

Tabela 5 - Procedência da população do sudoeste paranaense em 1970

Procedência	Número de pessoas	% Total
Amazônia	35	0.01
Nordeste	71	0.02
Sudeste	594	0.21
Centro-Oeste	123	0.04
<i>Paraná</i>	<i>93.558</i>	<i>33.00</i>
<i>Santa Catarina</i>	<i>68.647</i>	<i>24.22</i>
<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>120.117</i>	<i>42.37</i>
Exterior	368	0.13
Total	283.513	100.0

Fonte: Censo demográfico de 1970, Paraná, IBGE (grifo nosso).

Na tabela acima, destaca-se o contingente de pessoas registradas pelo IBGE em 1970 que adentraram na região Sudoeste do Paraná, com maior concentração na região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), movimentando uma maior leva de migrantes motivados pelo fim da Revolta dos Posseiros comunicados por conhecidos, buscavam terras promissoras para o seu desenvolvimento.

Destacamos os lances de desprendimento, de tortura, de tristezas e de muitos sonhos idealizados nas propriedades. Foi uma história real, não com personagens inventados, mas, sim, com pessoas que se aventuraram nessa rica e fértil região. O contexto de lutas por direitos próprios e judiciais nos motivaram a adentrar nesse assunto.

Terra onde se desencadearam lutas desde o povoamento até a efetivação da política de Vargas com a chamada Marcha para o Oeste, no povoamento da região Sudoeste por colonizadores. Os habitantes se deslocaram, habitaram a região e viveram climas extremos de violência, ameaças que fizeram os posseiros se unirem e lutarem contra os poderosos que se diziam possuidores legais dessas terras.

4.2. O direito sobre a propriedade da terra na região

A história do sudoeste paranaense foi marcada pela apropriação indevida, pelo saqueamento das riquezas originárias e pela concentração da propriedade, inclusive das terras públicas. O presente estudo parte da premissa de que as mazelas e desigualdades

sociais têm como matriz e fonte a distribuição de terras e a formação dos latifúndios na região.

Direito Agrário é o conjunto de princípios e normas que, visando a imprimir função social à terra, regulam relações afeitas à sua pertença e uso, e disciplinam a prática das explorações agrárias e da conservação dos recursos naturais.¹⁵⁴

E o direito agrário dos posseiros sudoestinos foi evidenciado na desapropriação das terras e um novo rumo se tornou evidente na região. O processo de doação de terras para pessoas povoarem já não estava mais fluindo de maneira correta.

Muitas pessoas se mudaram e se instalaram em terras doadas por instituições governamentais. Essas terras foram vistas, como já destacamos no capítulo anterior, como promissoras para investimentos mais amplos. As companhias imobiliárias buscaram explorar e usufruir da região.

Os moradores da região não deixaram se levar por essa situação, reverteram-na e buscaram seus direitos. O direito agrário dos posseiros passou a ser definido, conforme destaca Optiz:

É da tradição do direito agrário a todos os direitos adquiridos, de modo que pela atual legislação (ET, art. 11), o INCRA fica como autoridade para reconhecer as posses legítimas manifestadas por meio de cultura efetiva e morada habitual. Bem como para incorporar ao patrimônio público as terras devolutas federais ilegalmente ocupadas e as que se encontram desocupadas. [...] Aqui também se reconheciam as posses manifestadas por culturas e morada habitual (art. 5º), de modo que foram legitimadas, pois “serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente”.¹⁵⁵

Nelson Demétrio explica que a expressão “atividade rural” é aqui empregada no sentido de compreender o uso, posse, fruição e administração da terra, das várias modalidades, quer a agrícola, quer a pecuária, agroindustrial ou extrativa.¹⁵⁶

A atividade agrária resulta da atuação do homem sobre a terra em busca de um objetivo: a produção, auxiliado pela participação efetiva da natureza. O direito agrário

¹⁵⁴ LARANJEIRA, Raymundo. *Propedêutica do direito agrário*. São Paulo: Ltr, 1975. p. 58.

¹⁵⁵ OPTIZ, Silvia C. B. *Curso completo de direito agrário*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 155.

¹⁵⁶ DEMÉTRIO, Nelson. *Doutrina e prática do direito agrário*. 2. ed. Campinas: Julex, 1987. p. 36.

apresenta regras próprias para a caracterização da posse, baseadas na função que o imóvel deve desempenhar em proveito da sociedade.

Para que se verifique a posse agrária, faz-se necessário que sobre o imóvel se exerça a atividade agrária, produzir de forma a aproveitar racionalmente a área, condicionando o seu uso ao bem-estar da comunidade. Num primeiro momento, organizando-se contra as grilagens de terras praticadas pelas companhias de colonização amparadas pelo grupo Lupion.

Essa revolta vitoriosa contribuiu para que se desenvolvesse na região uma agricultura com base na estrutura fundiária de pequena propriedade. Numa segunda etapa, a organização dos camponeses na luta contra a expropriação, causada pelo intenso processo de mecanização e modernização da agricultura a partir do regime militar.

A questão da terra assumiu um caráter político essencial: o confronto entre camponeses e capital. Isso se evidenciava nos múltiplos aspectos que envolviam a questão da terra, como a estrutura agrária, a política agrária, o aparelho judicial e policial do Estado voltado para o campo.

A maior parte da população, vítima da grilagem das novas companhias imobiliárias de terra, tinha reocupado a região com uma frente de migração mais recente de colonos sulistas (gaúchos e catarinenses) e paranaenses, que praticamente substituíram os caboclos.

A migração de colonos também foi fomentada pelo próprio Estado nacional, como pode ser comprovado pelo projeto varguista da Marcha para o Oeste e a criação do Território do Iguazu entre 1943 e 1946. Com a repercussão e eclosão da Revolta dos Posseiros em outubro de 1957, começou a depredação dos escritórios das companhias; tudo foi jogado para a rua, principalmente as notas promissórias. Foi um acontecimento marcante e uma grande festa para os posseiros. Esses e o povo foram vitoriosos, impuseram sua vontade, expulsando da região a Citla e as demais companhias juntamente com seus adeptos.

Não resta dúvida de que foi uma das mais importantes lutas pela terra ocorrida no sudoeste do Paraná, o mais significativo movimento com a vitória dos posseiros. A Citla foi expulsa da região pelo povo armado.

Na luta em defesa dos posseiros e contra os grileiros surgiram alguns líderes políticos no sudoeste do Paraná, destacando-se os mais atuantes Walter Alberto Pecoits,

Luiz Prolo e Ivo Tomazoni. Após a expulsão dos grileiros e jagunços, a luta continuou pela legalização das propriedades. Essa luta uniu todo o sudoeste.

4.3. Encerra-se a luta armada e inicia a luta jurídica

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por diversos conflitos agrários em consequência do descaso e/ou irresponsabilidade do governo em tratar a região Sudoeste do Paraná. Esses conflitos eram observados ao longo dos anos, mas uma solução para isso não era tomada, sendo que a luta era parte dos posseiros para obterem os títulos das propriedades. Entrevistas realizadas pelo *Jornal de Beltrão* (JdeB) evidenciam essa realidade.

Os posseiros eram constantemente ameaçados e viviam em terrores diários. Conforme observamos a publicação da entrevista no *JdeB* em homenagem aos cinquenta anos da Revolta em 2007 intitulada “Revolta pra mim é uma coisa esquecida, porque o sofrimento foi demais”:

JdeB - A dona Maria do seu Luiz diz que um dia se esconderam na terra de vocês, assenhora lembra disso?

Maria - Sim, nos escondemos mesmo, foi no dia do combate, era um dia de geada muito grande. Pegamos os forro de coberta e levamos num mato, pros homens ficarem posando lá, e nós pousamos num paiolzinho de milho que era do vizinho. A piizada nós colocamos todos em cima daquela pilha de milho, e eu e a comadre ficamos nos esquentando ali em volta do fogo.¹⁵⁷

A disputa pelas terras foi um dos principais problemas enfrentados pelo governador do Paraná Moysés Lupion,¹⁵⁸ principalmente no seu segundo mandato, época em que ocorreu a Revolta dos Posseiros.

Os conflitos e a violência eram as armas de ataque dos adversários políticos do governador na tentativa de desestabilizar seu governo. Lupion era acusado de ser sócio da principal companhia de terras instalada na região, a Citla, fato que agravou ainda mais a situação. Em 1957, os colonos e posseiros estabeleceram diversas estratégias de resistência e luta às investidas dos jagunços contratados pelas companhias grileiras para amedrontá-los e expulsá-los de suas terras.

¹⁵⁷ BELTRÃO, Francisco. O tempo da revolta. *Jornal de Beltrão*, p. 4, 10 out. 2007.

¹⁵⁸ O governador Moysés Lupion teve dois mandatos políticos: o primeiro em 1946-1950 e o segundo em 1955-1959.

As ações dos jagunços eram violentas e resultavam em estupros, espancamentos, incêndios, depredações e até mesmo mortes. Em outubro de 1957, os posseiros e colonos se organizaram e marcharam para as cidades de onde expulsaram as companhias de terras e os jagunços. Os posseiros entraram em luta direta com as companhias imobiliárias, deram um basta na subordinação e violência que vinham sofrendo.

A revolta foi essencial para o avanço e desenvolvimento da região. Segundo Gomes, “esse movimento foi fundamental para consolidação da pequena propriedade no Sudoeste do Paraná [...]”,¹⁵⁹ característica que também colocou a região em destaque nacional, sendo um espaço onde predominavam estabelecimentos da agricultura e pecuária familiar.

Como já destacamos, os colonos sintetizaram o desejo de todos os moradores da região em obter os títulos de propriedade das terras e poder desfrutar do mesmo trabalhando, plantando, colhendo e cuidando dos filhos.

O Getsop foi criado para tranquilizar os posseiros. Sua função primordial era reintegrar a posse de terra aos posseiros e trazer a tranquilidade àquele povo. Porém, a situação de incertezas, entre 1957 e 1962, gerou, na figura do posseiro, uma mentalidade de explorar a região de todas as formas possíveis. Nesse período foram devastadas extensas áreas florestais com o intuito de aproveitar o território, afinal, o destino dos posseiros até o momento era marcado por essas incertezas e lutas.

O privilégio de ter a posse da terra legal foi a marca essencial do desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil. Observamos que os trabalhadores que não dispunham de condições financeiras para adquirir o título da terra eram obrigados a vendê-la, trocar sua força de trabalho para os que possuíam porções extensas de terra e capital ou lhes restavam a ocupação de terras públicas sem destinação do poder público, e que em nenhum momento integrou o patrimônio de um particular.

O desapossar e a subordinação da terra, que há séculos vinha sendo praticado no Brasil, têm ocasionado insatisfação por parte da população que se mantinha lutando e reivindicando o direito de acesso e uso da terra, gerando, assim, inúmeros conflitos fundiários.

¹⁵⁹ GOMES, op. cit., 2005. p. 9.

Tais conflitos são observados no sudoeste do Paraná, quando a população passou a reivindicar o título da terra e se opor aos interesses das companhias imobiliárias que atuavam na região.

A história do sudoeste do Paraná no período abordado foi marcada pelas ações da Cango e do Getsop, entrecruzadas com o levante dos posseiros ocorrido em 1957, que resultou da ação de outras companhias de terra, como a Citla, que em 1950 se instalou na região, e a Comercial e Apucarana, suas subsidiárias, foram instaladas em 1956, e entre 1956 e 1957 intensificaram suas ações, o que acabou resultando no levante dos posseiros.

Podemos definir e destacar que foi a vitória do pequeno contra o grande, de quem era ameaçado *versus* opressor. Foi uma conquista inédita para a região e, como resultado, trouxe mais contingente de pessoas para a região. Essas buscavam esperanças de dias melhores na área rural, com mais produtividade e maiores ganhos. Segundo Lazier,

o tempo passou e a região progrediu novamente. Famílias novas deram ao Sudoeste do Paraná uma das grandes explosões demográficas até hoje no país. Toda a terra foi ocupada. A burocracia sempre andou atrás das transformações sociais. A demora da solução da titulação das terras fez com que as propriedades diminuíssem de tamanho, e se criou no Sudoeste paranaense uma região de agricultores de minifúndios. Eles passaram a produzir alimentos, cujos excedentes alimentavam grande parte da população brasileira.¹⁶⁰

Quando a revolta teve fim, ocorriam vários processos na região Sudoeste, os posseiros não tinham apenas solucionado o problema da posse expulsando as companhias imobiliárias e os jagunços, era necessário que o Estado interviesse nessa situação. Van Der Brug destaca que

entre 1957 e 1962, incertos quanto se um dia seriam realmente proprietários da terra, posseiros e madeireiros devastaram a maior concentração de araucárias do planeta: exploraram a madeira o máximo possível. Muitos queimavam extensos pinheirais só para caracterizar a posse.¹⁶¹

A Cango, embora numa linha de atuação diferenciada, já estava presente. A nosso ver, o processo de ocupação da região Sudoeste do Paraná teve três momentos significativos: a criação da Cango em 1943 e sua atuação; a ação da Citla que agindo

¹⁶⁰ LAZIER, op. cit., 1986. p. 3.

¹⁶¹ VAN DER BRUG, op. cit., 2015. p. 91.

como grileira entre 1950/1957 e suas subsidiárias tumultuou a região; o funcionamento do Getsop que entre 1962 e 1973 transformou mais de cinquenta mil posseiros em proprietários.

O fato que levou a questionar a região ser de colonização muito recente quando eclodiu o movimento, por essa razão decidimos aprofundar as leituras, por conseguinte, pesquisar, buscar entender essa rápida gestação e exaltação dos ânimos que culminaram no levante de 1957, e quais foram as formas de solução da titulação das terras. O autor Saquet destaca que,

se o território é marcado profundamente por relações de poder; relações sociais, evidentemente, que se cristalizam no espaço. Se um território pode ter sua re-produção interrompida, ou re-produzida constantemente e, se a existência de um território pressupõe um espaço construído, um espaço produzido pode não ser um território, no caso de não conter, ou envolver, relações de poder. Se assim for, o espaço geográfico pode ser sinônimo de território.¹⁶²

De qualquer forma não se pode perder de vista a historiografia do levante, o contexto que a antecedeu e o contexto que a sucedeu. Será que o que veio depois foi num contexto calmo e sem preocupações? Buscamos levantar hipóteses e responder a essa questão analisando os processos judiciais existentes no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr), com sede em Francisco Beltrão - PR.

O sudoeste do Paraná foi (re)ocupado e (re)organizado como um lugar de oportunidades de acesso à terra e de reprodução de um modo de vida assentado na pequena propriedade rural, com atividades agrícolas e trabalho familiar, bem como da construção de pequenas e pacatas comunidades.

Esse processo ocorreu através das redes, mais especificamente das relações sociais. A mobilidade foi influenciada no território e na construção da identidade a partir das novas territorialidades emergentes que traziam grandes oportunidades aos migrantes recém-chegados no território.

Um determinado indivíduo ou grupo social construía no seu cotidiano diferentes relações de comunicação com o território de origem e também de destino, entre migrantes e não migrantes, mesmo que de forma mais devagar e com menos exatidão do que a que vivemos no momento atual.

¹⁶² SAQUET, op. cit., 2003. p. 25.

A luta pela regularização e posse das terras foram as causas motivadoras da Revolta dos Posseiros. Temos que ter claro na nossa consciência histórica e cronológica de que o problema não se resolveu com a expulsão dos jagunços do território sudoestino.

4.4. Luta judiciária em prol dos títulos de propriedade e o direito agrário

Adentramos, a partir deste ponto que vamos analisar, no contexto dos anos de 1960 no território sudoestino e seus desdobramentos pós-Revolta dos Posseiros e luta para a regularização dos títulos das propriedades de terras. A revolta teve fim em 1957, porém os desdobramentos ainda continuaram com grande movimentação, afinal, os posseiros ainda não possuíam os títulos que comprovassem as suas posses.

Na campanha eleitoral de 1960 para a Presidência da República surgiram, entre outras, a candidatura do marechal Lott, pelo PSD e PTB, e de Jânio Quadros, pela UDN e de pequenos partidos. Uma comissão de líderes da região esteve na capital federal para conversar com os candidatos sobre a situação dos posseiros e solicitar providências para a legalização das terras.

Inicialmente foi procurado o marechal Lott que não quis assumir o compromisso com o assunto. Depois Jânio Quadros que prometeu, caso fosse eleito, solucionar o problema dos posseiros desapropriando a área e titulando a terra para eles. Diante da promessa de Jânio Quadros, todo sudoeste o apoiou como candidato. Sendo eleito presidente da República, um dos primeiros atos foi realmente desapropriar a área em litígio.

O conceito de reforma agrária previsto no Estatuto da Terra é um conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

Apesar do que preconiza essa lei, a reforma agrária de fato no Brasil ainda está muito distante de acontecer. No Paraná os conflitos pela posse da terra começaram desde 1940 com ocupação. Em 1957, no sudoeste do estado ocorreu a primeira desapropriação para fins sociais no Brasil.

A Cango, o Getsop e depois o Incra obtiveram a consolidação de uma das maiores ações de reforma agrária no país no processo de colonização do sudoeste do Paraná. Pressupõe-se que num projeto de reforma agrária estejam contemplados todos

os aspectos necessários para a manutenção de uma família no local, as condições estruturais, sociais, econômicas e culturais. Dar condições básicas aos assentados em moradia, educação, saúde e apoio do governo para os agricultores sobreviverem e se manterem no campo.

Segundo o decreto nº 51.431, de 19 de março de 1962, art. 1º,¹⁶³ ficou instituído o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop) com a finalidade de programar e executar os trabalhos necessários à efetivação dos objetivos determinados no dec. nº 50.494, de 25 de abril de 1961,¹⁶⁴ em vigência do presidente Jânio Quadros, para a desapropriação, e em convênio com o estado do Paraná planejar e executar a colonização das glebas desapropriadas.

O representante legal do país Jânio Quadros desapropriou e declarou a gleba Missões e parte da gleba Chopim de utilidade pública. A solução do problema ficou transferida devido à sua renúncia do mandato presidencial.

Pode-se dizer que a regularização das terras dos posseiros permitiu o início do desenvolvimento do sudoeste do Paraná. O Getsop se preocupou em construir escolas, melhorar as estradas, a quantidade e qualidade da produção agrícola, o escoamento da produção agrícola, incentivou a mecanização agrícola e o controle da exploração florestal.

O estudo da questão agrária, o caso das lutas camponesas ocorridas no sudoeste do Paraná, vem a ser um dos temas fundamentais para compreender a formação histórico-social daquela região. De modo especial, a revolta dos colonos tem maior significado pelo fato de ter sido um movimento vitorioso para os camponeses (colonos e posseiros).

Podemos destacar que foi o único caso em que os grileiros, o Estado e o grande proprietário foram derrotados. O projeto que a Citla havia elaborado para a região Sudoeste, se vitoriosa, tornaria aquela região praticamente num único latifúndio extrativista exportador.

Vamos descrever e analisar a contextualização de alguns autores para definir o conceito de direito agrário, buscando agregar conhecimento e relatar o que a região

¹⁶³ Decreto de desapropriação das terras sudoestinas. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51431-19-marco-1962-391358-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: ago. 2018.

¹⁶⁴ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50494-25-abril-1961390330-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: abr. 2018.

Sudoeste enfrentou. O direito agrário, como conceito básico, faz a análise do homem em si com a propriedade rural do até então posseiro, que lutava pelo seu direito de obter a posse legal (documentada) da terra.

Borges¹⁶⁵ conceitua o direito agrário como “o conjunto sistemático de normas jurídicas que visam disciplinar as relações do homem com a terra, tendo em vista o progresso social e econômico do rurícola e o enriquecimento da comunidade”.

Na contextualização de Borges, a função do direito agrário é, em ampla definição, o contexto que engloba terras, posse e o usufruto dessas. A terra para o homem é como o elo de ligação com a produção e o acúmulo de capital.

A função social da terra

é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado, II utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.¹⁶⁶

No sudoeste paranaense, a função social da terra, muito antes das leis da Constituição de 1988, já exercia um papel muito importante. Pensar em pessoas que migraram em busca de melhores condições de vida, é pensar em pessoas que depositaram suas forças para que seus planos se tornassem realidade.

4.5. O início de um longo processo: Getsop e o ano de 1962

Em 1961, o presidente Jânio Quadros assinou a declaração da gleba Missões e parte da gleba Chopim como de utilidade pública, ou seja, fez a transferência conveniente da propriedade privada para a administração, uma vez que a região Sudoeste era de posse do Estado.

Tanto o governo federal como o estadual desistiram em comum acordo de seus direitos jurídicos sobre essas glebas e passaram a avaliar a questão como um grave

¹⁶⁵ BORGES, Paulo Torminn. *Institutos básicos do direito agrário*. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 63.

¹⁶⁶ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. art. 186.

problema social. Ainda assim a questão não foi resolvida, pois Jânio Quadros renunciou antes da concretização da desapropriação.

O sucessor João Goulart assumiu a Presidência em 1962, fundou, como já descrito anteriormente, o Getsop. O objetivo do grupo era acompanhar a desapropriação e emissão dos títulos das terras. Segundo Van Der Brug,¹⁶⁷ durante a atuação do Getsop na região foram “emitidos 43.383 títulos de propriedade de terra, 12.413 em áreas urbanas e 30.970 em áreas rurais”.

Nos registros do Incra, o número de posses emitidos em áreas rurais foi ainda maior do que o exposto pela autora Van Der Brug, foram emitidos 32.162 títulos de propriedades rurais.

Após um período de incertezas, que havia levado, em 1957, à Revolta dos Posseiros, as empresas e companhias que reivindicavam a posse e a propriedade das terras tinham sido expulsas do território, mas, mesmo assim, os posseiros não eram donos das terras ainda. A solução e processos jurídicos iriam demorar anos para se concretizar e trazer paz e tranquilidade àquele povo.

A partir de 1962, o problema da posse da terra na região passou a ter uma solução em conformidade com as suas determinações legais. O Getsop se organizou e estabeleceu sua forma de funcionamento.

Com essas e outras normas, o Getsop começou a atuar organizando a sede em Curitiba e o Serviço Executivo na cidade de Francisco Beltrão - PR. A estrutura do grupo sofreu pequena alteração em 1967, sendo vinculado ao Ministério da Agricultura.

O grupo Getsop atuou no sudoeste até princípios de 1974, depois de ter efetivada a desapropriação e tituladas as terras aos seus verdadeiros donos, os posseiros. A atuação do Getsop foi uma verdadeira medida de reforma agrária no sentido de que não foi só distribuir terra, mas também dar assistência ao colono e à região. Não é só na regularização da terra que a ação do Getsop foi eficiente. Contribuiu com o desenvolvimento da região em vários outros setores, ajudando de todas as formas o sudoeste do Paraná.

¹⁶⁷ VAN DER BRUG, op. cit., 2015. p. 89.

4.6. Atuação do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná

Com o fim da revolta, o que restava para os posseiros era aguardar a regularização da documentação das terras. Para tranquilizar e trazer um contexto de paz aos sudoestinos e torná-los proprietários das terras, foi criado um decreto federal em 1962. As aspirações dos posseiros precisavam ser tratadas na Câmara e no Senado para que surtisses os efeitos legais.

Podemos dizer que a divulgação encontrada nos meios de comunicação social somada à sua apropriação pelos políticos opositores a Moysés Lupion foram os fatores importantes para que a questão litigiosa das terras do sudoeste fosse debatida no campo da política. Nos anos de 1958 e 1959, as terras da região foram declaradas de utilidade pública e de interesse social para fins de desapropriação.

Não foi um processo instantâneo e de forma prática. Eram centenas de pessoas que lutavam pelos títulos de propriedade.

Reestabelecida a “paz agrária” na região, a Câmara Federal convoca uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os fatos acontecidos no Sudoeste do Paraná e como resultado, no dia 2 de dezembro de 1957 propõe a desapropriação de toda a área sob litígio e sua titulação em nome dos posseiros. [...] a titulação das terras no nome dos posseiros, foi um direito conquistado pelos mesmos, permaneceu neutra até o final do Governo Lupion, em 1960, graças a manobras políticas engendradas pelos aliados políticos do governador no Congresso Nacional.¹⁶⁸

O Getsop, ao contribuir para tornar os posseiros em proprietários, realizou uma reforma agrária na região e em 1964 foi elaborado, em plena ditadura militar, o Estatuto da Terra. No estatuto encontram-se disciplinados legalmente o uso, a ocupação e as relações fundiárias no Brasil. Conforme o estatuto, o Estado tem a obrigação de garantir o direito do acesso à terra para quem nela vive e trabalha. A lei nº 4504/64, art. 1º, par. 1º,¹⁶⁹ do estatuto destaca:

Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade; art. 2º, par. 1º: É assegurada a todos a oportunidade de acesso

¹⁶⁸ SERRA, op. cit., 1991, p. 131.

¹⁶⁹ Estatuto da Terra, art. 1º. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11377388/paragrafo1-artigo-1-da-lei-n-4504-de-30-de-novembro-de-1964>. Acesso em: set. 2018.

à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei.¹⁷⁰

No início de 1960, o movimento de luta pela terra era difundido por meio das denominadas “Ligas Camponesas”, criticadas pela ala radical da Igreja Católica. Segundo Azevedo,¹⁷¹ a Igreja Católica contribuiu para silenciar as ligas. Segundo o autor, esse fato ocorreu porque os membros da Igreja tinham uma percepção da reforma agrária completamente diferenciada da divulgada pelas ligas.

A primeira defendia que os conflitos entre trabalhadores e proprietários deviam ser resolvidos por meio de acordos ou da justiça, ao passo que as ligas camponesas, embora inicialmente tivessem esse objetivo entre 1960 e 1961, a palavra de ordem era reforma agrária radical.

De acordo com Martins,¹⁷² a Igreja Católica se envolveu nos movimentos em favor da sindicalização dos trabalhadores rurais. O envolvimento ocorreu não somente para não perder os fiéis, mas também para promover uma entrada maciça de trabalhadores rurais no mundo capitalista, de igualdade jurídica e dos direitos civis.

Essa atuação perpetuou por dez anos, encerramento de seu processo em 1972. A respeito do Getsop, Gomes destaca:

Trata-se de um órgão subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República e sob a presidência de um representante do Conselho de Segurança Nacional. Tinha como objetivos programar a executar os trabalhos necessários à efetivação da desapropriação, bem como executar a colonização das glebas desapropriadas. O primeiro trabalho do GETSOP foi medir, demarcar, dividir os lotes, respeitando a posse e decisão dos ocupantes.¹⁷³

Dessa forma apresentamos a pesquisa realizada a campo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no município de Francisco Beltrão - PR. O arquivo pesquisado contém dados do levantamento feito pelo Getsop com os posseiros no início de sua atuação na região sudoestina em 1962 e os títulos de terra expedidos pelo grupo.

¹⁷⁰ Estatuto da Terra, art. 2º. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11377281/paragrafo-1artigo-2-da-lei-n-4504-de-30-de-novembro-de-1964>. Acesso em: set. 2018.

¹⁷¹ AZEVEDO, 1982.

¹⁷² MARTINS, 1989.

¹⁷³ GOMES, op. cit., 1987, p. 88.

¹⁹¹ Anexo 4.

A função primária do Getsop ao atuar na região foi regularizar a posse e a propriedade das terras e dar um fim às aflições que existiam até aquele ano no sudoeste. Dessa forma e a partir de 1962, o problema da posse da terra na região passou a ter uma solução conforme as determinações legais.

O método utilizado pelo Getsop foi de obedecer a ordem de ocupação e a metragem ocupada pelos posseiros. Em primeira instância era realizado um levantamento de dados.¹⁹¹ Nesse documento constava os dados do então posseiro, logo em seguida na próxima página,¹⁷⁴ apresentava a localização das terras, qual era a metragem e os dados pessoais do posseiro. Nosso estudo foi realizado no anonimato em relação ao nome do posseiro.

Os dados solicitados aos posseiros na época eram nome, idade, estado civil, nome dos pais, quantidade de filhos, quantas pessoas moravam junto com o referido posseiro, qual era a sua naturalidade. Em sequência vinham os dados de como tinha adquirido as terras e qual era o tempo de ocupação. O Getsop solicitava também qual era a área cultivada, quais produtos eram produzidos e quantos animais eram criados.

Esse levantamento foi realizado em um primeiro momento para se conhecer o território e quais eram as extensões das propriedades rurais sudoestinas. Após o levantamento era aberto o processo requerendo o título da propriedade.

Durante a pesquisa no banco de dados do Incra, encontramos os processos arquivados por glebas e separados por numerações. Essa é a parte principal de nossa pesquisa, analisar como foi a demarcação e distribuição dos títulos de propriedade na região sudoestina pelo Getsop.

Observemos o mapa abaixo:

¹⁷⁴ Anexo 4 (b).

documentos constava que os posseiros já tinham pago pelas terras que ocupavam no valor de vinte cruzeiros (moeda vigente na época) ao hectare.

Ainda, segundo os processos sobre o valor cobrado pelas terras pelo Getsop, se realizado o pagamento à vista, o posseiro tinha um desconto de 40% no valor estipulado. Conforme entrevista do gerente do Getsop ao *Jornal de Beltrão*, era um valor considerado “simbólico” e que retornava aos posseiros como benefícios, por exemplo, eram construídas escolas e estradas.

Naturalmente, nós tivemos problemas políticos, porque uma das coisas importantes que se tinha era que vendia a terra por um preço simbólico praticamente e todo o recurso era revertido na região, por isso as escolinhas foram feitas, as máquinas foram compradas, não tinha esse negócio de mandar para o Tesouro e depois não volta mais. Hoje isso seria totalmente impossível, a falta de confiança mútua hoje é uma desgraça. Mas foram feitas essas atividades, instalamos o Horto, fizemos o aeroporto e aí vieram para cá o 5º Batalhão de Engenharia para fazer um aeroporto, que é o atual, e a 2ª Divisão de Levantamentos, para também medir terras. Nas regiões mais difíceis ia o Exército medir, era uma confiança que o Exército tinha da população.¹⁷⁵

O posseiro era natural de Soledade - RS, segundo consta no processo, migrou de Guaporé - RS para a região sudoestina. Na terra onde estava tinha uma casa, um paiol e um chiqueiro; produzia milho, feijão e mandioca; contava com mudas frutíferas num pomar; criava suínos (25), equinos (2), aves (50) e bovinos (3). Como se pode observar, era em número baixo, seria para o consumo da família.

No terceiro processo¹⁷⁶ analisado, o posseiro tinha a posse no município de Pérola d'Oeste, contava com 8,05 ha. Ele tinha trinta anos, era casado, cinco filhos (todos menores de idade) e natural do município de Santo Ângelo - RS, porém, procedia do município de Três de Maio, também no Rio Grande do Sul. O processo teve abertura em 1968, no qual consta que o habitava no local há sete anos.

Na propriedade havia uma casa (6x9) coberta por tabuinha e um chiqueiro (16x4). Foram totalizados cinquenta pés de frutas de variedades diversas. As plantações eram milho, feijão, trigo, mandioca e soja. Os animais contabilizados eram 35 suínos, 5 bovinos e 60 aves.

A Figura 23 mostra o título de propriedade do terceiro processo analisado, expedido pelo Getsop em 1970. O título era expedido após o levantamento dos dados dos posseiros e o pagamento era efetuado ao Getsop.

¹⁷⁵ Conforme anexo nº 7.

¹⁷⁶ Anexo 8.

Figura 21 - Título de propriedade expedido pelo Getsop.


 União FEDERAL
 ESTADO DO PARANÁ
GETSOP

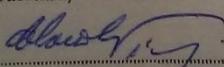

Título de Propriedade

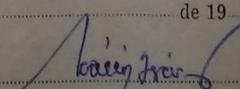
O GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ (GETSOP), Órgão Misto União Federal-Estado do Paraná, criado pelo Decreto Federal número 51.431, de 19 de março de 1962, alterado pelo Decreto número 51.514 de 25 de junho de 1962, nos termos do item VI do acôrdo firmado em 22 de junho de 1962,, publicado no Diário Oficial da União número 119, de 26 de junho de 1962.

F A Z S A B E R que tendo sido concedido por decisão tomada em sessão de.....**1.0** de.....**Abril**..... de 19.....**7.0** no requerimento protocolado sob n.º**8.744**....., de.....**5**...../**12**...../**69**....., GETSOP, de.....
 -.....
 o lote de terras sob n.º.....**38**..... da Gleba.....**16 - PO**.....
 do Núcleo.....**PÉROLA DO OESTE**.....
 da Colônia.....**MISSÕES**.....
 situada no distrito de.....**PÉROLA DO OESTE**.....
 do município de.....**PÉROLA DO OESTE**.....
 contendo a área de.....**oitenta mil e quinhentos metros quadrados**
(80.500 m2)....., com os
 limites e confrontações constantes do respectivo processo de medição, e demarcação, aprovado em sessão de.....**7** de.....**Novembro**..... de 19.....**68**
 de acôrdo com a planta do lote em aprêço que fica fazendo parte integrante dêste título de propriedade e em vista de terem sido cumpridas as formalidades exigidas e da prova do pagamento de todos os emolumentos devidos, na forma do art. 1.º última parte do Dec. Federal n.º 51.431 de 19 de março de 1962 OUTORGA ao concessionário acima referido o direito da propriedade sobre o lote descrito, de conformidade com as leis e regulamentos em vigor.

Para firmeza, mandou-se expedir o presente "TÍTULO DE PROPRIEDADE", que val assinado pelo Presidente e subscrito pelo Secretário.

GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ,
 em Curitiba,.....**7** de.....**JULHO**..... de 19.....**70**


 Presidente
Ten Cel Clovis Cunha Vianna


 Secretário Geral
Cap Acácio Pereira

Fonte: Incra - FB, Paraná, 2018.

O Getsop atuou na região regularizando os títulos de propriedade e também trazendo melhorias para as localidades, como construindo escolas e estradas. O objetivo principal do órgão legalizado do governo era realmente aplicar os recursos arrecadados da “venda” das terras para as comunidades da região.

4.7. Getsop e a Igreja Católica

A presença da Igreja Católica nos trabalhos comunitários da região foi, por algum tempo, um ponto favorável aos interesses do Getsop, desempenhando um papel importante na definição das estruturas urbanas da cidade e na formação social, pois a maioria era da religião católica, ao longo de sua história continua católica. Essa religiosidade interferiu nas relações estabelecidas entre as pessoas, influenciando na formação da sociedade de Francisco Beltrão e na relação com o espaço urbano.

O que aconteceu e se delineou no sudoeste foi a luta permanente entre os dois polos do processo de ocupação do território, de um lado, o monopólio fundiário; de outro, a divisão da terra em pequenas propriedades. Segundo Feres,¹⁷⁷ “a fronteira da colonização mostrava-se o terreno ideal para esse confronto”.

Considerando todas as atividades realizadas pelo Getsop, pode-se dizer que também trouxe para a cidade paz, tranquilidade, segurança, pois, além dos títulos concedidos aos posseiros, contribuiu com melhorias, construindo escolas nas comunidades do interior, melhorou as que existiam, abriu estradas, repassou sementes a baixo custo e as mudas comercializadas também a preços acessíveis.

A questão agrária é bastante ampla. A luta pela terra se constitui num problema, entretanto, pode ser considerado um dos mais importantes, por historicamente engendrar grandes tensões sociais na sociedade brasileira. As condições de povoamento da região foram extremamente favoráveis pela disponibilidade de terras férteis, com rica reserva florestal e regime de pequena propriedade com obtenção do domínio para o camponês.

A partir dessa época configura-se o caráter minifundista no sudoeste, baseado na subdivisão das terras em pequenas propriedades para o trabalho familiar, o que resultou na dificuldade de escoamento da produção e no conseqüente empobrecimento dos

¹⁷⁷ FERES, João B. *Propriedade da terra: opressão e miséria; o meio rural na história social do Brasil*. Nijmegen/Holanda: Cedla, 1990, p. 409.

produtores, gerando um círculo vicioso perigoso não apenas para a produção agrícola da região, como para todas as demais atividades que se desenvolviam dependentes desse sistema, como a comercialização local e externa, as atividades urbanas.

O estímulo ao associativismo camponês e a criação da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar) em 1964, foram algumas das medidas adotadas pelo Getsop para o desenvolvimento social e econômico da região Sudoeste, na tentativa de diminuir o isolamento regional e de ampliar a importância da região diante do estado e do país.

Em relação à atuação da Assesoar no sudoeste, destacamos dois pontos importantes: primeiro, o caráter religioso cujo objetivo era iniciar a reflexão pastoral e a promoção de cursos nas paróquias e capelas com a participação de alguns colonos e missionários belgas da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração. Desenvolviam trabalhos que vinham ao encontro da preocupação do Getsop: fortalecer a capacidade de intervenção dos colonos frente aos poderes políticos locais e estaduais a fim de melhorarem sua condição de vida.

Segundo Abatti, os missionários chegaram ao sudoeste e encontraram ali muito trabalho,

Em meio a atuação do GETSOP, chegaram ao sudoeste por volta de 1961 e fariam a diferença [...]. Este espírito de renovação e organização será responsável por transformar a fé em compromisso de defesa da vida, da terra, e dos colonos que recentemente tinham vivido a tempestuosa Revolta dos Posseiros de 1957.¹⁷⁸

O segundo ponto, o caráter político, que em plena ditadura militar na década de 1960, desempenhou o papel de dinamizador dos movimentos para a formação de sindicatos rurais, assim como projetou alguns dos participantes na política, principalmente através da inserção do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no cenário político regional.

Nessa perspectiva o Estado atua como um articulador das redes que se estabelecem além do fomento ao desenvolvimento, o qual é construído a

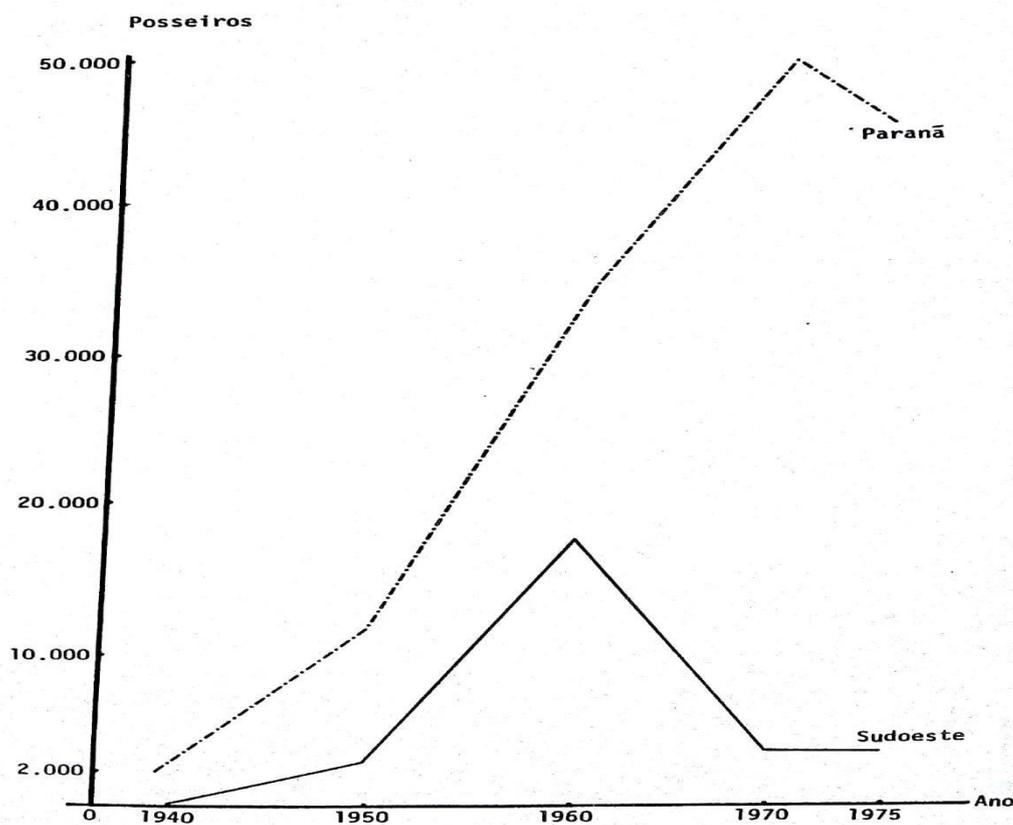
¹⁷⁸ ABATTI, Alexandre. O sudoeste do Paraná: a construção da identidade dos pequenos agricultores através do GETSOP e ASSESOAR. In: BONAMIGO, C. A. (Org.). *História e Região: os 100 anos do Sudoeste do Paraná e do Oeste de Santa Catarina*. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2016, p. 58.

partir da valorização da identidade do território. Assim a constituição de redes de formação, produção, circulação são fundamentais.¹⁷⁹

Este processo de fundação e atuação da Assesoar é paralelo em relação ao Getsop. A Assesoar trabalhava com os princípios da Igreja Católica e o Getsop era um órgão governamental, com a responsabilidade de regularizar os títulos de propriedades das terras.

Saquet ressalta a importância do estado na administração e governabilidade em todas as situações, principalmente no sudoeste do Paraná, onde essa instituição assumiu a responsabilidade de auxiliar na titulação das terras aos posseiros.

Figura 22 - Escala de posseiros e proprietários na região sudoeste e no estado do Paraná entre os anos de 1940-1970.



Fonte: Recenseamento do IBGE dos anos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975.¹⁸⁰

De acordo com a figura, a década de 1940 havia um baixo número de posseiros no sudoeste, apenas iniciava o processo de migração, o contingente de pessoas que

¹⁷⁹ SAQUET, op. cit., 2003. p. 227.

¹⁸⁰ LAZIER, op. cit., 1986. p. 80.

chegava na região era em número reduzido. Em 1950, numa constante, o número de pessoas elevava-se e, em 1957, ano da revolta, os posseiros sem titulações de propriedades chegou ao seu auge.

Destacamos a passagem dos sudoestinos de posseiros a proprietários das terras a partir da atuação do Getsop, ou seja, ocorreu o processo de titulação das terras. Conforme os dados apresentados e evidenciados na região, a partir de 1960/1962, o problema da titulação das terras começou a ser solucionado, os posseiros começam a receber os títulos das propriedades.

O *Jornal de Beltrão*, em comemoração aos 79 anos de criação da Cango, publicou uma entrevista com o senhor Deni, gerente do Getsop, que atuou no comando da titulação das terras. Foi um personagem histórico que teve destaque na população local após chefiar o Getsop e de ter titulado os terrenos rurais e urbanos. Elegeu-se prefeito de Francisco Beltrão (1969 a 1972), depois deputado estadual (1974 a 1986), deputado federal (1990 a 1994), secretário de Estado, ministro e diretor da Copel.

Destacamos alguns itens da entrevista de Deni¹⁸¹ concedida ao *JdeB* em comemoração aos 79 anos da criação da Cango:

O Getsop, então, passou a ser um órgão misto. Aí nós temos que dar mérito a algumas pessoas que aguentaram o Getsop, senão teria morrido como tantos órgãos também já morreram, ou tantas boas iniciativas, inclusive a Cango.²⁰¹ O Getsop conseguiu através de seus membros, e a importância foi tanta que a minha posse aqui, se não me engano em 63, 62, teve um iminente personagem do Exército, o então subcomandante da 5ª região militar chamado Ernesto Gaisel, tal era o prestígio que se queria impor.¹⁸²

O crescente envolvimento da Assesoar com a política fez diminuir, concomitantemente, o seu papel religioso. Em 1975 houve uma redefinição da proposta de atuação da Assesoar no sudoeste, agora “maioritariamente” política e tradicionalmente envolvida com as propostas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mas dividindo-se internamente com a chegada de novas tendências políticas ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), de onde se iniciou no sudoeste um trabalho de fortalecimento das bases eleitorais do PT, que possui hoje uma considerável representação na política local, estadual e federal.

¹⁸¹ Conforme anexo nº 6.

¹⁸² PEGORARO, Ivo. O chefe do Getsop que tituló as terras. *Jornal de Beltrão*, Francisco Beltrão, p. 2, 26 maio 2013.

O caráter estritamente agrícola do sudoeste do Paraná passou por algumas mudanças estruturais na década de 1970. Dos acontecimentos que marcaram a região nesse período, destacamos o fechamento da fronteira agrícola no sudoeste e a modernização dos moldes agrícolas mundiais, o que levou a população sudoestina migrar para as cidades, começando o êxodo rural.

Por outro lado, embora se reconheça o avanço que os termos “camponês” e “campesinato” trouxeram ao debate teórico e político da questão agrária no Brasil, não serão utilizados no decorrer da análise empírica pelo fato de não corresponderem à representação que a sociedade sudoestina tinha de si própria. Essa sociedade, a exemplo do que ocorreu em todo o sul do país, define o trabalhador da terra como “colono”.

Assim, ao se falar em colono, fala-se de um determinado homem que trabalha a terra em determinadas condições. Não se trata, portanto, de uma exploração familiar que se organiza no interior do latifúndio, mas da recriação de uma economia camponesa expressa por uma força de trabalho não proletarizada, que mesmo mantendo a subsistência na base da produção familiar produz mercadorias em pequenas parcelas de terra, as chamadas “colônias”.¹⁸³

Segundo informações concebidas do Incra no município Francisco Beltrão - PR, com a atuação do Getsop na região, os lotes foram medidos e foi aberto o processo, o qual entregaria ao posseiro o título da propriedade. Intrigou-nos o fato de que nesse período não existirem conflitos ou relatos sobre a atuação do grupo na região. Quem trabalha e atua no Incra destaca que teve alguns conflitos, sim, porém, poucos divulgados. Os conflitos eram sobre a real medição dos lotes, ou seja, no documento oficial era uma área total, e na realidade a medição era inferior ao número expedido no documento.

4.8. A economia e a modernização da agricultura

No sudoeste do Paraná, resolvidas as questões da posse da terra por conflito aberto, inclusive armado, entre agricultores e empresas colonizadoras, teve início o processo de modernização da agricultura que se constituiu, basicamente, na mudança da tecnologia dirigida pelo capital industrial. Este, a partir da cidade, absorve e recria o

¹⁸³ COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e poder, a luta pela terra no sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1984. p. 25.

campo com outros significados, transformando a “produção agrícola em um setor da produção industrial subordinada aos seus imperativos e submetida às suas exigências”.¹⁸⁴

Desse modo, o movimento de luta pela terra no sudoeste expressou um momento no processo de reorganização da vida dos agricultores que não se integraram à ordem construída a partir das novas relações que se estabeleceram com a introdução da modernização do campo.

Segundo Martins,¹⁸⁵ o regime militar orientou a reforma agrária para a modernização econômica e para a aceleração do desenvolvimento capitalista na agricultura, portanto, uma questão técnica. Por isso, a reforma não visava à implantação de um modelo social baseado na agricultura familiar.

Para Veronese,¹⁸⁶ os agricultores familiares aprenderam com a revolta de 57: garantir sua existência enquanto grupo social na lutar pela terra. Seus direitos e sua cidadania são conquistas que devem ser efetivadas por eles próprios não como um dom a receber de alguém, mas expressão de um gesto de solidariedade humana.

Coincide com a criação formal do MST em 1985, a mudança do governo da República, finalmente um civil, embora eleito indiretamente, voltava a presidir o país. Oriundo do antigo poder oligárquico, o governo Sarney era favorável à reforma agrária apenas na retórica.

A história do sudoeste mostra que a luta pela terra é mais política, social, econômica e cultural, e sua conquista implica organização e mobilização dos excluídos, mas também adesão social, fruto do reconhecimento da sociedade do direito à vida, ao trabalho e à dignidade.

Os conflitos no sudoeste do Paraná atingiram diretamente um dos principais mecanismos de reprodução do poder oligárquico: a grilagem de terras, que não era ainda uma questão social e política disseminada.

Assim, ao contrário das lutas da década de 1980, na revolta de 1957 não houve conotação ideológica de esquerda. O estímulo veio dos líderes do PTB e da UDN, alinhados ao projeto do governo Vargas para a região e opositores de Lupion sensibilizados com a situação dos colonos posseiros, mas, sobretudo, temerosos de que

¹⁸⁴ IANNI, 2004, p. 48.

¹⁸⁵ MARTINS, op. cit., 1984. p. 67.

¹⁸⁶ VERONESE, Claudino D. *O papel pedagógico da Assesoar no apoio à estruturação da cidadania dos ex-posseiros do sudoeste do Paraná*. 1998. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Ijuí, Ijuí, 1998. p. 72.

a concretização do projeto industrial de Fontana pudesse atrapalhar suas ambições políticas e econômicas.

Sobre a iniciativa e a organização da revolta de 1957 não há um consenso entre os autores se houve apoio ou não de pessoas externas aos posseiros. Há os que delegam todo o mérito aos próprios colonos posseiros e os que enfatizam as forças externas, como comerciantes, políticos e profissionais liberais, que podem ser decisivas no desfecho favorável aos posseiros. Fica claro que os posseiros receberam apoio externo, mas assumiram a revolta por conceberem a propriedade da terra como espaço de trabalho e de relações orientadas a garantir a produção e a reprodução da vida.

Van Der Brug enfatiza que no município de Francisco Beltrão - PR as organizações que receberam a maior quantidade de titulação de terras foram as empresas:

Mitra Diocesana (86.885 m²), Angelo Camilotti Cia. Ltda. (83.940 m²), Zanchet S/A I. C. e Exportação (77.116 m²), Imobiliária Sudoeste Ltda. (74.000 m²), ASSESOAR (55.535 m²) e Associação Brasileira de Educação Lassalista- ABEL (54.022 m²). Essa mistura peculiar de Igreja Católica, madeireiros e corretores de terras fornece um retrato das forças dominantes na formação deste território.

Com o fim da atuação do Getsop, os agricultores (agora empossados com seus títulos de terras) estavam movidos por outras preocupações. A partir de 1975 começou a entrar em foco a modernização agrícola. Aos pequenos agricultores, a mudança para a tecnologia moderna tinha consequências dramáticas. Antes não tinham a segurança da posse da terra, porém, encerrando-se esse processo, vem a modernização, e eles não possuíam capital para investir na produção agrícola.

Com o desaparecimento das pequenas propriedades agrícolas, também desapareceram muitas pessoas da área rural. [...] o sudoeste do Paraná tinha a vantagem de ser muito montanhoso, razão pela qual era menos atraente para a mecanização em grande escala. O que agravou o êxodo rural na região foi a construção de usinas hidrelétricas. Em particular, a construção da barragem de Itaipu, que foi anunciada nos anos sessenta e causou muita preocupação.¹⁸⁷

Por terem rendimentos baixos, não podiam competir com os preços das fazendas ou produziam a monocultura. Os agricultores que tomaram empréstimos nos bancos para poderem se modernizar, em muitos casos, não conseguiram saldar a dívida, e perderam suas terras para os bancos, dada como entrada nos empréstimos.

¹⁸⁷ VAN DER BRUG, op. cit., 2015. p. 98.

4.9. A simbologia em prol da história do sudoeste do Paraná

Os símbolos evocam e estão ligados à subjetividade, produzem sentimentos que vão além do real, passando a ser representação inconsciente. O imaginário se organiza em torno de determinados significantes contidos nos símbolos, faz uso da memória, podendo ditar o que, como e quando lembrar. Veremos dois monumentos existentes na cidade de Francisco Beltrão no sudoeste do Paraná que foram consolidados aos pioneiros da região, destacando, assim, o uso da memória para dar ênfase a um determinado acontecimento.

Precisamos destacar que a memória não relata o fato tal como aconteceu, existem inúmeras contextualizações nessa área. Muitas vezes os pesquisadores sofrem com isso, pois a mesma situação passa a ser representada de várias maneiras. Cabe, então, ao pesquisador/historiador fazer um encaixe entre o dito e o que ocorreu verdadeiramente, porém, todo povo, para fazer o seu presente, precisa recordar o memorial do seu passado.

A memória materializada serve como testemunho do passado e sua dimensão coletiva revela a necessidade de construir através da história a sensação de pertencimento. Segundo Tedesco (2011), “construir uma biografia, uma história da própria vida que esteja com possibilidade de fornecer ainda que limitadamente, um senso de continuidade do tempo num contexto de fragmentação”.¹⁸⁸

Figura 23 - Monumento ao Getsop.



Fonte: Anita Izabel de Mello da Silva, 17 jul. 2008.¹⁸⁹

¹⁸⁸ TEDESCO, op. cit., 2011. p. 92-117.

¹⁸⁹ SILVA, Anita Izabel de Mello da. A posse da terra e os lugares de memória: Francisco Beltrão - 19692007 Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. p. 81.

A figura da pesquisadora Silva, em 2008, mostra o monumento em homenagem ao Getsop, localizado no centro do município de Francisco Beltrão. A imagem retrata o primeiro título de terra expedido pelo Getsop. Não traz somente a vista desse marco histórico, mas também retrata outros avanços que o grupo trouxe para a região.

Observa-se ainda o mapa da gleba missões, que retrata as lutas pela demarcação do território travadas desde o início do século XX, como já destacamos no primeiro capítulo. Na sequência teremos observamos a escola que o Getsop construiu na região e buscou o incentivo da participação da população em frequentar as escolas e, assim, trazer avanços para a região.

Por fim, o homem agricultor cultivando e laborando a sua tão almejada terra, discurso que se volta para as instabilidades, pois a modernização estava entrando em cena na região Sudoeste, que viria a individualizar muitos agricultores e fazer outros migrarem para as cidades.

Principalmente a partir de 1970, o estado do Paraná sofreu essas transformações modernizantes, surgindo em muitas regiões a economia capitalista, que trouxe grandes mudanças na área rural devido à mecanização do campo, de certo modo, ocasionando o êxodo rural.

A partir dos conflitos dos posseiros com os jagunços contratados pelas companhias imobiliárias, que resultou em violência de ambos os lados, com a intervenção federal o movimento protagonizado pelos trabalhadores surtiu efeito. A luta do campo foi vitoriosa e conquistou a posse legalizada e documentada da terra em suas mãos.

Quando discutimos a respeito do conceito da região afirmou-se que estudar os conflitos agrários no sudoeste do Paraná é uma forma de fazer existir a região e as diferenças regionais.

Para finalizarmos, podemos destacar a grande importância em demonstrar a sociedade a história do sudoeste em si. As políticas migratórias foram importantíssimas para a expansão demográfica da região. Os migrantes tornaram-se posseiros e aos poucos foram protagonizando uma longa história de lutas. Alguns confrontos bélicos e, por fim, a disputa judicial para a obtenção dos títulos de propriedades.

A Congo, a Citla, as companhias imobiliárias e o Getsop deixaram seus marcos na região sudoestina. O estudo buscou adentrar na questão das posses e propriedades das terras. Os conflitos eram uma forma de relacionamento social que expressava o

descontentamento social dos posseiros que buscavam ter acesso aos documentos oficiais das terras.

A Revolta dos Posseiros retratada e especificada no terceiro capítulo, pode-se dizer que foi um movimento de defesa dos direitos de posse por ocupantes de terras que estavam sendo questionados pelas companhias imobiliárias. Tal item contempla que as terras já haviam sido distribuídas pela Cango (que iniciou seus trabalhos em 1943), e nesse meio período ocorreram conflitos, ameaças e perturbações em relações aos posseiros. O Getsop, com sua função, teria a função de reconhecer esse direito de concessão e titularidade aos posseiros.

Como observamos, a região é um espaço complexo de relações sociais construídas historicamente e modeladas por situações, debates, conflitos e manifestações de poder. O movimento camponês do Sudoeste do Paraná transformou-se, pois, num canal de confrontação política que ampliou o âmbito de sua organização e ressonância, fazendo chegar ao Estado e à opinião pública suas reivindicações, intervindo na constituição e dinâmica do poder político. Para tanto, precisou demonstrar que a luta de classes ultrapassa a ideologia, enraizando-se na infraestrutura econômica que gera relações de exploração que constituem a base das relações de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que nos propusemos responder e que trouxe inquietações foi a forma de compreender o povoamento da região Sudoeste do Paraná na formação territorial e as questões de conflitos em torno da posse e propriedade da terra. Analisamos com uma visão voltada para a questão dos conflitos envolvendo o território sudoestino no que tange à posse e propriedade das terras durante os anos de 1940 a 1972.

A partir de 1920, no Rio Grande do Sul, ocorreu uma crise em razão da fragmentação das pequenas propriedades, gerando um excedente populacional agrícola, um elevado número de migrantes se deslocou para as terras sudoestinas.

As migrações, a partir da década de 1930, intensificaram o processo de colonização e exploração das terras sudoestinas, como se denota nas principais contribuições econômicas e culturais desses grupos, refletidas na organização do território. Em 1930, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, iniciaram-se as políticas de repovoamento, podemos destacar a política “Marcha para o Oeste”, em 1937. Buscou-se sintetizar o interesse do povoamento por essa região e qual a contribuição desse fato para a colonização e expansão do território.

Para organizar e contribuir com a organização junto com a política de povoamento, eram criadas colônias agrícolas para auxiliar os recém-chegados ao território. Na região estudada, destaca-se a Colônia Agrícola General Osório (Cango). A referida colônia auxiliou os migrantes ao chegarem na região prestando os primeiros auxílios e serviços necessários para a instalação dessas pessoas.

A história do sudoeste do Paraná possui em si um estigma de violência e um curioso paradoxo. A região foi motivo de desentendimento, exploração, cobiça e dor. Argentinos, paranaenses, catarinenses, caboclos e índios já disputaram essas terras. A face complementar do paradoxo consiste no fato de a região, por muito tempo, não ter um controle por parte de governo algum.

Conflitos envolvendo terras se iniciaram na região ainda em 1895, com a questão internacional de Palmas; em seguida, em 1916, a disputa interna entre Paraná e Santa Catarina na delimitação de fronteiras. A excessiva propaganda externa para as pessoas migrarem para a região Sudoeste do Paraná (política varguista em 1937), a Revolta dos Posseiros em 1957 e, por consequência, a luta judiciária para se obter os títulos de propriedade das terras com a atuação do Getsop em 1962.

A ênfase exposta pelas propagandas e, como vimos, e estimulada pela estratégica política de ocupação de espaços considerados “vazios” desencadearam um vertiginoso processo migratório para a região em questão. Aqui se registra a expansão de um projeto iniciado ainda na segunda metade do século XIX, onde imigrantes europeus ocuparam importantes regiões do Rio Grande do Sul no projeto estatal de imigração.

Devido às proporções, as correntes migratórias internas que se deslocaram no século seguinte para o oeste catarinense e sudoeste do Paraná, além de seus interesses, cumpriam a estratégia de ocupação oficial do espaço e da exploração econômica nos moldes capitalistas. Precisamos destacar que o processo de colonização em si gerou significativos impactos ambientais, principalmente pelo desmatamento na região. O posseiro desmatava, queimava e destruía extensas áreas florestais para demarcar sua posse.

Analizamos quem foi o migrante, pessoas humildes, que se deslocaram com seus familiares em busca de terras e melhores condições de vida. Ao adentrar no território, mesclou-se com populações indígenas e caboclas. A figura do migrante, de procedência rio-grandense, catarinense e também de algumas regiões do estado do Paraná, era impulsionada pelo desejo de mudança e crescimento.

Os indivíduos que se fixaram no sudoeste trouxeram em suas bagagens poucos bens materiais, mas encontraram em si mesmos a vontade de recomeçar, de desenvolver em solos sudoestinos uma vida que não conseguiam realizar em solos rio-grandenses ou catarinenses.

O que nos inquietou e nos fez buscar em fontes e pesquisas sobre o sudoeste do Paraná foi a migração e povoamento embasados na proposta da posse e propriedade de terras. A terra para os migrantes significa poder crescer e, com o passar do tempo, adquirir bens a partir dessa. Porém, o deslocamento e a fixação do imigrante no território foram de muita luta em adquirir a posse legal das terras.

Quando migraram para a região Sul do Brasil, principalmente, em primeira instância, para o estado do Rio Grande do Sul, os migrantes não encontraram naquele local o que precisavam para sobreviver e manter uma vida cômoda, como, por exemplo, terras férteis, moradia adequada, itens necessários para a sobrevivência e abrigo para toda a família.

As terras foram se esgotando e, ao mesmo tempo, escassas. Durante o século XX, o número de filhos era maior e quando iam casando optavam por morar perto dos seus familiares. Chegou a um período em que as terras se apresentavam inférteis (devido ao

manejo impróprio ou, até mesmo, por falta de insumos) e não havia mais propriedades para comprar. O que restava para eles era migrar em outros novos territórios, no nosso caso, o sudoeste do Paraná.

No período do mandato de Getúlio Vargas, com o incentivo à política “Marcha para o Oeste” de 1937, foi criada a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango) com o objetivo de prestar auxílio e fornecer os principais subsídios aos migrantes. De início, o objetivo foi concretizado de maneira ampla, abrigando os que chegavam e se apossavam das propriedades e fornecia ajuda no que era necessário.

Esse povoamento do sudoeste não foi impulsionado só por interesses dos migrantes, mas também dos governos federal e estadual. Os estados propuseram políticas para um povoamento com mais intensidade, com maior fluxo de pessoas. O governo federal, em 1937, adentrou com a “Marcha para o Oeste”, (re)povoando fronteiras até então pouco exploradas.

As políticas de concessão das terras devolutas, iniciadas no Império, se acentuaram na República, não levando em conta que essas terras já eram ocupadas por indígenas, caboclos e posseiros. Assim, as terras foram alvo de disputas, de início entre Brasil e Argentina, centrando-se depois entre os estados do Paraná e Santa Catarina.

O território sudoestino passou a existir oficialmente após o fim da Guerra do Contestado (disputa entre os estados do Paraná e Santa Catarina) com um acordo que demarcou os limites. Passou a ser visto como uma região desprovida de um contingente populacional que despertasse interesse político e, sobretudo, com a entrada do presidente Getúlio Vargas, quando impulsionou a migração para as regiões interioranas e fronteiriças.

Ao mesmo tempo que se denominava “terra de ninguém”, a mesma era vista como “terra promissora” por companhias imobiliárias. Ao mesmo tempo que os posseiros avançavam no território, o olhar capitalista das companhias imobiliárias se fez presente na região.

Em 1950, a terra tornou-se objeto de disputa entre pequenos proprietários, posseiros, grileiros, invasores e jagunços. Adentraram no território possuindo títulos falsos, as grileiras e jagunços movidos por grandes proprietários e companhias imobiliárias. Estas, com títulos falsos de propriedade do território apossavam-se e ameaçavam os posseiros que se negavam a assinar os papéis. E se não pagassem o que era solicitado, eram torturados, espancados, as residências danificadas, saqueadas ou

incendiadas, as mulheres estupradas, muitas pessoas foram mortas ou expulsas do seu território.

As pessoas migravam em busca de melhores condições de vida e de terras férteis para o desenvolvimento da agricultura. O auge do movimento de (re)ocupação ocorreu nas décadas de 1950 e 1960. Segundo Saquet,¹⁹⁰ o território se originou das conflitualidades, embates, disputas e relações de poder entre os grupos que construíram identidades e coesões, separações e exclusões, visando ao domínio e controle do espaço.

As representações construídas sobre o passado como memória de um povo, de um município, podem encobrir as relações de dominação e poder estar inscritas em tais embates. Confrontar a memória produzida e a história das cidades é condição para distinguirmos a realidade acontecida e as memórias inventadas pelos grupos sociais.

O desfecho dos conflitos armados ocorreu, então, em 1957, com a vitória dos colonos, conquistando a regularização das suas posses e a definição do território sudoestino. A região começou a se solidificar com base no pequeno estabelecimento e no trabalho familiar, traços marcantes das áreas de origem. Nesse processo instituiu-se também o grande estabelecimento e a concentração de terras, principalmente no espaço rural.

Compreendemos e demonstramos a questão da apropriação das terras que ocorreu em tão pouco tempo e suas consequências, cujos vestígios são visíveis nos dias atuais, com lembranças de quem lutou, familiares que foram agredidos ou até mortos, torturados e ameaçados nesse período e os monumentos de memórias expostos em municípios sudoestinos.

O autor Lazier chegou à conclusão de que a transformação do posseiro em proprietário de terra gerou grandes mudanças para a vida econômica e social da região, como a modernização das técnicas agrícolas. “A legalização da terra permitiu aos colonos conseguirem financiamentos e ampliarem sua produção.”¹⁹¹

O que nos propusemos responder ao longo da pesquisa refere-se à atuação do Getsop na região, como o grupo atuou regularizando a posse e entregando os títulos de propriedades aos posseiros. As análises documentais contribuíram para se obter o resultado e constatar o que precisávamos para mostrar aos leitores e pesquisadores.

¹⁹⁰ SAQUET, op. cit., 2008, p. 43.

¹⁹¹ LAZIER, op. cit., 1986, p. 94.

Em primeira instância, foi preciso demarcar o território e proteger as fronteiras. O sudoeste ganhou uma porção de terras e demarcou fronteiras disputadas com a Argentina, e com o estado de Santa Catarina, acabou perdendo extensões de território.

Mesmo assim persistiram os meios ilícitos, ou seja, a conquista da terra pela prática da grilagem. Desvios de áreas de domínio público tornaram-se constantes, mesmo estando em fase de ocupação, começando os primeiros focos de violência mais fortes no campo. Migrar constituía-se em uma atração para muitos, era uma promessa que renderia bons lucros. Após anos de luta, conseguiram o direito legal da posse, após o desfecho da Revolta dos Posseiros.

A luta pela terra constitui apenas um aspecto do problema, no entanto, pode ser considerado como o mais importante, por engendrar grandes tensões sociais na sociedade brasileira. Na região existiam terras que favoreciam à agricultura, e que, subsequentemente, foram povoadas pela chegada intensiva de migrantes.

A questão fundiária e a violência dos que faziam prevalecer a vontade de alguns sobre a maioria principiaram o desenrolar de um movimento dos colonos, que se posicionaram contra os desmandos das companhias de terras e contra a conivência do poder público estadual.

Como ocorria em várias outras regiões do Brasil, o colono ao se deslocar para a região adquiria apenas o direito de posse da terra. Isso aconteceu em vista da complicada indefinição jurídica em que as terras estavam envolvidas. Esse cenário favoreceu ao aparecimento de companhias colonizadoras que também se diziam detentoras das terras ocupadas pelos colonos.

A terra era contestada pelos posseiros que desejavam ter a posse legal. As atitudes arbitrárias das companhias levadas pelas ameaças dos jagunços contratados intensificaram a luta pela terra, criando, de outro lado, um movimento de resistência por parte dos colonos, culminando na Revolta dos Posseiros. Depois de lutas, mortes, violências, as companhias imobiliárias foram expulsas dos municípios. Os posseiros, vitoriosos, conseguiram acabar com a farsa dos títulos e reivindicar os verdadeiros e legítimos.

A partir de 1962, o presidente João Goulart criou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop), ligado diretamente à Presidência, concedeu a titulação das terras. O Getsop mediu, demarcou e dividiu os lotes, respeitando a posse de cada colono. O grupo atuou na demarcação e divisão dos lotes para cada colono,

acompanhado pelo Exército, que tinha boa aceitação na região, e durante o levante de outubro manteve uma aparente neutralidade, não se posicionando contra os posseiros.

Buscamos na história da região Sudoeste do Paraná os pontos que desencadearam a Revolta dos Posseiros e entramos em um mundo de luta, de opressão, de violência e, acima de tudo, de união de uma classe que estava sendo subordinada por latifundiários. A luta pela posse e legalidade das terras vai muito além de uma revolta.

Buscamos mostrar a questão dos conflitos que se desencadearam nas terras sudoestinas, os desdobramentos das posses de terra e, por fim, a solução dos litígios. A solução dos litígios da posse das terras veio com o fim da Revolta dos Posseiros em 1957. Os posseiros conseguiram expulsar as companhias imobiliárias, que se utilizavam de títulos falsos e mostraram ao governo estadual e federal sua verdadeira intenção.

Aos governos que estariam para se candidatar não restavam dúvidas dos próximos projetos e leis que deveriam utilizar no sudoeste do Paraná. E foi assim que aconteceu. Em 1962, o Getsop começou a atuar na região para regularizar as demarcações das terras e entregar aos posseiros o título da propriedade.

O primeiro trabalho exercido pelo grupo foi o levantamento de dados dos posseiros e da terra que o mesmo habitava. Após o território mapeado, abria-se o processo e após o posseiro ter efetuado o pagamento ao grupo recebia o título da propriedade. Esse valor que era cobrado pelo grupo, nos fez ir além nas pesquisas.

O valor cobrado dos posseiros, de um órgão criado pelo governo, era, segundo entrevista citada no trabalho, um “valor simbólico”, o qual o gerente do grupo explicou. Esse valor revertia em bens para os posseiros. Durante a atuação do grupo, observou-se que foram ampliadas e reformadas as estradas e construídas escolas.

O grande desejo e anseio dos posseiros estava chegando ao fim. Com a atuação em dez anos de 1962 a 1972, o grupo regularizou as posses de terra e entregou os títulos das propriedades aos posseiros sudoestinos. Ao analisar os títulos de propriedades, podemos perceber como era a realidade vivida pelos moradores da região.

Formavam um grupo, com agricultura familiar, pequenas propriedades e a produção e as plantações agrícolas eram para o consumo próprio das famílias. Pode-se concluir que sim, com todos os itens destacados, que o sudoeste do Paraná foi povoado em um universo de relações de conflitos. Conflitos esses marcados pela ideologia da luta e da ideologia judiciária.

A história regional é bastante ampla e, ao mesmo tempo, nos possibilita uma imensidão de estudos e análises. Temos a necessidade de voltarmos nossa atenção para

o que nos é mais próximo e significativo. A pesquisa histórica é muito viva, presente e dinâmica, traz consigo viveres e dizeres de um povo, de uma região.

O presente estudo não tem pretensão de encerrar-se em si mesmo, mas fica aberto para novas pesquisas, abordagens, contribuições e novos caminhos a serem percorridos. Destacamos ainda que a história é muito viva e, quando estudamos e pesquisamos, estamos pesquisando vidas e histórias de pessoas, que, como nós, lutam pelos seus direitos.

Vale ressaltar que o tema ainda não se esgotou. Em nossa pesquisa poderíamos ter avançado ainda mais nos processos judiciais existentes no Incra, onde o acervo guarda milhares e milhares de dados dos posseiros em busca da titularização das terras. Não adentramos no campo da história oral presente na região.

Conversamos com Deni Lineu Schwartz, que foi gerente do Getsop, reside em Nova Prata do Iguaçu-PR. Não realizamos a entrevista com ele, pois não tínhamos mais tempo viável para o portal da Plataforma Brasil aprovar. Em vista dos argumentos apresentados, podemos destacar que a história revive com o passar dos tempos e é responsável, juntamente com seus pesquisadores, de problematizar os conteúdos e marcos históricos.

É de extrema importância mencionar que os processos judiciais retratam os conflitos entre colonos, posseiros, arrendatários e grileiros, que neste estudo não foram contemplados. Os motivos desses conflitos vão desde uma discussão sobre os limites de determinada colônia, desentendimentos ocorridos, questões étnicas e religiosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABATTI, Alexandre. O sudoeste do Paraná: a construção da identidade dos pequenos agricultores através do Getsop e Assesoar. In: BONAMIGO, C. A. (Org.). *História e região: os 100 anos do sudoeste do Paraná e do oeste de Santa Catarina*. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2016. p. 58.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - USP, São Paulo, 1981. p. 24.
- ABREU, Alcioly Terezinha Gruber de. *A posse da terra: modernização agropecuária de Guarapuava*. Curitiba: BPP, 1986. p. 110.
- AMADOR, Milton C. P. Guerra do Contestado: marca o fim e o início de modelos de desenvolvimento na região Oeste catarinense. *Cadernos do CEOM – Espaço de memória: abordagens e práticas*. São Leopoldo - RS: Unisinos, ano 22, n. 31, p. 498-507.
- BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. *A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense*. Curitiba, 2007. 207 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p. 104.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2004. p. 31.
- BATTISTI, E. *Agricultura familiar e cidadania: os embates da Assesoar*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003. p. 30.
- BONETI, Lindomar Wessler. A exclusão social dos caboclos do sudoeste do Paraná. In: ZARTH, Paulo (Org.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Unijuí, 1998. p. 81-119.
- BORGES, Paulo Torminn. *Institutos básicos do direito agrário*. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 63.
- BRISKIEVICZ, M. A organização territorial do sudoeste paranaense a partir da inserção dos migrantes. *Sociedade e Território*, Natal, v. 22, n. 2, p. 19-36, jul./dez. 2010.
- CASTRO, Iná Elias de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. 2. ed. São Paulo: Huditec, 1994. p. 63.
- COLNAGHI, Maria Cristina. *Colonos e poder, a luta pela terra no sudoeste do Paraná*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1984. p. 25.

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995, p. 56.
DEMÉTRIO, Nelson. *Doutrina e prática do direito agrário*. 2. ed. Campinas: Julex, 1987. p. 36.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 275.

FERES, João B. *Propriedade da terra: opressão e miséria; o meio rural na história social do Brasil*. Nijmegen/Holanda: Cedla, 1990, p. 409.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 43.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 54.

GOLIN, Tau. *A fronteira*. Introdução: a fronteira como centralidade entre a região e a nação. Porto Alegre: L&PM, 2002. v. 1. p. 14.

GOMES, Ângela Mari de Castro. *O Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964)*; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 195.

GOMES, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar, 1986, p. 19.

GREGORY, Valdir. *Capitalismo, latifúndio, migrações: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul-zona norte e região do Grande de Santa Rosa*. Dissertação (Dissertação em História) - PUC. Porto Alegre, 1988. p. 192.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 156.

HEINSFELD, Adelar. *A Questão de Palmas entre o Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no vale do Rio do Peixe/SC*. Joaçaba: Unoesc, 1996. cap. II. p. 35-58.

JORNAL DE BELTRÃO. Francisco Beltrão: o tempo da revolta, 10.10.2007.

LARANJEIRA, Raymundo. *Propedêutica do direito agrário*. São Paulo: Ltr, 1975. p. 58.

LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse da terra no estado paranaense*. 2. ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1997. p. 91-92.

LAZIER, Hermógenes. *Sudoeste do Paraná: região jovem, mas rica de acontecimentos*. 2. ed. Francisco Beltrão: Assesoar, [s. d.]. (Coleção Cadernos do Paraná, 1).

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1986. p. 57.

- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986. p. 84.
- LOPES, Sérgio. *O território do Iguaçu no contexto da “marcha para oeste”*. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 26.
- MACHADO, Ironita P. *Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul 1890-1930*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012. p. 207.
- MAGALHÃES, Marisa Valle. *O Paraná e as migrações – 1940 a 1991*. Dissertação (Mestrado) - UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 1996. p. 5.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 154.
- MARTINS, Rubens da Silva. *Entre jagunços e posseiros*. Curitiba: [s/ed.], 1986, p. 43.
- MONDARDO, Marcos L. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 103-131, jan./jun. 2011.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. “Grilagem como legado”. In: MOTTA, Márcia; PIÑERO, Théo Lobarinhas (Org.). *Voluntariado e universo rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p. 79. (Col. Herança, 1).
- MOURE, Telmo. *A inserção da economia imigrante na economia gaúcha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 113.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: Seed, 2001. p. 79.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local no Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002. p. 89.
- NIEDERAUER, Onde. Plano de colonização. Os novos caminhos: Paraná terá novo perfil com ações de transportes. *Direção - o Paraná no rumo certo*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 64 e 189, abr. 1997. (Relato - mimeografado).
- OPTIZ, Silvia C. B. *Curso completo de direito agrário*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 155.
- ORTIZ, Renata Baum. A presença indígena na constituição da identidade brasileira. In: *IX Semana de Letras*. Letras: Cultura e Diferença. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. p. 157.
- PARANÁ. *Relatório do presidente da província do Paraná Zacarias de Góes e Vasconcellos*. Curitiba: Typ. Paranaense, 1854. p. 65-66.

- PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. *50 anos revolta dos posseiros: resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente*. Curitiba: Seec, 2007. p. 76.
- PEGORARO, Ivo. O chefe do Getsop que titulou as terras. *Jornal de Beltrão*, Francisco Beltrão, p. 2, 26 maio 2013.
- PERSAGRI II. *Relatório final extremo-oeste paranaense*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Fundação Getúlio Vargas, 1981. p. 87.
- PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 48.
- PRIORI, Angelo et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012. p. 81.
- RIBEIRO, Sarah I. G. T. Fronteiras e espacialidade: o caso guarani no oeste do Paraná. *Varia Scientia - Revista multidisciplinar da Unioeste*, Cascavel: Edunioeste, ano 1, n. 1, p. 18, 2005.
- SANTOS, C. R. A. dos. *A história da alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. p. 68.
- SANTOS, José Vicente Tavares do. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978. p. 150.
- SANTOS, Roseli A. *O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná*. Presidente Prudente - SP, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2008. p. 48.
- SCARPIM, Fábio Augusto. A imigração italiana no Paraná no olhar de viajantes italianos. *Áskesis*, v. 6, n. 2, p. 8-23, jul./dez. 2017.
- SCHMITZ, Nilza M. Hoinatz. *Povoamento, trabalho e luta: a questão da terra no sudoeste do Paraná 1943-1962*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, 2005. p. 112.
- SEABRA, Miguel P. C. S. *O conceito de fronteira: uma abordagem multifacetada*. Trabalho de investigação individual do curso de Estado-Maior Conjunto. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, 2012.
- SERRA, Elpídio. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. 1991. 202 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Unesp, Rio Claro, 1991. p. 43.

SILVA, Anita Izabel de Mello da. *A posse da terra e os lugares de memória*: Francisco Beltrão - 1969-2007 Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. p. 81.

^SINGER, Paul. *Dinâmica populacional e desenvolvimento*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 32.

STECA, Lucinéia Cunha. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: Ed. da UEL, 2008.

TEDESCO, João Carlos. *Passado, presente e interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Sulinami Letra & Vida, 2011. p. 11.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. *Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)*. Porto Alegre: Estedições, 2007. v. 1. p. 17.

TOMASI, Nelson Dacio. *Norte do Paraná: história e fantasmagorias*. 1987, f. 342. Tese (Doutorado em História) - UFPR, Curitiba, 1987. p. 181-182.

VAN DER BRUG, Carmen. *Terra, luta e lar*. Curitiba - PR: inVerso, 2015. p. 38.

VANINI, Ismael Antonio. A ocupação da (RCI) região colonial italiana do Rio Grande do Sul e as correntes migratórias para o oeste catarinense e o sudoeste do Paraná. In: BONAMIGO, Carlos A.; SCHNEIDER, Claídes (Org.). *Revisitando a história: a revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007. p. 11-35.

VAZ, Raul. *Moisés Lupion - a verdade*. Curitiba: Paratodos, 1986. p. 31.

VERONESE, Claudino D. *O papel pedagógico da Assesoar no apoio à estruturação da cidadania dos ex-posseiros do sudoeste do Paraná*. 1998. 244 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Ijuí, Ijuí, 1998. p. 72.

VOLTOLINI, Sittilo. *Retorno 2: Pato Branco na revolta dos posseiros de 1957*. Pato Branco: Fatex, 2003. p. 141.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Vicentina, 1987. p. 99.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. p. 67.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do Planalto gaúcho 1850-1920*. Ijuí: Unijuí, 1997. p. 20.

ANEXOS

Anexo nº 1: Leis em torno dos lotes de terras concedidos aos posseiros pela Cango. Os quais não podiam ser vendidos, hipotecados, arrendados, permutados ou alienados de qualquer modo, direta o indiretamente, antes decorridos dez anos da expedição do título definido.

- C Ó P I A -

PARECER PP 289/56

PROCESSO Nº 14331/56

Ementa: Lei nº 2.932, de 31.10.56.
Sua não incidência relativamente aos lotes concedidos anteriormente a sua promulgação. Irretroatividade. Direi to adquirido. Ato jurídico perfeito.

Snr. Procurador Geral:

1 - Ao que se vê do ofício de fls. 1 e 1 verso, o Snr. Chefe da Divisão Patrimonial, com o cuidado de sempre, procura esclarecer-se sobre assunto de evidente relevância, qual seja a amplitude de incidência da Lei n. 2.932, de 31.10.56, que dispôs serem inalienáveis, durante 10 anos, os lotes concedidos para fins de colonização.

2-

Segundo prescreve a lei citada

"Art. 1º - Os lotes de terra referidos pelos Decretos leis ns. 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, 4.504, de 22 de julho de 1942, 6.117, de 16 de dezembro de 1943, e 9.760, de 5 de setembro de 1946, bem como quaisquer outros que sejam concedidos para colonização, não poderão ser vendidos, hipotecados, arrendados, permutados ou alienados de qualquer modo, direta ou indiretamente, antes de decorridos 10 (dez) anos da expedição do título definitivo.
Parágrafo único- O título concedido será considerado automaticamente caduco e nulo de pleno direito, no caso de ser modificado o objetivo da concessão".

Ora, ocorre, que, à data em que sobreveio a lei referida, inúmeros lotes de terras situados em núcleos coloniais já haviam sido concedidos ou prometidos à venda, seja pela

extinta D.T.C., seja pelo INIC, sem a imposição da inalienabilidade temporária que a Lei n. 2.932 menciona, embora com outras, constantes da legislação vigente à data da concessão.

Das dúvidas manifestadas pelo Snr. Chefe da Divisão Patrimonial, e que se resumem, em última análise, em saber se a lei nova se aplica, ou não, às concessões pretéritas, já consumadas ou já prometidas.

3 - A nosso ver, impõe-se a resposta negativa, pois, de outro modo, ferido estaria o princípio constitucional que determina sejam respeitados o direito adquirido e o ato jurídico perfeito (Const. Federal, art. 143, § 3º).

A incidência da Lei n. 2.932, de 31.10.56, às concessões celebradas anteriormente, sob o império de legislação menos rigorosa, importaria, como é bem de ver, em aplicação retroativa da lei nova a feriria situações jurídicas já definitivamente constituídas.

Como bem observa PONTE DE MIRANDA, "o efeito retroativo, que invade o passado, usurpa o domínio da lei que já incidiu; é um efeito de hoje riscando, cancelando, o efeito pretérito". E, como acentua pouco adiante, "os efeitos produzidos antes de entrar em vigor a nova lei não podem por ela ser atingidos; dar-se-ia a retroatividade" (Coments. à Constituição de 1946, v. IV, ps. 122/123).

4 - No caso vertente, ao surgir a lei nova - repetimos - inúmeros lotes já haviam sido concedidos, anterior e posteriormente à criação do INIC. E concedidos mediante contratos que subordinavam a concessão aos preceitos da lei no momento em vigor: Dec.-Lei n. 2.009, de 9.2.40; Dec.-Lei n. 3.059, de 14.2.51; Dec.-Lei n. 6.117, de 16.12.45; Dec.-Lei n. 9.760, de 5.9.46; et passim. Tais preceitos constituíam, por assim dizer, as condições dos contratos celebrados. As condições, e condições únicas, a serem obedecidas pelas partes.

Impor, por conseguinte, às concessões assim feitas condições novas, e in pejus, como, v. g., a inalienabilidade temporária que a nova lei prescreve - seria alterar unilateralmente, e com efeito retro-operante, o ajuste.

Ora, como de há muito proclamou o Egrégio Supremo Tribunal Federal,

"A lei nova não pode ser aplicada às estipulações de um contrato consumado no regime do direito anterior, pois quando as partes o celebraram, sob o império de uma lei, se apropriaram dos princípios desta, os quais entram como elementos essenciais do mesmo contrato. As obrigações são reguladas em sua formação, em seus efeitos e em sua extinção pela lei sob cujo domínio foram constituídas" (Ac. de 22.6.28, no Arg. Judiciário, v. IX, p. 349).

É pacífico, também, na doutrina, que as obrigações e os contratos são governados, no seu nascimento, efeitos e extinção pela lei sob cujo império foram constituídos.

"La loi ancienne" - salientam PLANIOL, RIPPERT E ESMEIN - "fait donc désormais partie du contrat et elle s'applique comme stipulation implicite des parties alors même qu'elle s'est trouvée abrangée par une loi nouvelle" (Traité de Droit Civil, VI Partie, I, n. 28, p. 34).

Ou, como com precisão sintetisa BENTO DE FARIA, invocando as lições de ROUBIER (Les conflits de lois dans le temps, p. 574 e segs.), de HUC (Traité, v. I, n. 72), de PLANIOL, (Droit Civil, v. I, n. 926), de LAURENT (Principes, v. I, n. 204) e de RÉVERAND, (De la non rétroactivité des lois, p. 78),

"Relativamente aos contratos domina o princípio geral que sujeita a sua validade e efeitos a lei vigente no momento da respectiva formação, não podendo ficar sujeito a invalidação retroativa.

Sem retroatividade, não poderia, pois, a lei nova anular ou modificar as suas cláusulas expressas" (Aplicação e Retroatividade da Lei, ed. 1934, n. 57, p. 107).

Esse, também, o entender de OROSIMBO NONATO (Voto, como relator, no rec. extr. n. 19.217, no "Diário da Justiça" de 22.6.53, p. 1.717) ao lembrar, a propósito do problema, o ensi

Pag. 4

namento de FAGELLA: "Un principio fondamentale domina il diritto transitório in tema di obbligazioni e di contratti: - la legge che li regola è quella del tempo in cui sorgono.

In stipulationibus id tempus spectatur quo contrahimus. Isso riguarda tanto la forma, quanto il contenuto e gli effetti" (in Corso, de BIANCHI, v. I. p. 750).

5 - Aplicados tais princípios ao caso vertente, de logo se vê que jurídicamente inadmissível será fazer-se incidir a inalienabilidade preconizada pela Lei n. 2.932 às concessões anteriores. Tal aplicação retroativa feriria o ato jurídico perfeito, violaria direitos adquiridos e atingiria situações já definitivamente constituídas. Seria, pois, inconstitucional.

6 - No que diz respeito, porém, às concessões feitas após 31 de outubro de 1956 (data da lei nova) a inalienabilidade decenal incide, pois, em tal caso, a lei estará sendo aplicada normalmente, isto é, com projeção para o futuro.

A lei em si nada tem de inconstitucional. Inconstitucional seria a sua aplicação retroativa, como frisamos acima.

7 - À margem da Lei n. 2.932, várias observações poderiam ser feitas.

Da leitura de seus diversos dispositivos vê-se, por exemplo, que a mesma deve ter surgido no Congresso, como Projeto, antes do outro Projeto, que criava o INIC.

Só assim se poderá entender a falta de alusão ao Instituto e a referência, que o art. 2º faz, ao Ministério da Agricultura, como se a este, e não àquele, estivessem afetas as questões, e mesmo toda a política colonizadora do país.

Por outro lado, a própria inalienabilidade que a Lei prescreve contraria, de certo modo, o princípio adotado pela Lei n. 2.163, de 5.1.54, que conferiu ao INIC a missão de "traçar e executar, direta e indiretamente, o programa nacional de colonização, tendo em vista a fixação de imigrantes e o maior acesso aos nacionais da pequena propriedade agrícola" (art. 3º, letra c).

Além disso, com evidente falta de técnica, fa

Pág. 5

la o art. 2º em domínio útil dos lotes, como se nas concessões só o domínio útil fosse delas objeto.

Finalmente, adotando solução evidentemente mais complexa que a anteriormente seguida, manda o § 1º do art. 2º se proceda "na forma estabelecida para as heranças jacentes" quanto ao "domínio útil" dos lotes concedidos a colonos que falecerem sem deixar herdeiros ou legatários. E - o que é pior - determina que essa arrecadação como herança jacente seja feita "até que a situação jurídica dos mesmos (lotes) fique esclarecida"...

8 - Como quer que seja, o fato é que a lei - inconveniente ou não - precisa ser obedecida, na medida da sua constitucionalidade.

Assim, às diversas questões formuladas pelo Snr. Chefe da Divisão Patrimonial, somos de parecer se responda:

- 1º) que a lei n. 2.932 só se aplica as concessões feitas posteriormente a 31.10.56;
- 2º) que a inalienabilidade prescrita pela Lei n. 2.932 não pode ser dispensada por ato de qualquer dos órgãos do INIC, pois somente lei nova terá força para isso;
- 3º) que, em se tratando de lotes pertencentes a colonos falecidos, a sua transferência a terceiros deverá ser pelo menos referendada pelo Snr. Ministro da Agricultura; e, finalmente,
- 4º) que as expressões "Título definitivo" e "escritura de compra e venda" são equivalentes;

9 - Quanto à segunda parte da consulta, entendemos que o "Térmo de imissão de posse" equivale ao "contrato de promessa de compra e venda", sendo, pois, indiferente que se continue a expedir este por aquele. O que importa é que dos "Termos" ou das "Escrituras de promessa", bem como das escrituras definitivas novas, referentes a ajustes já celebrados na vigência da lei n. 2.932, fique constando a inalienabilidade temporária a que a

dita lei faz referência.

É este o nosso parecer.

S. M. J.

a) Luiz Antônio do Andrade
Procurador

Em 2.2.957

LAA/ot

AO.

CONFERE COM O ORIGINAL

Alba de Oliveira

INIC- 14331/56

Anexo nº 2: Reportagem do *Jornal de Beltrão* em 2007, ano em que foi comemorado o cinquentenário da Revolta dos Posses, também relembra a tocaia do km 17, em Capanema - PR.

Geral

Sexta-feira, 14.9.2007 JORNAL DE BELTRÃO 7

NO TEMPO DA REVOLTA 53

Há exatos 50 anos, a Tocaia do Km 17

A dúvida: morreram sete ou seis pessoas?

Exatos 50 anos atrás, dia 14 de setembro de 1957, aconteceu a Tocaia do Km 17 que no cinquentenário recebeu um monumento de sete cruzes, no atual município de Franchita. Naquela época, a revista Manchete publicou reportagem de Carlos Lemos e fotos de Francisco Kava com o título "Paraná Pioneirismo calibre 38", em oito páginas. Sobre a Tocaia do Km 17, o texto da Manchete é o seguinte:

Lugar Bonito para a morte

No dia 14 de setembro, o mais sangrento episódio da luta entre colonos e companhias de terra: sete mortos numa camioneta, dois feridos e quatro desaparecidos, além de uma mulher que fugiu.

A camioneta, da Colonizadora Apucarana, seguia de Santo Antônio para Capanema. No quilômetro 17, dois tiros de aviso foram ouvidos. Quem nos conta é um dos sobreviventes, o colono Arduíno Cavalli, que ficou ferido.

- Uns 50 metros depois, quando vimos, era só bala que cantava. Eu vinha em cima na carroceria, me joguei no fundo do carro, e meus braços caíram por cima de mim. Me foguei de morte também. Quando o tiroteio acabou, um dos assaltantes mandou passar-nos revista, para ver se tínhamos armas. Ovi quando um disse que, junto, havia matado o pai. Quería levar o cadáver para o outro não deixou. Quando se afastaram um pouco, puli do carro e me escondi no mato. Depois voltaram. Escutei dizer: "Um já desapareceu". Me arrastando, fui pelo mato, até o quilômetro 35, à procura de socorro.

O ataque foi pelo lado esquerdo da camioneta, numa reta de seus 100 metros, onde as perobeiras apertam a estrada. O lugar é bonito. A trincheira usada pelos colonos é uma peroba derrubada, com três metros de diâmetro e 12 de comprimento. No lado da camioneta, contamos 58 tiros marcados.

A bagagem e a mercadoria foram roubadas. Os documentos rasgados. As malas, cortadas e espalhadas pela estrada. No chão, ficaram sete mortos: João Brandioli Filho, motorista da camioneta, empregado da Apucarana; Pedro Alves de Oliveira, empregado do Departamento de Estradas de Rodagem; Geraldo de Tal, empregado da Apucarana; Antônio Vargas, agricultor; Norberto Chuster, hoteleiro em Pérola D'Oeste; Paulo Ambró, agricultor e um desconhecido. Os que não são funcionários da companhia eram "caronas", que aproveitavam a condução. Arduíno Cavalli e um outro saíram feridos. Quatro passageiros desapareceram fugidos. Uma mulher, que viajava de "carona", foi poupada pelos assaltantes.

Após, 30 anos depois: morreram 7 ou 6?

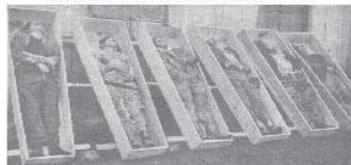
Passados 30 anos, em outubro de 1957, Arduíno Ca-



Em 1987, Arduíno Cavalli mostrava que no local da tocaia de 57 havia somente lavouras. E agora, em 2007, o monumento foi construído em frente à sede da comunidade do Km 16 (foto abaixo).



Segundo o registro da Manchete, as sete cruzes se devem a João Brandioli Filho, Pedro Alves de Oliveira, Geraldo de Tal, Antônio Vargas, Norberto Chuster, Paulo Ambrós e um desconhecido.



É preciso ver se o tal "desconhecido" existiu ou se se tratava de Arduíno Cavalli, que no primeiro momento apareceu como morto mas depois que os colonos acabaram de matar mais um e saíram, fugiu. É importante observar que tanto a foto publicada pela revista O Cruzeiro como a Manchete mostram somente seis caixões e não sete.

valli (9.3.29 a 26.11.96) continuava morando próximo ao local da tocaia. Entrevistado por Ivo Pegoraro, ele afirmou que havia contado em 1957 e acrescentou mais informações sobre os chumbos que ele continuava carregando no corpo; e que uma das vítimas foi morta à queimadura, sobre a camioneta. E por pouco ele não foi morto também.

"Eu disse pra mulher: vou na chácara buscar verdura, tinha umas alfaces bonitas e ver como está por lá. Ela não quis que eu fosse. Não sei, parece que estava adivinhando. Mas eu disse: eu vou, não tenho o que fazer mesmo. cheguei na rodovisária, que era junto com o hotel. Quem cuidava era o pai do Sadi Gobi. Perguntei pelo ônibus, me respondeu que fazia dias que não passava mais. Ele bem sabia, mas não pôde se abrir porque o hotel estava cheio de jagunços, por isso não pôde me avisar, eu me dava muito com ele. "Mas espere um pouquinho - me disse - que sem demora vem a camioneta da firma, pode pegar carona que não tem problema e não lhe custa nada."

peessoa viva, se alguém bota a mão, dá sinal que é viva. Fiquei escutando a conversa deles.

Na hora da revista, mataram mais um. Ele quis se levantar, pra pedir que não matassem, né, que ele era colono. Mas aquilo foi a pior viagem, mataram na hora, com um tiro no ouvido, que eu vi, na hora que sai da camioneta, ele estava com o ouvido todo estufado. Dos que estavam em cima comigo, eu só conhecia um tal de Paulão. Era o Paulo Dambros, aquele que o filho, Oscar, ajudou a matar. Na hora da revista, mataram mais um. Ele quis se levantar, pra pedir que não matassem, né, que ele era colono. Mas aquilo foi a pior viagem, mataram na hora, com um tiro no ouvido, que eu vi, na hora que sai da camioneta, ele estava com o ouvido todo estufado. Dos que estavam em cima comigo, eu só conhecia um tal de Paulão. Era o Paulo Dambros, aquele que o filho, Oscar, ajudou a matar.

Eu acho que o primeiro tiro segurou o motorista, porque a camioneta chegou. O dr. cini (médico) que me tratou depois no hospital de Franchita, disse que o motorista pegou dois rolamentos, nem era chumbo nem bala, era rolamento. Um no pescoço e outro na testa.

De repente, os colonos da revista foram se retirando, todos meio assustados. Vamos correr, porque aconteceu isso, aconteceu aquilo. Eu olhei em roda. Não vi ninguém, digo agora tá na hora de puxar uma terrinha (risos). Pulei por cima dos mortos. Quando entrei no mato, ouvi o rondo de um carro que estava chegando. Era o ônibus, a Rainha do Sertão, que é a Unesul de hoje. Já acharam falta de um. "Como, tinha sete caixões aqui em cima, agora tem só seis. Um fugiu e deixou aqui o chineló." E eu escutando, no mato, logo fora da estrada. De pé no chão porque, de fato, deixei lá o chineló. Fiquei lá amotado, escutando a conversa deles. Ai alinhou, tinha o Picadão do Prestes, que, diziam, saía lá embaixo, no Serto de Consolândia. Eles alinharam por ali e se sumiram.

Daf eu continuei caminhando, costeando a estrada, fui sair numa serraria, mil metros adiante. O braço doía e corria sangue que era uma bica. A perna estava cheia de chumbo, tinha uns na cabeça também (sob a pele), mas o que mais doía era o braço. Tinha um acampamento de um funcionário do DER. Ele não estava, foi preso num combate dos colonos, a mulher dele perguntou: "Aonde é que vai indo desse jeito?" "Vou indo pra Franchita." "De a pé?" "É, de a pé." "Mas não, mas fica aí, porque não sei o que, porque vem gente lá de Franchita, porque o ônibus foi pra lá, levou notícia." "Tá bom, eu fico."

Tava chovendo, me deu lá um banquinho de três pés. E já me deu sede. Pedi: "Me dá um copo de água." "Não, não vai tomar água agora, o sangue não pára de correr." Tudo bem. Ele encheu o chinarro, tomamos uma cuia, foi aliviando. Até que veio um jipe carregado de policiais. Me levaram pro hospital.

"A viúva de Arduíno, dona Leonilda Cavalli, reside em Pérola D'Oeste. Na reportagem de amanhã ela fala sobre o episódio e a vida de seu marido."

PIZZARIA BRASILEANA

Jantar com bela visão do Parque Alvorada



O local também possui mesas ao ar livre; uma boa opção para as noites de verão.

Cristiano Zeponi Nunes inaugurou no último dia 6, em frente ao Parque Alvorada, a Pizzaria e Petiscaria Brasileira. Além da qualidade das pizzas e porções, o restaurante oferece uma bela visão do lago do parque. A nova direção está trazendo também muitas novidades aos clientes. Além de receber pedidos pelo telefone, a Brasileira disponibiliza seu e-mail para que as pessoas possam solicitar pizzas ou porções através do MSN "brasileana_pizzaria@hotmail.com". Enquanto isso, a página do restaurante está sendo criada para que os consumidores também possam acessar o site e através dele fazer reservas e pedidos.

O local oferece 54 tipos de pizzas, sendo 44 salgadas e 10 doces, aproximadamente 12 tipos de porções e bebidas em geral. O pizzaiolo Antônio Junior, especializado no ramo, veio de Florianópolis para trabalhar em Francisco Beltrão. Segundo Cristiano Zeponi, a empresa preza pela qualidade e pelo atendimento. "As pessoas que já vieram conhecer a pizzaria voltaram. As pizzas e porções são muito boas e o ponto é excelente, um lugar calmo e sossegado que proporciona tranquilidade aos clientes". A Brasileira atende de terça-feira a domingo, a partir das 17 horas.

Agradecimento e convite para missa de 7º dia de Adolfina Scheid



14-2-1926 +11-9-2007

A família Scheid, ainda consolmada com o falecimento de Adolfina Scheid, agradece a todos que os confortaram. Policlínica São Vicente de Paula, em especial ao Dr. Dalberto Dascalor, Pe. Lizandro, parentes e amigos. A família convida para a missa de 7º dia a ser celebrada neste domingo, 16-9, às 19h, na Catedral Nossa Senhora da Glória.

Mãe, você deixou no coração de cada um de nós uma lembrança viva e uma afeição que jamais se extinguirá. Saudades de sua família.

Sequência

Resposta de link

Exercícios

agilidade

Exercícios

Pronto, pronta, personalizada

Funcionários treinados

Depósito para arrendamento

Transleve

14. 02. 2007

Representamos as empresas de logística e frete

(48) 9524-1038

transleve@transleve.com.br

www.transleve.com.br

Segurança de porta a porta.

Anexo nº 3: Título de regularização das terras pelo Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop).

Fol. 2

Folho N. 10.-

Pág. N. 29.-

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESTADO DE PARANÁ

COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO

REGISTRO DE IMÓVEIS

OTAVIANO TEIXEIRA DOS SANTOS.-
Oficial do Registro de Imóveis

CERTIFICO que a fls. 13.- do livro n.º 3-C.- foi registrado... hoje sob n.º de ordem 2.110.-

TÍTULO DE PROPRIEDADE.- do imóvel-CONSTA do lote de terras sob nº 23, situado na Gléba 3-F.B. do Núcleo Francisco Beltrão, da Colônia Missões, dêste Município e Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, contendo a área de cento e cinquenta mil metros quadrados (150.000ms2.), com os limites e confrontações seguintes:-

NORDESTE: Pelo Rio Urutago, confronta com o lote nº 68 da mesma gléba.-

SULESTE: Por linhas sêcas, confronta com os lotes nºs. 23 e 25 da mesma gléba.-

SUDOESTE: Por linhas sêcas sucessivas, confronta com os lotes nºs. 22 e 23-A da mesma gléba.-

OESTE: Por linhas sêcas confronta com o perímetro urbano de Francisco Beltrão.-

NOROESTE: Por linha sêca, confronta com o lote nº 70 e pelo Rio Urutago, confronta com o lote nº 69 da mesma gléba.-

Registro anterior sob nº de ordem 64, às fls. 61/62 do Livro nº 4 dêste Ofício.-

ADQUIRENTE: MAXIMILIANO PRIMO ZANCAN.-

TRANSMITENTE: O GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ - G.E.T.S.O.P.-

***TÍTULO DE TRANSMISSÃO:** Compra e venda.-

FORMA DO TÍTULO: O Título de Propriedade de 18 de Outubro de 1.965, expedido pelos senhores Ten. Cel. ADHEMAR C. MACHADO e ACACIO PEREIRA, respectivamente Presidente e Secretário do GETSOP.-

VALOR: CR\$ 60.000 (Sessenta mil cruzeiros).-

CONDIÇÕES: As constantes do Título.-

EU, *Arce Lino Real Lou...*, OFICIAL MAIOR do Registro Geral de Imóveis dêsta Comarca que, a dactilografei, sbscreví, dato e assino.-

O referido é verdade e dou fé.-

Francisco Beltrão, 03 de novembro de 1.965.-

Arce Lino Real Lou... OFICIAL MAIOR.-

ARCELINO LEAL SANTOS
OFICIAL MAIOR
REGISTRO DE IMÓVEIS
FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ

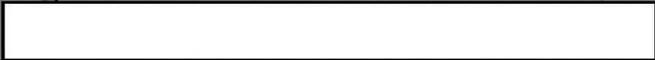
ESTADO DO PARANÁ
IMPÓSITO DE SÉLO
CR\$ 10.00

Anexo nº 4: Processo judicial de um posseiro (nome resguardado) encontrado no Inca - Francisco Beltrão, PR. O mesmo consta com os dados expostos no decorrer desta pesquisa.

a)

EXMO. SR. PRESIDENTE DO GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ (GETSOP)

Deferido nos termos das Portarias 8 e 9/71, ao preço de R\$ 20,00 (vinte eugreiros) o ha.
Em 8 fev 73
Domingal
Presidente.



abaixo assinado, ocupante do Lote n.º 74 da Gleba n.º 16-P.O. do Núcleo P.O. com 13,50 ha, da Colônia Perola Doeste, situada no Município de Perola Doeste, vem respeitosamente por intermédio de V. Excia, requerer ao Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, por compra, o referido imóvel, para que, depois de pagos os emolumentos devidos, lhe seja expedido o título de domínio em seu próprio nome.

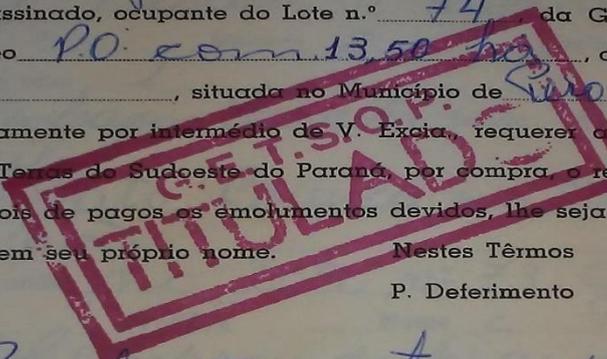
Nestes Termos
P. Deferimento

Perola Doeste, 25/01/73





o bert. cas. n.º 1563 de P. Doeste





b)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ
GETSOP

M-32

RELATÓRIO DE VISTORIA

Gleba 16-P.O. Lote N.º 74

Núcleo: P.O. Área 13,50 Ha- Alq.

Município Paraná Oeste Localidade Linha Fabian

Ocupante: Idade: 44 anos

Estado civil: solteiro Esposa(o):- =

Documento de identidade: bert. nasc. nº 1563 P. Oeste. P.

Filiação:

Filhos: 0 = Maiores = Menores =

Residem sob o mesmo teto: 1

Natural do município de: fazenda Vermelha Estado Rio g. sul

País Brasil

Procede do município: Pato Branco Estado Paraná

Mora na posse: na

Caso negativo, onde reside: no lote nº 73 gleba 16-P.O.

Mantém agregado: na Nome c

Como entrou na terra: compra de Francisco Fabian

Documento de posse: Declaração

Emitido por: Francisco Fabian

Tempo de ocupação: 6 meses

Possue outro(s) lote(s) sim Quantos: 1 lote nº 73 gleba 16-P.O. Local

Benfeitorias: =

Pomar: =

Plantações, (Área cultivada): milho, mandioca e soja 1/2 alq

Área gramada: =

Área com florestas: 3 alq

Área com pinhal: na N.º de árvores <

Os pinheiros pertencem a terceiros: =

Quem: =

Animais:

a) Suínos = b) Bovinos =

c) Equinos = d) Aves =

Veículos: =

(Vide Verso)

c)

Croquis: constando confrontantes, águas e estradas:

Ciente sobre as especificações do lote e condições para require-lo:
Em 25, 01, 73

Possêiro

Funcionário

Visto

Confere:

Eng. Chefe do GETSOP/FB

Demais Observações: O possêiro declarou que sabe o m² do lote antigo e que o mesmo nunca foi pelo Estado ou D.G.T.C.

ESCRITURA

N.º do Lote N.º da Gleba

Título da Propriedade:

Registro de Imóveis:

Transmitente:

Valôr:

TÍTULO

N.º do Lote N.º da Gleba

Título da Propriedade:

Registro de Imóveis:

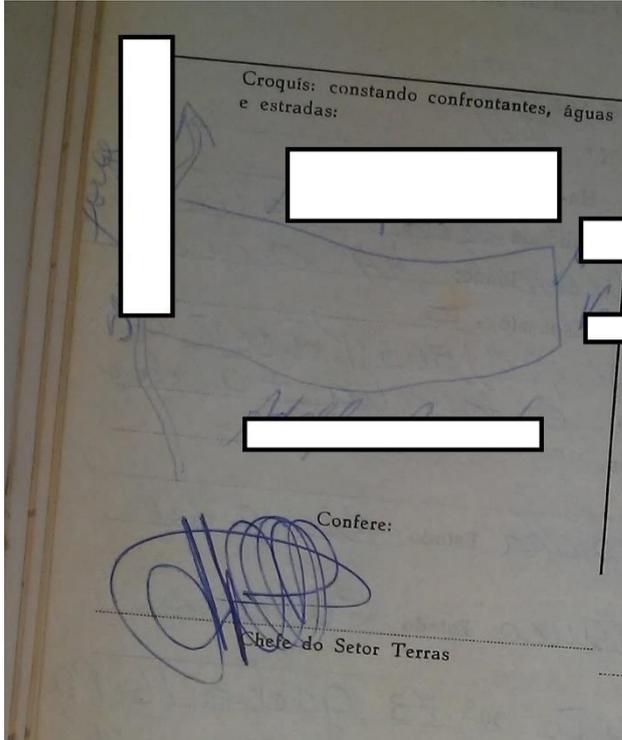
Transmitente:

Valôr - Total:

Já pago:

Saldo devedor:

Requerido ao D.G.T.C?



d)

Eu, abaixo assinado, [redacted], brasileiro, solteiro, agricultor, casado, residente e domiciliado em / BELA VISTA, Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, DECLARO para fins de direitos que nesta ato desisto do lote // de terras rural sob nº16-PO, digo Lote nº74, da Gleba/ 16-PO, do GETSOP, em favor de ANGELO FABIAN, brasileiro, casado, agricultor, capaz, residente e domiciliado em / Pérola D'Oeste-PR., podendo requerer em seu proprio nome bem como legalizar e tudo mais, livre de prestação de contas que pelo presente lhe dou plena e geral quitação.

E por ser verdade, mandado datilografar o presente e mandado reconhecer a firma em cartório local.
BELA VISTA 06 de julho de 1972.

Reconhecida

[redacted]

[redacted]

Como Reconhecida

[redacted]

[redacted]

Reconheço a firma e o nome de

[redacted]

do que dou fé.

Bela Vista, 06 de julho de 1972

Em teste da verdade

[Signature]

TABELIÃO



e)


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ
GETSOP

M-9

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO N.º 198/73

Conforme vistoria anexas, constatou-se que o Sr.

mantém cultura efetiva e ~~usada~~ ~~habitada~~ no lote n.º 74 da Gleba 16-PO. do município de Pérola D'Oeste

Opinamos pelo deferimento ao preço de Cr\$ 20.00 por Ha

Francisco Beltrão, 31 de Janeiro de 1973

AS. 

Chefe do GETSOP/EB

G.E.T.S.O.P.
Anotado em Cadastro
Em 6 / 2 / 73

FÓRMA DE PAGAMENTO - PORTARIAS 8-9/73

13.50 Ha. (M2) á Cr\$ 20,00 Cr\$ 270,00

150 dias Cr\$ _____ 120 dias Cr\$ _____

90 dias Cr\$ _____ 60 dias Cr\$ 162,00

COMUNICADO Nº 41 — Em 14 / 2 / 73


AUXILIAR

108,00

NADA SE ESCREVERÁ NESTA MARGEM

NADA SE ESCREVERÁ NESTA MARGEM

f)

GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ
GETSOP

GUIA DE PAGAMENTO - Série "A" n.º 0251/73

Referente à Taxa de Regularização de posse de terras a ser recolhida ao BANCO DO PARANÁ S/A - Agência de FRANCISCO BELTRÃO, pelo Senhor: [Redacted]

(NOME COMPLETO)

Despacho n.º 41/73 Data Aprovação 28 / 2 / 19 73 N.º Prot. 390/73
 n.º 74 GL/Q 16/po. Patrimônio [Redacted] Área 13,50/Ha.
 Lote [Redacted] po. Colonia missões

A crédito de: Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) - Conta: "Venda de Terras", ou "~~XXXXXXXXXX~~"

Importância (Cr\$) a ser recolhida de uma só vez, segundo uma das modalidades de prazos a seguir fixados.

Porte:	270,00				270,00
Descontos:	40%				-0-
Acréscimos:					
TOTAL A PAGAR	162,00				270,00

PRAZOS de: 27 4 73 até: 27 4 73

OBS. a) Esta GUIA tem validade até o dia 28 / 5 / 19 73
 b) [Redacted]

(Reservado para o Banco)

Serviço de GETSOP em Francisco Beltrão, 27 de abril de 19 73

502 ABR 27 162,000316

(Enc. Expedição de Guias)

g)

GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ
SEÇÃO DE EXPEDIÇÃO DE TÍTULOS - CONTA CORRENTE

N.º _____

Col. Missões _____ Município: Perola D'Oeste
 Núcleo Colonial: Perola D'Oeste Gleba: 16-PO

Nome: [Redacted]

Lote n.º 74 área Ha 13,50
 Protocolo n.º 390/73
 Preço por Ha. NCr\$ 20,00 p/ ha.
 Valor total lote NCr\$ 270,00 c/ 40% 162,00
 N.º e valor da prestação: NCr\$ _____

Nos termos das Port. 8 e 9/71
 Data do despacho: 8-2-73 - Dep. 28-2-73
 Aprovado em sessão de: 7-11-68
 Exped. de guia p/ título em: 4-5-73
 Título expedido em: 21/73 - N.º 11-7-210

Operador	Conferido:	Visto:	OBSERVAÇÕES
	<u>[Signature]</u>		

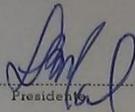
h)

 **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**
GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ
GETSOP M - 10

PROTOCOLO N.º

EXPEÇA-SE O TÍTULO

EM 4 / 5 / 1973

Presidente 

Anexo nº 5: Título de propriedade de terra expedido pelo Getsop nos anos de atuação no sudoeste do Paraná.

a)

MOD. - 34

EXMO. SR. PRESIDENTE DO GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ (GETSOP).

Deferido, face as informações, de acordo com as Portarias números 56 e 57/67, ao preço de R\$ 4,00 (quatro cruzeiros novos) o ha.
Em, 22/01/68


 Presidente

abaixo assinado, ocupante do Lote n.º 2 da Gleba n.º 15 Ba, do Núcleo Ba com 29,32 ha, da Colônia Mirassol, situada no Município de Bananeiras, vem respeitosamente por intermédio de V. Excia., requerer ao Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, por compra, o referido imóvel, para que, depois de pagos os emolumentos devidos, lhe seja expedido o título de domínio em seu próprio nome.

Nêstes Termos

P. Deferimento
700 Beltrão, 1º - 12-67

Recebeço verdadeira a firma

do que dou fé

Francisco Beltrão, 19 de 12 de 1967.

Em test. Jurem Carneiro da Verdade.

Jurem Carneiro
 Tabelião

b)


 Presidência da República
 GABINETE MILITAR
 GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDESTE DO PARANÁ
 GETSOP

M-32

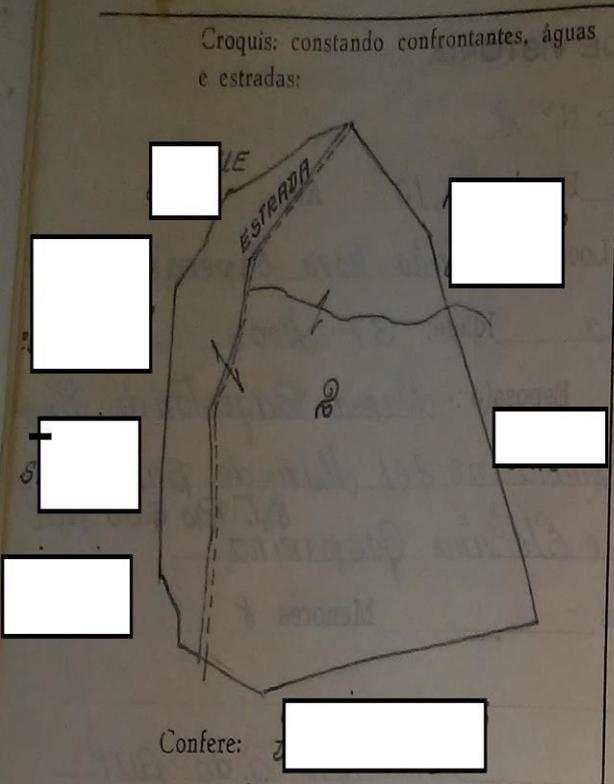
RELATÓRIO DE VISTORIA

Gleba 15-BA Missões Lote N.º 2
 Núcleo: BA Área 29,30 Ha- 12,10 Alq.
 Município Ribeirão Localidade Linha Nova Esperança
 Ocupante: [REDACTED] Idade: 37 Anos
 Estado civil: Casado Esposa(o) :- [REDACTED]
 Documento de identidade: Cert. de Casamento nº 861 Mun. de Soledade
 Filiação: [REDACTED] Est. Rio G. do Sul
 Filhos: 8 Maiores - Menores 8
 Residem sob o mesmo teto: 10
 Natural do município de: Soledade Estado Rio G. do Sul
 País Brasil
 Procede do município: Guaporé Estado Rio G. do Sul
 Mora na posse: Sim
 Caso negativo, onde reside: -
 Mantém agregado: nao Nome -
 Como entrou na terra: Comprou de [REDACTED] POR NCR 1630
 Documento de posse: nao tem
 Emitido por: -
 Tempo de ocupação: 4 Anos
 Possui outro(s) lote(s) nao Quantos: - Local -
 Benfeitorias: 1 casa 5x5 1/2 cob. de tab. - 1 Pua 3x4 - 1 chiqueiro 2x3.
 Pomar: 50 Pes em variedades 3 Anos.
 Plantações, (Área cultivada): 4 Alqs. de Milho e Feijão, 1/2 Q. de Mandioca
 Área gramada: 2 Quartas.
 Área com florestas: 1 Alq. resto capoeira
 Área com pinhal - N.º de arvores -
 Os pinheiros pertencem a terceiros: -
 Quem: -
 Animais:
 a) Suínos 25 b) Bovinos 3
 c) Equinos 2 d) Aves 50
 Veículos: -

(Vide Verso)

c)

Croquis: constando confrontantes, águas e estradas:



Ciente sôbre as especificações do lote e condições para require-lo:

Em 22 / 11 / 67

Posseiro

Funcionário

Visto

Confere: _____

Eng.º Chefe do GETSOP/FB

Demais Observações:

d)

BLJ

ESTADO DO PARANÁ
GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ

VISTO

GUIA N.º 321-69

nr. [redacted]

gar na Agência do Banco *Banco do P. 10.* os valores e emolumentos
e especificados, para compras de *24,30* hectares de Terras devolutas
inadas *lot no 2 guila 15-39 Nucleo 3A*

2000m situadas no municipio de _____
quisiu a titulo de _____ por *despacho de 22/10/68*
profenid o _____ no *procedimento 5982-68*

le hectares: Cr\$ *400.* Pagamento: *Saldo* Cr\$ *117,20*
Prestação _____, correspondente a Cr\$ _____
Título _____ Cr\$ _____
Registro, feitto e porte _____ Cr\$ _____
Editais, Vistas e sentença _____ Cr\$ _____
_____ Cr\$ _____
_____ Cr\$ _____

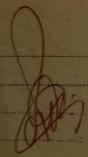
deduzir: *40% do Saldo a Jista* Soma . . . Cr\$ *117,20*
Detenta exp. notas e prints e dois etc. Cr\$ *46,88*
Al pagar . . . Cr\$ *70,32*

Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, de *2* de 1969

VISTO

Tesoureiro _____ Funcionário *[Signature]*

d)

GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ		
SECÇÃO DE EXPEDIÇÃO DE TÍTULOS - CONTA CORRENTE		N.º
Col. Missões.		
Núcleo Colonial: <u>Barracão</u>	Gleba: <u>15-BA.</u>	Município: <u>Saigado Filho</u>
Nome: 		
Lote n.º <u>2</u> área Ha <u>29,30</u>	Nos termos <u>Portarias nº 56 e 57/67</u>	
Protocolo n.º <u>5962/68</u>	Data do despacho: <u>22-10-68 - of. 7-11-68</u>	
Preço por Ha. NCr\$ <u>4,00</u>	Aprovado em sessão de: <u>29/4/68</u>	
Valor Total do lote NCr\$ <u>117,20 - c/40% 70,32</u>	Exped. de guia p/ título em: <u>14-2-69</u>	
N.º e valor da prestação: <u>6 NCr\$ 19,54</u>	Título expedido em: <u>18-3-69 - T 85-6-72</u>	
Operador:	Conferido:	Visto:
		
OBSERVAÇÕES		

e)

M. 19

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



INFORMAÇÃO

PROTOCOLO N.º

O presente expediente foi devidamente conferido e anotado em cadastro.

Solicito anexação da planta e respectivo memorial de limites e confrontações.

Ass. de Cadtr.º e Exp. de Título em, 14/2/1969

Funcionário

EXPEÇA-SE O TÍTULO

VISTO

Encaminhe-se

Em, 14/2/1969

Assessor

NADA SE ESCREVERA NESTA MARGEM

NADA SE ESCREVERA NESTA MARGEM

f)

MINISTERIO DA AGRICULTURA
GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANA
GETSOP

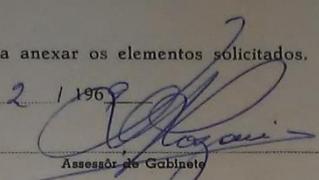
M-10

INFORMAÇÃO

PROCOLO N.º

A Secção de Planejamento para anexar os elementos solicitados.

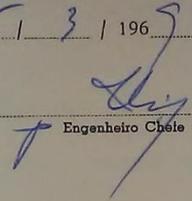
Em 14 | 2 | 1969


Assessor do Gabinete

Sr. Presidente.

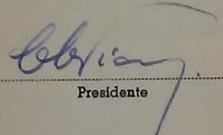
Nesta data foram anexados, Limites e Confrontações, Plantas e respectiva
Capa para documentações

Secção de Planejamento em 15 | 3 | 1969


Engenheiro Chefe

EXPEÇA-SE O TÍTULO

Em 10 | 03 | 1969


Presidente

Anexo nº 6: Entrevista do senhor Deni Schwartz, que na época, foi gerente do Getsop. Entrevista concedida ao Getsop em 2013.

Meio - A semana de eventos comemorativos aos 70 anos de criação do Cango (Colônia Agrícola Nacional General Osório) contou com uma palestra de Deni Lineu Schwartz, o chefe do Getsop (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), órgão então criado em 1962 pelos governos estaduais e federal para estudar as terras colonizadas pela Cango nos anos 40 e 50.

Após chefiar o Getsop e titular milhares de terrenos rurais e urbanos nas municipalidades de Ampere, Barro Preto, Capanduva, Dois Vizinhos, Eneas Marques, Fátima D'Oeste, Itaipava, Santa Amélia e Vitor, Deni elegue-se prefeito de Francisco Beltrão (1971), deputado estadual (74 e 86), deputado federal (90 a 94) e foi secretário de Estado, ministro e diretor da Copel.

A formação de Deni Schwartz é engenharia civil. Estudou em Curitiba e teve como colega de turma Jaime Lerner, que mais tarde seria prefeito de Curitiba e governador do Paraná.

Casado com Hilde Santes Schwartz, tem quatro filhos: Dani Filho (biólogo), Larissa Heitor (arquiteta), André (falecido, era veterinário) e Heider Antônio (engenheiro civil). Atualmente, reside em sua sítio de Nova Prata do Iguaçu, bem próximo à barragem do tanque de São Caetano.

A seguir, síntese de sua palestra durante noite de 16 de maio, no salão de campo do Unipar.

ENTREVISTA COM DENI LINEU SCHWARTZ

O chefe do Getsop que titulou as terras

O Getsop teve atuação decisiva para o desenvolvimento da região e levou sorte de ter como chefe um profissional que se tornaria uma das maiores personalidades do Sudoeste e do Paraná. Mas uma preocupação de Deni é que as pessoas pouco se ligam com a história e esquecem do que aconteceu.

brigado com não sei quem, desde sempre, por indicações jurídicas?

A elite fracassou

Não sei quem era culpado. Nos termos de ir mais fundo e saber por que só agora, há cerca de três anos, decidiram que o probal que tinha em Dona Virgínia e Vert-petência à Paulo e Terra e o grupo Diocesano recebeu uma fortuna do governo federal, depois de certo e preciso anos. Por isso que eu digo que precisa conhecer a história para termos por que, de repente, pessoas humildes e trabalhadores mudaram a maneira de pensar sua vida, sua ocupação e ser em uma revolução. A elite fracassou, essa é a denúncia que eu quero fazer, a elite nasceu e morreu fracassou porque ficou enrolando o Cango, que veio com uma boa finalidade de ocupação da terra, organizando, montando as leis como deveriam ser, preservando a natureza, fazendo a cabeceira, o rio, ficou nos 900 e poucos lotes, e cotizados por uma nova região, o pessoal veio atrás. E bom recordar que essa região era estratégica. Eu morava em União da Vitória, era gaúcho, o Exército estava fazendo a estratégia, que era a estrada que ligava São João dos Patos, em Santa Catarina, vinha no Horto, vinha a Palmas e vinha a Barro Preto para ocuparmos essa região, se já começa a participação do Exército. Chegamos em 57, os senhores conhecem bem a história. Além dos mortos, ficamos feridos que persiste até hoje na divisão de terras e que naturalmente as novas gerações foram aplaudidas, mas levou muito tempo aquela discussão, certa irritação, uma divisão na nossa sociedade.



acerto não ai, eu não acerto porque não lembro exatamente o que aconteceu na prática, essa terra é do Estado, não é do União". Novamente entra a justiça, que não decide. Ai a gente pagou o governador, levou pra dentro de uma sala, o Jango estava vindo instalar o Getsop, que era exclusivamente com membros do governo federal — cinco conselheiros do governo federal, subordinados diretamente ao gabinete militar da presidência da republica, veja a importância que começa a ter o Exército, porque o Exército é que tinha confiança aqui, a Cango tinha perdido aquela confiança naquele vai e vem, era ela mandava ora eu não mandava —, e se não eu não decidia. Ai a conclusão de que o Getsop decida de ser um mecanismo meramente federal e passar a ser misto. Incluiu-se aos cinco membros mais quatro representantes do governo do Paraná, entre

entregou o meu cargo, que era de confiança. Esses cidadãos militares conhecem bem, os conheci de nome, pelo nome, era um coronel, diretor do Colégio Militar de Curitiba, eu me apresentei e ele disse "olha, rapaz, me apresentaram como presidente por aí de Getsop, em dois meses pra estar achando alguma coisa pra substituir". Não me substituíram e eu fui ficando. Esse coronel depois foi general de quatro estrelas, um dia mais chegou general dos últimos tempos, general Ademar da Costa Machado. E eu soube depois que há uma data sou eu recebi um convite pra almoçar com o general comandante da região que queria saber do Getsop. Eu fui lá e conheci o filho do general Ademar que vinha aqui parvito com o pai ver o Getsop, e já era general — agora é general de quatro estrelas, está em São Paulo e é o comandante do Suldeste. Então veja que a gente lá veio mesmo!

Terras conquistadas para o Exército em Beltrão

Nós ficamos ai. Pouca gente lá lembrada de algumas coisas importantes de volta da época. Os nomes conhecidos do Exército sim, sei lá, quatro, cinco algarismos de terra dentro de Beltrão que não negociamos, eu e o então prefeito Euclides Scalon. Chegamos para o que se devia possuir naquela volta da rua, que hoje está em nome do Exército, negociamos com "voce fica pra lá e esse aqui vai ser pra esquerda", que na época queria construir um batalhão, infelizmente até hoje não está, mas tá lá o terreno. Veja o valor que aquele terreno tem hoje.

A importância da história

Espero que os jovens comecem a apreciar novamente a importância da história, não vivemos num mundo que, de um dia para o outro, se esquece o que aconteceu, e não tem melhor professor que a história para que a gente não repita os erros do passado. Portanto, aos estudantes de história, ao professor de história, vocês têm uma importância muito grande, inclusive para encontrar soluções. O historiador de chamar a atenção porque não estamos numa região historicamente, no Brasil, desconhecida e que tem uma importância vital, provavelmente, não são como a situação de um cidadão brasileiro no século passado (Brasil do Rio Branco), não hoje não estamos falando português aqui, e tem costume os espanhóis.

Justiça, a grande culpada

Os senhores já ouviram a história da Cango, suas méritos indiscutivelmente foram grandes. Eu não vim aqui para repetir o que os senhores naturalmente conhecem, mas para que os senhores meditem sobre o assunto e para mostrar como a história é importante. Primeiro a disputa que levou o Alcides (Renaud) a participar de uma revolução em 57 tem uma grande culpa que se chama justiça brasileira. Isso precisa ser muito claro, porque não é admissível que uma questão se arraste durante certo e pouco anos. A Cango, que dava a empregada para o colono, a crochê, a semente, o médico, portanto, um excelente projeto, fracassou por quê? Simples e claramente porque em determinado momento a Cango era viável, de repente a justiça diz "olha, não, isso é de pertenceres" — de repente era da Cango, de repente era do Estado. E nos dias de hoje morreu gente, se prejudicou a região, se cometera talvez o maior crime ecológico na região, porque o cidadão, não sendo dono, deturpava pratinho e queimava porque não tinha segurança jurídica da terra. Isto tem que ser levado em consideração, porque vivemos nos dias atuais quando se que era antigamente. Ou não é verdade que nós temos problemas de Inca ficar brigando com Paraná, Paraná

decidia e João Quadros — eu faço questão de dar nome para os senhores se eles bem nas épocas —, em 61, agora um decreto de desapropriação das terras. Veja o absurdo que a direita da justiça levou, não não decide e o governo federal lava brigando na justiça pra não dizer que era dele e leve que desapropriar terra, mas foi uma excelente medida. Só que o União renuncia. Outra coisa que eu gostaria que os senhores pensassem bem, não que eu seja partidário do parlamentarismo, mas veio o parlamentarismo em função da posse de João e no parlamentarismo os deputados passaram a ter mais força ainda e então foi concretizada a desapropriação no governo de João Goulart, primeiro ministro Tancredino Neves. Porque os deputados tinham força, no parlamentarismo o deputado não era pra apresentar emendas, deputado fazia o que tinha de ser feito, fiscalizava, procurava saber os interesses do eleitor e tinha força pra isso. Mas, veja bem, fica uma questão: como é que o governo federal tá comprando as terras se o Estado virose a ganhar na justiça?

(O governador) Ney disse "eu não acerto isso ai"

Eu acertei uma coisa espetacular, voltei a ser participante da história. Estávamos em Curitiba, eu era engenheiro do Estado, estava acompanhando o governador, aguardando a chegada do presidente João Goulart que estava vindo a Palo Branco — beltroneense, não ficam brabos, o João só veio a Palo Branco porque Beltrão não tinha aeroporto, e Palo Branco tinha parte do que então seria o Getsop, Vitor e parte de Dois Vizinhos era Palo Branco. Nós estávamos aguardando o presidente João Goulart no aeroporto em Curitiba pra ele trocar de avião, naturalmente o governador Ney Braga viria junto, e o governador chegou com o presidente e disse "olha, eu não

ouso que eu tive a honra de participar. Formou-se um grupo de nove conselheiros e o Estado e União se solidarizavam junto a justiça de não reivindicar, fosse de quem fosse, estava resolvido. Foi feito o decreto. Eu estava com 25 anos, me chamaram "voce é membro aqui, mas vai trabalhar lá, vai ser o chefe de serviço lá". Ai começa a minha história aqui, a história do Getsop aqui foi em 1962, o ano passado esqueçamos da data.

O Getsop teve começo e fim

Fizemos 50 anos, ninguém lembra porque nós tivemos um começo e tivemos um fim. Não se conhece nenhum funcionamento do Getsop, nós não ficamos como muitos órgãos que ficam paralisando como zumbis, sem função alguma e gastando o dinheiro do governo, como tem milhares de órgãos que hoje não têm mais a finalidade e continuam existindo, eu não é verdade? Me desculpa, mas eu não vim de 100 quilômetros pra vir aqui contar história. Estou sendo sincero com os senhores, para investigar os senhores e pesquisarem, eu posso estar completamente errado, mas os senhores podem achar a verdade de novo. O Getsop, então, passou a ser um órgão misto. Ai nós temos que dar crédito a algumas pessoas que aguentaram o Getsop, senão teria morrido como tantos órgãos também já morreram, ou tantas boas iniciativas, inclusive a Cango. O governador Ney Braga sustenta durante os primeiros tempos com dinheiro do Estado, com funcionamento do Estado, porque infelizmente estava naquele pré-64 e a coisatava muito complicada.

Em 64, Deni pôs o cargo à disposição

Quando chegou lá, veio a revolução, eu fui a Curitiba, me apresentei ao presidente do Getsop, que também já havia sendo substituído, imediatamente pedi rinha coisa,

Após chefiar o Getsop e titular milhares de terrenos rurais e urbanos, Deni elegue-se prefeito de Francisco Beltrão (83/72), deputado estadual (74 e 86), deputado federal (90 a 94) e foi secretário de Estado, ministro e diretor da Copel.

Anexo nº 7: Processo judicial de um posseiro (nome resguardado) encontrado no Incri - Francisco Beltrão, PR. O mesmo consta com os dados expostos no decorrer desta pesquisa.

a)

EXMO. SR. PRESIDENTE DO GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ (GETSOP).

Deferido nos termos das Partidas nos. 56 e 57/67, ao preço de R\$ 20,00 (vinte cruzeiros mil) o há.

Em, 23 dez 169.

Claudio...
Presidente

[Redacted]

abaixo assinado, ocupante do Lote n.º *38*, da Gleba n.º *16 P.O.* do Núcleo *P.O. com 803 ha*, da Colônia *Perola Doeste*, situada no Município de *Perola Doeste*, vem respeitosamente por intermédio de V. Excia., requerer ao Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, por compra, o referido imóvel, para que, depois de pagos os emolumentos devidos, lhe seja expedido o título de domínio em seu próprio nome.

Nêstes Termos
P. Deferimento

Perola Doeste, 26-11-69

[Redacted]

Doc. Berl. casamento n.º 288 de Três de Maio R. g. s.

Stamp: GETSOP PROT. Nº 8744, VAL. 5.126.

Stamp: 28 NOV 69, PROT. Nº 453.

b)

MINISTERIO DA AGRICULTURA
GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANA
GETSOP

M-32

RELATÓRIO DE VISTORIA

Gleba 16 P.O. Lote N.º 38

Núcleo: P.O. Área 8,05 Ha- Alq.

Município Parola D'Oeste Localidade Vista Alegre

Ocupante: [REDACTED] Idade: 30 anos

Estado civil: casado Esposa(o): [REDACTED]

Documento de identidade: bert. basamento nº 288 Três de Maio RS

Filiação: [REDACTED]

Filhos: 50 Maiores - Menores 5

Residem sob o mesmo teto: 7 pessoas

Natural do município de: Sto Angelo Estado Rio G. Sul

País Brasil

Procede do município: Três de Maio Estado Rio G. Sul

Mora na posse: sim

Caso negativo, onde reside: -

Mantém agregado: não Nome -

Como entrou na terra: compra do Sr. [REDACTED]

Documento de posse: não tem

Emitido por: -

Tempo de ocupação: 7 anos

Possue outro(s) lote(s) não Quantos: - Local -

Benfeitorias: 1 casa mad. 6x9 cob. tab. 1 chiq. 16x4

Pomar: 50 pes em variedades

Plantações, (Área cultivada): milho feijão trigo mandioca e soja 2/2

Área gramada: não tem

Área com florestas: 1 alq.

Área com pinhal não N.º de arvores -

Os pinheiros pertencem a terceiros: -

Quem: -

Animais:

a) Suínos 35 b) Bovinos 5

c) Equinos - d) Aves 60

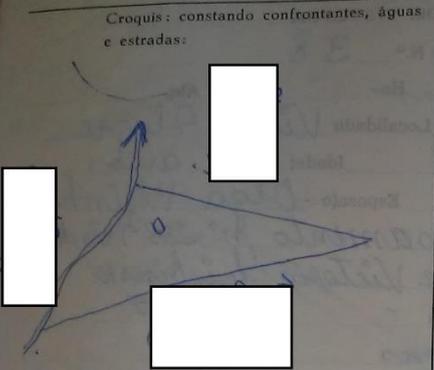
Veículos: -

(Vide Verso)

c)

ABOJILADA AN OUVIENIM
ANEXO DE REGISTRO DE TERREO E AGRICULTURA
1977

Croquis: constando confrontantes, águas e estradas:



Ciente sobre as especificações do lote e condições para require-lo:
Em 28, 8, 68

[Redacted] Posseiro

[Signature] Funcionário

Confere: [Signature] Visto

[Signature] Chefe do Setor Terras [Signature] Eng.º Chefe do GETSOP/FB

Demais Observações:
ESCRITURA

N.º do Lote _____ N.º da Gleba _____
Título de Propriedade: _____
Registro de Imóveis: _____
Transmitente: _____
Autor: _____

TÍTULO

N.º do Lote _____ N.º da Gleba _____
Título de Propriedade: _____
Registro de Imóveis: _____
Transmitente: _____
Valor - Total: _____
Já pago: _____
Saldo devedor: _____
Requerido ao DGTC?

O possessor declarou que não tem conhecimento de Requesimento e nem escritura, o mesmo não tem documentos desta área.

d)

BLJ


ESTADO DO PARANÁ
GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ

VISTO

GUIA N.º 2585/70

Tesoureiro

II. [Redacted]

gar na Agência do Banco BANESTADO=FB. os valores e emolumentos
 especificados, para compras de 8,05 hectares de Terras devolutas
 nadas Lote nº 38 da Gleba 16-PO. Nucleo-PO. Colonia Missões
 situadas no município de
 adquiriu a título de compra por despacho de 23 / 12 / 69
 proferido no Protocolo nº 8744/69

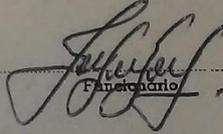
de hectares: Cr\$ 20,00	Pagamento: Terras	
Prestação	, correspondente a	NCr\$ 161,00
Título		Cr\$
Registro, feito e porte	Saldo	Cr\$
Editais, Vistas e sentença		Cr\$
	Soma	NCr\$ 161,00
A deduzir: 40% pagamento a vista		NCr\$ 64,40
	A pagar	NCr\$ 96,60

Noventa e Seis Cruzeiros Novos e Sessenta Centavos.)

Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, 14 de Maio de 1970

VISTO

Tesoureiro


 Funcionário

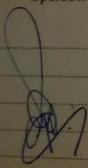
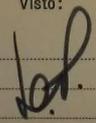
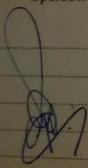
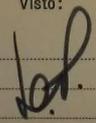
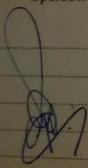
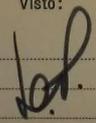
e)

F 18

GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ
SEÇÃO DE EXPEDIÇÃO DE TÍTULOS - CONTA CORRENTE

Col. Missões N.º _____ N.º _____
Núcleo Colonial: Perola D'Oeste Gleba: 16-PO Município: Perola D'Oeste

Nome: _____

<p>Lote n.º <u>38</u> área Ha <u>8,05</u> Protocolo n.º <u>8744/69</u> Preço por Ha. NCr\$ <u>20,00</u> Valor total lote NCr\$ <u>167,00 - c/10% 96,60</u> N.º e valor da prestação: <u>6 NCr\$ 26,81</u></p>	<p>Nos termos <u>das Portarias n.ºs. 56 e 57 de 67.</u> Data do despacho: <u>27-12-69 - A p. 10-4-70</u> Aprovado em sessão de: <u>7-11-68</u> Exped. de guia p/ título em: <u>27-5-70</u> Título expedido em: <u>7.7.70 T. 55. L. 107</u></p>												
<table border="1"> <thead> <tr> <th style="width: 33%;">Operador</th> <th style="width: 33%;">Conferido:</th> <th style="width: 33%;">Visto:</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;"></td> <td style="text-align: center;"></td> <td style="text-align: center;"></td> </tr> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>	Operador	Conferido:	Visto:										<p style="text-align: center;">OBSERVAÇÕES</p>
Operador	Conferido:	Visto:											
													

f)


 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
 Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
 G E T S O P

M-12

INFORMAÇÃO

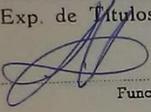
PROTOCOLO N.º

A Secção de Cálculo e Decisão para afixar os limites e confrontações
 no 22117-1992
 [Faint signature]

O presente expediente foi devidamente conferido e anotado em cadastro.

Solicito anexação da planta e respectivo memorial de limites e confrontações.

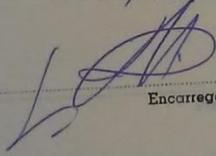
Secção de Exp. de Títulos em, 27 / 5 / 1970


 Funcionário

V I S T O

Encaminhe-se

Em 27 / 5 / 1970


 Encarregado

NADA SE ESCREVERÁ NESTA MARGEM

NADA SE ESCREVERÁ NESTA MARGEM

g)

MINISTERIO DA AGRICULTURA
GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANA
GETSOP

M-10

INFORMAÇÃO

PROTOCOLO N.º

A Secção de Cálculo e Desenho para anexar os elementos solicitados.

Em 22 / 5 / 1967

Francisco

Chefe de Secção

Sr. Presidente.

Nesta data foram anexados, Limites e Confrontações, Plantas e respectiva Capa para documentações.

Secção de Cálculo e Desenho em 18 / 6 / 1967

[Signature]

Chefe de Secção

EXPEÇA-SE O TITULO

Em 29 / 06 / 1967

[Signature]

Presidente

